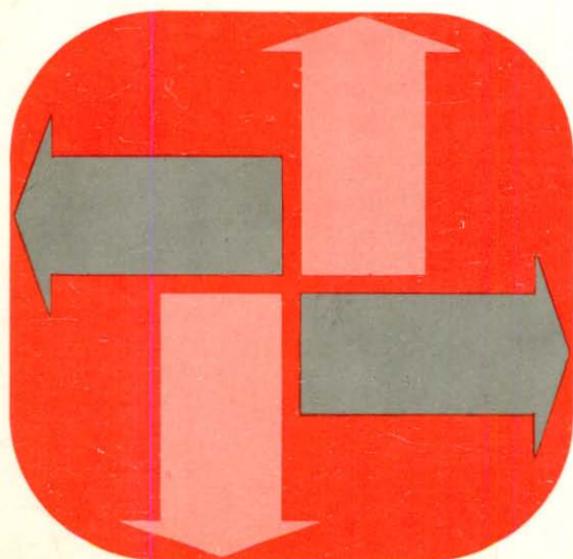


LINGÜÍSTICA ■ E COMUNICAÇÃO

ROMAN JAKOBSON



Cultrix

Outras obras de interesse:

CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL * —
Ferdinand de Saussure

AS GRANDES CORRENTES DA
LINGÜÍSTICA MODERNA * —
Maurice Leroy

DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA —
J. Dubois e outros

ESTRUTURALISMO E LINGÜÍSTICA —
Oswald Ducrot

ESTRUTURALISMO E POÉTICA —
Tzvetan Todorov

ESTRUTURALISMO E ANTROPOLOGIA —
Dan Sperber

ASPECTOS DA LINGÜÍSTICA MODERNA *
— *Archibald A. Hill (org.)*

SEMÂNTICA ESTRUTURAL * —
A. J. Greimas

SAUSSURE: PRÓ E CONTRA —
Louis-Jean Calvet

FUNDAMENTOS DA LINGÜÍSTICA
CONTEMPORÂNEA — *Edward Lopes*

NOVOS HORIZONTES EM LINGÜÍSTICA *
— *John Lyons (org.)*

(Cont. na outra dobra)

ROMAN JAKOBSON

*maia helena
Autumn
agosto/93*

LINGÜÍSTICA E COMUNICAÇÃO

Prefácio de

IZIDORO BLIKSTEIN

(da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e da Escola de
Comunicações e Artes da USP)

Tradução de

IZIDORO BLIKSTEIN e JOSÉ PAULO PAES



EDITORA CULTRIX

SÃO PAULO

A 1.ª edição deste livro teve o apoio da
Editora da Universidade de São Paulo

Edição

14-15-16-17-18-19-20

Ano

91-92-93-94-95

Direitos de tradução para a língua portuguesa reservados pela

EDITORA CULTRIX LTDA.

Rua Dr. Mário Vicente, 374, fone 63-3141, 04270 São Paulo, SP

Impresso na EDITORA PENSAMENTO.

Í N D I C E

<i>PREFÁCIO</i>	7
A LINGUAGEM COMUM DOS LINGÜISTAS E DOS ANTRO- PÓLOGOS	15
DOIS ASPECTOS DA LINGUAGEM E DOIS TIPOS DE AFASIA	34
ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA TRADUÇÃO	63
LINGÜÍSTICA E TEORIA DA COMUNICAÇÃO	73
A CONCEPÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO GRAMATICAL SEGUNDO BOAS	87
À PROCURA DA ESSENCIA DA LINGUAGEM	98
LINGÜÍSTICA E POÉTICA	118

PREFÁCIO

I

O presente volume, que reúne textos básicos de Roman Jakobson acerca dos principais problemas e campos de interesse da Lingüística, visa primordialmente a familiarizar o leitor brasileiro com o pensamento do eminente lingüista, cuja recente visita ao Brasil teve o dom de recolocar na ordem do dia o papel nuclear da Lingüística no quadro das ciências humanas e da cultura em geral. Assim é que aqui figuram ensaios nos quais é percuientemente estudada e avaliada a contribuição da Lingüística estrutural para a teoria da comunicação, a Antropologia, a literatura (sobretudo a Poética), a Gramática, a arte da tradução e as pesquisas acerca dos distúrbios da fala. Como se vê, uma gama de assuntos que, pela sua amplitude, alcançará certamente interessar não apenas aos estudiosos de Lingüística pròpriamente dita como também aos de outras disciplinas com as quais ela tem relações mais ou menos próximas.

Acreditamos ser útil fazer preceder esta tradução de alguns dos principais ensaios de Roman Jakobson de uma breve notícia acerca de sua vida e de sua obra, notícia de caráter meramente informativo, sem qualquer pretensão analítica ou crítica. De resto, nem teria cabimento aqui semelhante pretensão; acreditamos seja muito mais lucrativo para o leitor ir diretamente aos textos de Jakobson para conhecer-lhe as idéias do que demorar-se a ler glosas ou parafrases mais ou menos infiéis delas.

A biografia intelectual de Roman Jakobson espelha, de certo modo, o próprio encaminhar-se da Lingüística contemporânea para a Arte e a Antropologia. Nasceu ele em Moscou em 1896 e fez seus estudos no Instituto Lazarev de Línguas Orientais, da Universidade de sua cidade natal; doutorou-se, porém, pela Universidade de Praga (1930). Desde cedo, deixou ele bem patente a variedade e a amplidão dos seus interesses intelectuais, dedicando-se ao estudo da dialectologia e do folclore de sua pátria, e acompanhando de perto as manifestações de arte de vanguarda, notadamente do cubismo e do futurismo russo. Foi amigo pessoal de Maiacóvski e Khlebnikov e essa sua vinculação pessoal à poesia exerceu papel decisivo na gênese de suas idéias lingüísticas, como o demonstra sua participação nas atividades do Círculo Lingüístico de Moscou (1915-1920), de que foi um dos fundadores e cuja presidência ocupou: dessa entidade nasceria o célebre grupo dos "formalistas" russos, que teve atuação pioneira no que respeita ao moderno estudo científico da arte literária.

De 1920 até a invasão nazista do país, Jakobson viveu na Tchecoslováquia, onde lecionou na Universidade Masaryk e onde escreveu e publicou uma série de trabalhos importantes, entre os quais um ensaio sobre a poesia russa moderna, em que deu particular atenção à obra de Khlebnikov (1921); um estudo de métrica comparada entre o verso russo e o verso tcheco (1923); um artigo sobre a prosa de Pasternak, no qual encontramos a primeira versão da teoria da metáfora e da metonímia em Jakobson (1935); etc. Embora continuasse a manter contato com os formalistas russos, ele se ia cada vez mais distanciando da problemática literária e se encaminhando para o estruturalismo: já em 1928, num trabalho escrito em colaboração com J. Tynjanov, antecipava um dos conceitos básicos da Antropologia estrutural ao falar nas "leis estruturais próprias" das diversas "séries" históricas. Durante sua estada na Tchecoslováquia, Jakobson exerceu sua atividade intelectual em contato estreito com o Círculo Lingüístico de Praga (fundado em

1926), de que foi um dos luminares, e participou com destaque na elaboração da teoria fonológica, pronunciada em trabalhos seus acerca dos aspectos fônicos da poesia russa.

Quando as tropas de Hitler invadiram a Tchecoslováquia, Jakobson se exilou na Escandinávia, onde lecionou em várias universidades e publicou seu livro fundamental *Kindersprache, Aphasie und Allgemeine Lautgesetze* (1941). Nesse mesmo ano, transferiu-se para os Estados Unidos e ali reside até hoje. Tem ensinado em universidades norte-americanas — Colúmbia, Harvard, Instituto de Tecnologia de Massachusetts — e participado das atividades do Círculo Lingüístico de Nova Iorque e da Sociedade Lingüística dos Estados Unidos, da qual foi eleito presidente em 1956. Nos Estados Unidos escreveu ensaios da maior importância (inclusive os textos reunidos na presente coletânea), o volume *Preliminaries to Speech Analysis* (em colaboração com Fant e Halle, 1925), e estudos sobre mitologia, folclore, filologia e poética eslavas; ali teve ocasião de, na Escola Livre de Altos Estudos, de Nova Iorque, trabalhar em íntima colaboração com o antropólogo Lévi-Strauss, cujas idéias no campo de Antropologia estrutural têm inegáveis ligações com o estruturalismo lingüístico de Jakobson.

A maior parte da extensa obra de Roman Jakobson está dispersa por revistas especializadas de vários países e por volumes de elaboração coletiva.* Atualmente, acham-se em curso de publicação, pela Editôra Mouton & Cia., de Haia, as suas Obras Escolhidas, que estão sendo editadas em russo, alemão, francês e inglês e que deverão abranger sete ou oito volumes. Com exceção do ensaio "Em Busca da Essência da Linguagem", os demais textos aqui coligidos foram publicados em francês num volume intitulado *Essais de Linguistique Générale* (Paris, Les Éditions de Minuit, 1963), traduzido e prefaciado por Nicolas Ruwet.**

(*) Em "A Bibliography of the publications of Roman Jakobson", cópia da qual nos foi gentilmente fornecida por Haroldo de Campos, estão arrolados nada menos de 478 itens...

** Foi da introdução de N. Ruwet que extraímos os dados biográficos acima. Valemo-nos igualmente de sua versão francesa como texto

Jakobson anuncia para breve o tratado Sound and Meaning, que será uma espécie de summa do seu pensamento lingüístico e quiçá a sua obra mais importante e mais significativa.

III

O germe do pensamento lingüístico de Roman Jakobson já pode ser rastreado na sua participação nas atividades do *Círculo Lingüístico de Moscou*, o qual nasceu sobretudo da preocupação de jovens intelectuais russos da década de 1910-1920 com o aspecto simbólico do som na poesia. Voltavam-se eles com especial atenção para a substancialidade do poema, para a sua arquitetura formal, por assim dizer, razão por que foram depreciativamente chamados de "formalistas" pelos que defendiam um rígido sociologismo no campo dos estudos literários. O epíteto foi aceito desafiadoramente pelos integrantes do *Círculo*, que todavia nada tinham de "formalistas" no sentido pejorativo da palavra: malgrado sua preocupação com o elemento sonoro na estrutura poética, jamais aceitaram eles a velha dicotomia entre forma e conteúdo: bem ao contrário, viam no poema uma hierarquia una de funções, dentro da qual o som se vinculava ao sentido. Não se tratava, portanto, de atentar para a fonética, e sim para a fonologia.*

Daí decorre um dos leit-motiv da obra de Jakobson: a preocupação com a relação entre sound (som) e meaning (significado). O seu ponto de partida é o caráter simbólico da arquitetura fônica do sistema lingüístico. Dessa arquitetura, pode-se depreender uma meta-estrutura significativa, válida em outros níveis que não o do simples fonema, isto é, ao nível da palavra, da frase, do período. Por sua

de cotejo para a nossa tradução, feita a partir do original inglês, de que nos foi enviada fotocópia pelo próprio Prof. Jakobson. Somente no caso de "À Procura da Essência da Linguagem" fez-se a tradução do francês.

(*) No que respeita à Fonologia, o leitor brasileiro poderá consultar: Roman Jakobson, *Fonema e Fonologia*, trad. e pref. de Matoso Câmara Jr. (Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1967).

vez, o nexu sound/meaning decorre da superposição do princípio da similaridade sobre o da contigüidade, princípios que constituem os dois pólos básicos da linguagem humana. O objetivo último de Jakobson é, pois, a semântica.

Tal visada semântica avulta com particular nitidez em dois dos ensaios aqui incluídos, a saber: "A Linguagem Comum dos Lingüistas e dos Antropólogos" e "Lingüística e Teoria da Comunicação". Ambos têm por base a constatação de que "o instrumento principal de comunicação portadora de informação é a língua". Não tanto a língua dos intelectuais, dos escritores, das pessoas doudas, opressivamente controlada pela gramática, como o falar de todos os dias, cujos trocadilhos, cujas invenções verbais, notadamente suas figuras de linguagem, nos revelam as estruturas subliminares (patterns) a que recorre o povo. No processo da comunicação, o destinatário da mensagem a decodifica amiúde através de um signo interpretante, ocorrendo então o fenômeno conhecido por comutação de código (code switching), que teve em C. S. Peirce (para cuja obra pioneira Jakobson não se cansa de chamar a atenção) o seu mais ilustre estudioso, aquêle que deu uma nova visão do caráter supostamente "arbitrário" do signo.

A noção de code switching é tratada mais detidamente em outro ensaio dêste volume, "Aspectos Lingüísticos da Tradução", visto ser a comutação de código uma operação essencial na tradução dentro de um mesmo idioma (intra-lingual), de um idioma para outro (interlingual) ou de um sistema semiótico para outro (intersemiótico). No mesmo ensaio, insiste Jakobson em quão precária é a noção de indissolubilidade do signo lingüístico: a noção de que haja um elo indissolúvel entre significante e significado e o significado (meaning) implique vivência — não se podendo compreender a palavra queijo sem ter tido uma experiência não-lingüística do queijo.

Tais conceitos reaparecem também no ensaio "À Procura da Essência da Linguagem", em que, passando em revista as bases teóricas da Lingüística contemporânea, Jakobson nela situa, com o devido e justo destaque, a obra inovadora de Peirce.

O ensaio "A Concepção de Significação Gramatical Segundo Boas" versa o caráter de obrigatoriedade das categorias gramaticais. Assim, as frases "O homem matou o touro" e "O touro foi morto pelo homem" revelam não apenas a oposição ativo/passivo como manifestam dois pontos de vista diferentes por parte do destinador ou codificador. O significado das duas frases é, pois, diferente. Outras funções gramaticais, como o gênero, têm igualmente função significativa. Em suma, o que caracteriza a comunicação lingüística não é a possibilidade e sim a obrigatoriedade no emprêgo dos recursos gramaticais.

A noção fundamental de conotação avulta com particular nitidez num dos mais importantes ensaios de Jakobson, "Lingüística e Poética", no qual, após referir o caráter abrangente da Lingüística, mostra a legitimidade de sua adjudicação da Poética.

Finalmente, em "Dois Aspectos da Linguagem e Dois Tipos de Afasia", encontraremos o que de mais original produziu talvez o pensamento lingüístico de Jakobson: o seu notável aprofundamento dos conceitos de metáfora e metonímia. Partindo da observação dos distúrbios da fala nos afásicos, estabelece ele uma nova distinção entre os diferentes tipos de afasia. A distinção clínica de afasia de emissão e afasia de recepção, Jakobson contrapõe as afasias de substituição e associação. Na dissolução da linguagem nos afásicos, vai ele encontrar o próprio mecanismo formativo da linguagem. Dessarte, a criança, após possuir o signo (significante/significado), só chega realmente à fala quando se mostra capaz de dominar os mecanismos de substituição e associação. Toda expressão metafórica se faz pela substituição de paradigmas, ao passo que a expressão metonímica deriva da associação de paradigmas a formar sintagmas. Trata-se, pois, de uma ampliação das noções de similaridade e contigüidade. Na faculdade sintagmática de contigüidade utilizada com extrema rapidez estaria porventura o germe da criação poética. Quando Carlos Drummond de Andrade* diz "Caio verticalmente e me transformo em

(*) Por ocasião de contato pessoal que tivemos com o Prof. Jakobson, fêz-nos ele uma breve análise lingüística de "Cidadezinha Qualquer", poe-

notícia", no seu poema "A Morte no Avião", cria um exemplar sintagma metonímico, proveniente de rápida associação.

Antes de finalizar, queremos registrar nossa gratidão aos seguintes alunos da Universidade de São Paulo, que nos auxiliaram sobremaneira no trabalho de tradução e cotejo dos textos deste volume: Wanderley Rodrigues, Rodolfo Ilari, Haqira Osakabe, Regina de Oliveira Rocha, Sonia Ribeiro Leite, Eni Pulcinelli Orlandi e Ana Maria Balogh; agradecemos igualmente a Ester Regina Duchovni, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Como fecho destas breves considerações introdutórias, nada melhor que transcrever as palavras que, a nosso pedido, o Prof. Roman Jakobson escreveu especialmente para esta edição brasileira de seus ensaios:

"A tendência cardinal dos Ensaios apresentados neste volume aos leitores do Brasil e de Portugal é a de contribuir para os esforços lingüísticos de nossa época no sentido de superpor uma ciência da língua à ciência de línguas diversas. As questões de estrutura e de funções, próprias a tôdas as línguas do mundo, não são sòmente um corolário necessário do estudo aprofundado de línguas variadas no curso do desenvolvimento da Lingüística moderna, como, ao mesmo tempo, um complexo de noções indispensáveis para uma interpretação adequada de fenômenos lingüísticos particulares. Os conceitos de invariância e de variações múltiplas implicam-se mutuamente e sua complementariedade permite antecipar uma verdadeira topologia lingüística do futuro."

IZIDORO BLIKSTEIN

ma igualmente de Carlos Drummond de Andrade, no qual destacou o valor expressivo da oposição fonológica entre /v/ e /k/. Os leitores interessados na aplicação dos princípios da análise lingüística, dentro da orientação jakobsoniana, a textos de literatura brasileira, poderão consultar: Izidoro Blikstein, "Pesquisa Lingüística — *Vidas Secas*" in *Revista de Letras*, n.º 2, maio de 1967, p. 61, editada pelo Centro Acadêmico de Estudos Literários da Universidade de São Paulo.

A LINGUAGEM COMUM DOS LINGÜISTAS E DOS ANTROPÓLOGOS *

(RESULTADOS DE UMA CONFERÊNCIA INTERDISCIPLINAR)

Eu poderia dizer que apreciei tudo nesta Conferência. O único ponto negativo para mim é que devo recapitular seus resultados sob o ponto de vista lingüístico. Poderia começar por dizer que a Conferência foi extremamente bem sucedida. Mas como estudei a teoria da comunicação, sei que um enunciado só contém informação no caso de uma situação de escolha binária: nunca se ouvirá dizer que a Conferência não foi bem sucedida.

Gostaria de apresentar todos os resultados lingüísticos desta Conferência tal como os vejo. É claro que os interpretarei e não serei uma máquina de tradução que, como o mostrou de modo excelente nosso amigo Y. Bar-Hillel, não compreende e por conseguinte traduz literalmente. Desde que haja interpretação, emerge o princípio da complementaridade, promovendo a interação do instrumento de observação e da coisa observada. Tentarei, no entanto, ser o mais objetivo possível.

Qual é, na minha opinião, o resultado mais importante desta Conferência? O que mais me impressionou? Antes de tudo, a unanimidade. Houve espantosa unanimidade.

* Informe final apresentado à Conferência de Antropólogos e Lingüistas, realizada na Universidade de Indiana, E.U.A., de 21 a 30 de julho de 1952. Publicado no Suplemento do *Int. Journal of American Linguistics*, XIX, N.º 2, abril, 1953.

É claro que quando falo de unanimidade, não quero dizer uniformidade. Era como se fôsse uma estrutura polifônica. Cada um de nós aqui — posso dizer — emitia uma nota diferente, mas éramos todos como tantas variantes de um mesmo e único fonema.

Evidentemente, o fato mais sintomático foi a nítida liquidação de qualquer espécie de isolacionanismo, êsse isolacionanismo que é tão odioso na vida científica quanto na vida política. Quantos *slogans* não houve que opunham a Lingüística à Antropologia, a Lingüística do Hemisfério Ocidental à do Hemisfério Oriental, a Análise Formal à Semântica, a Lingüística Descritiva à Lingüística Histórica, o Mecanismo ao Mentalismo e assim por diante. Isto não quer dizer que recusemos a importância da especialização, a necessidade de enfocar problemas limitados; mas sabemos que se trata de diferentes modos de experimentação e não de pontos de vista exclusivos. Como foi muito bem expresso aqui, não podemos verdadeiramente isolar os elementos, mas tão-sòmente distingui-los. Se os tratarmos separadamente no processo de análise lingüística, deveremos sempre lembrar-nos do caráter artificial de uma tal separação. Pode-se estudar o nível morfológico da linguagem fazendo abstração do nível fonológico. Pode-se estudar o nível formal sem referência ao nível semântico, e assim por diante. Mas entendemos que, agindo assim, tudo se passa como no caso de uma filtragem acústica — podem-se excluir, por exemplo, as altas freqüências ou, pelo contrário, as baixas freqüências — num caso e noutro, sabemos que se trata simplesmente de um método de experimentação científica. De igual maneira, é muito interessante observar um jôgo de cabra-cega: como se comporta uma pessoa de olhos vendados? Que podemos dizer da linguagem quando nada sabemos das significações? É muito instrutivo ver correr uma pessoa com os movimentos embaraçados, como nas corridas de sacos. Ninguém, entretanto, pretenderá que se corre melhor e mais depressa com as pernas prêsas em um saco do que com elas livres. Assim, nós nos damos conta, cada vez mais, do fato de que nosso objetivo supremo é a observação da linguagem em tôda a

sua complexidade. Eu diria, parafraseando Terêncio: *Linguista sum: linguistici nihil a me alienum puto.*

Se, agora, estudamos a linguagem juntamente com os antropólogos, devemos-nos regozijar com a ajuda que eles nos trazem. Com efeito, os antropólogos têm sempre afirmado e provado que a linguagem e a cultura se implicam mutuamente, que a linguagem deve ser concebida como uma parte integrante da vida social, que a Linguística está estreitamente ligada à Antropologia Cultural. É inútil insistir nesse problema que C. Lévi Strauss apresentou de modo tão esclarecedor. Gostaria, antes, de voltar ao que dizia D. Bidney, durante a discussão da tarde: um gênero mais próximo ainda que o gênero *cultura* engloba a espécie *linguagem*. A linguagem é um caso particular dessa subclasse de *signos* que, sob o nome de *símbolos*, nos foi descrita de modo tão penetrante por Chao que, diga-se de passagem, encarna simbolicamente o que há de melhor tanto no pensamento ocidental como no pensamento oriental. É por isso que, quando determinamos o que seja linguagem, devemos, com H. L. Smith, compará-la aos outros sistemas simbólicos. por exemplo, o sistema de gestos, a cujo estudo Kuleshov, M. Critchley, e agora R. Birdwhistell, se dedicaram de modo tão estimulante. Esse sistema de gestos oferece — estou de acôrdo — semelhanças instrutivas com a linguagem e também — é bom acrescentar — diferenças não menos notáveis. Em face da iminente tarefa de analisar e comparar os diferentes sistemas semiológicos, devemos lembrar-nos não somente da divisa de F. de Saussure de que a Linguística é parte integrante da ciência dos signos, mas também, e antes de tudo, da obra monumental de seu eminente contemporâneo, um dos maiores precursores da análise estrutural linguística, Charles Sanders Peirce. Peirce não só estabeleceu a necessidade da Semiótica como esboçou-lhe também as grandes linhas. Quando se estudarem cuidadosamente as idéias de Peirce a respeito das teorias dos signos, dos signos linguísticos em particular, ver-se-á o precioso auxílio que trazem às pesquisas sôbre as relações entre a linguagem e os outros sistemas de signos. Seremos então capazes de discernir os traços próprios do signo lin-

güístico. No mais, só se pode concordar com nosso amigo N. McQuown, que compreendeu perfeitamente que não há igualdade entre os diferentes sistemas de signos e que o sistema semiótico mais importante, a base de todo o restante, é a linguagem. ~~a linguagem é de fato o próprio fundamento da cultura. Em relação à linguagem, todos os outros sistemas de símbolos são acessórios ou derivados.~~ O instrumento principal da comunicação informativa é a linguagem.

No estudo da linguagem em ação, a Lingüística tem sido sólidamente escorada pelo impressionante desenvolvimento de duas disciplinas aparentadas, a teoria matemática da comunicação e a teoria da informação. As pesquisas dos engenheiros de comunicações não estavam no programa desta Conferência, mas é sintomático que a influência de C. E. Shannon e W. Weaver, de N. Wiener e R. M. Fano, ou do excelente grupo de Londres, seja encontrada praticamente em todos os trabalhos. Involuntariamente, mantivemos discussões usando termos como codificação, decodificação, redundância etc. Qual é então, exatamente, a relação entre a teoria da comunicação e a Lingüística? Haveria por acaso conflito entre êsses dois métodos de abordagem? Não, de modo algum! Em verdade, a Lingüística estrutural e as pesquisas dos engenheiros de comunicações convergem no que respeita à sua destinação. Mas então, de que ordem é exatamente a utilidade da teoria da comunicação para a Lingüística e vice-versa? É preciso reconhecer que, sob certos aspectos, os problemas da troca de informação encontraram, por parte dos engenheiros, uma formulação mais exata e menos ambígua, um controle mais eficaz das técnicas utilizadas, bem como prometedoras possibilidades de quantificação. Por outro lado, a imensa experiência acumulada pelos lingüistas no tocante à linguagem e à sua estrutura permite-lhes expor as fraquezas dos engenheiros quando estes lidam com material lingüístico. A par da colaboração entre lingüistas e antropólogos, creio que uma colaboração sistemática dos lingüistas, e talvez dos antropólogos também, com os engenheiros de comunicações será muito frutuosa.

Analisemos os fatores fundamentais da comunicação lingüística: qualquer ato de fala envolve uma mensagem e quatro elementos que lhe são conexos: o emissor, o receptor, o tema (*topic*) da mensagem e o código utilizado. A relação entre êsses quatro elementos é variável. E. Sapir analisou os fenômenos lingüísticos principalmente do ponto de vista de sua "função cognitiva", a qual êle considerava como a função essencial da linguagem. Mas essa ênfase da mensagem no seu tema está longe de ser a única possibilidade. Desde há algum tempo, tanto nos Estados Unidos como em outros países os lingüistas começam a dar mais atenção às possibilidades evidenciadas pela ênfase da mensagem em outros fatores, em particular a ênfase nos dois protagonistas do ato de comunicação, o emissor e o receptor. É assim que acolhemos com prazer as penetrantes observações de Smith acêrca dos elementos lingüísticos que servem para caracterizar quem fala, sua atitude em relação ao que diz e a quem o ouve.

Às vêzes, essas diferentes funções agem em separado, mas normalmente aparece um feixe de funções. Tal feixe de funções não é uma simples acumulação: constitui uma hierarquia de funções e é sempre muito importante saber qual a função primária e quais as funções secundárias. Fiquei satisfeito com os estímulos que encontrei, no tocante a êsse assunto, no artigo de Smith. No entanto, não empregarei sua rica terminologia. Devo confessar que, nesse ponto, estou de acôrdo com V. Ray. Os têrmos novos são, muitas vêzes, a doença infantil de uma nova ciência ou de um ramo nôvo de uma ciência. Prefiro evitar hoje têrmos novos em excesso. Quando discutíamos problemas fonológicos na década de 1920, eu próprio introduzi muitos neologismos e depois, por acaso, livreime dessa doença terminológica. Quando eu estava na Suécia, B. Collinder, que detesta a Fonologia, disse-me que gostaria que eu escrevesse um livro para a Sociedade Lingüística de Upsala: "mas, por favor, nada de Fonologia!". Eu estava justamente terminando meu livro sôbre a fonologia da linguagem infantil e da afasia; contentei-me em eliminar os têrmos fonológicos. diante do que êle disse: "Agora está ótimo!" O livro foi, de fato.

bem acolhido e compreendido num vasto círculo, e eu, por minha vez, entendi que era possível, mesmo ao discutir problemas totalmente novos, livrar o trabalho de termos novos. Pouco importa que eu diga “Lingüística” e os senhores “Microlingüística”. Para designar as diferentes seções da Lingüística, sirvo-me de termos tradicionais — os senhores preferem os compostos “Microlingüística” e “Metalingüística”. Embora os termos tradicionais sejam perfeitamente satisfatórios, “Microlingüística” é inofensivo. O neologismo “Metalingüística” — e nisso estou de acôrdo com Chao e outros — é um pouco perigoso, porque “Metalingüística” e “metalinguagem” querem dizer algo completamente diferente em Lógica simbólica. Como é melhor ter relações desanuviadas com os lógicos, seria preferível evitar tais ambigüidades. Além disso, os senhores se espantariam se um zoólogo, ao descrever o que um determinado animal come, e em que parte do mundo o encontramos, chamasse tais questões de Metazooologia. Mas não insistirei; continuo a seguir o conselho de meu falecido mestre A. M. Pechkovsky: “Não nos atormentemos com a terminologia”, dizia êle; “se você tem um fraco pelos neologismos, empregue-os. Você pode até chamar a isto “Ivan Ivanovich”, desde que todos saibamos o que você quer dizer.”

Voltemos às funções lingüísticas. Mencionei a ênfase no tema (*topic*), no emissor e no receptor; vemos quantas coisas novas podemos descobrir ao analisar êsse problema fundamental do emissor e do receptor. Além disso, é ainda possível dar ênfase ou ao código ou à mensagem. Esta ênfase na mensagem pròpriamente dita constitui a chamada função poética. Estou contente em saber que, se não nesta conferência, pelo menos na próxima, essa função será colocada no programa de debates. O bem sucedido seminário que A. Hill e H. Whitehall mantêm sôbre a linguagem poética, neste Instituto de Lingüística, é uma prova eloqüente de que os problemas da linguagem poética estão no primeiro plano das preocupações dos lingüistas norte-americanos. Estou satisfeito com o fato de que — como o proclama Whitehall no excelente panfleto, publicado recentemente pelo Foreign Service Institute — uma ponte entre a Lingüística e a crítica literária tenha sido finalmente edificada neste país. O tema

próprio das pesquisas sobre poesia não é outro senão a linguagem, considerada do ponto de vista de sua função predominante: a ênfase na mensagem. Essa função poética, entretanto, não se confina à poesia. Há somente uma diferença na hierarquia: tal função pode estar subordinada a outras funções ou, ao contrário, aparecer como a função central, organizadora, da mensagem. A concepção da linguagem poética como uma forma de linguagem onde a função poética é predominante ajudar-nos-á a compreender melhor a linguagem prosaica de todos os dias, em que a hierarquia de funções é diferente mas em que tal função poética (ou estética) tem necessariamente um lugar e desempenha um papel tangível tanto do ponto de vista sincrônico como sob o ponto de vista diacrônico. Há casos fronteiros instrutivos: a mais alta *unidade lingüística codificada* funciona, ao mesmo tempo, como o menor *todo poético*; nessa área marginal, as pesquisas de nosso amigo D. B. Shinkin sobre os provérbios constituem um tema fascinante. Já que o provérbio é, ao mesmo tempo, uma unidade fraseológica e uma obra poética.

Mencionamos os fatores implicados no ato da fala mas nada dissemos das interações e permutações possíveis entre êsses fatores — por exemplo, os papéis de emissor e de receptor podem confundir-se ou alternar-se, o emissor e o receptor podem tornar-se o tema da mensagem etc. Mas o problema essencial para a análise do discurso é o do código comum ao emissor e ao receptor e subjacente à troca de mensagens. Qualquer comunicação seria impossível na ausência de um certo repertório de “possibilidades preconcebidas” ou de “representações pré-fabricadas” como dizem os engenheiros, e notadamente D. M. MacKay, um dos mais próximos dos lingüistas, entre eles. Quando li tudo o que escreveram os engenheiros de comunicações — sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra (em particular E. C. Cherry, D. Gabor e MacKay) — sobre código e mensagem, dei-me conta, é claro, de que desde há muito êsses dois aspectos complementares são familiares às teorias lingüísticas e lógicas da linguagem, tanto aqui como alhures; é a mesma dicotomia que encontramos sob denominações diversas tais como *langue-parole* (língua-fala), Sistema Lingüístico Enunciado, *Le-*

gisigns-Sinsigns, Type-Token (tipo-caso particular), *Sign-design, Sign-event* etc., (modelo semiótico-processo semiótico.) mas devo confessar que os conceitos de *código* e *mensagem* introduzidos pela teoria da comunicação são muito mais claros, muito menos ambíguos, muito mais operacionais do que tudo o que nos oferece a teoria tradicional da linguagem para exprimir essa dicotomia. Creio ser preferível trabalhar agora com êsses conceitos bem definidos, mensuráveis e analisáveis, a substituí-los por termos novos, e ademais um tanto vagos, tais como *common core* (“fundo comum”).

A teoria da comunicação parece-me uma boa escola para a Lingüística estrutural, assim como a Lingüística estrutural é uma escola útil para os engenheiros de comunicações. Penso que a realidade fundamental com que se tem de haver o lingüista é a interlocução — a troca de mensagens entre emissor e receptor, entre remetente e destinatário, entre codificador e decodificador. Ora, verificamos atualmente uma tendência para a volta a um estágio muito antigo, eu diria mesmo um estágio pre-whiteyano, de nossa disciplina: falo da tendência a considerar o discurso individual como a única realidade. Como já mencionei, qualquer discurso individual supõe uma troca. Não há emissor sem receptor — exceto, é claro, quando o emissor é um doente mental ou um bêbado. Quanto ao discurso não-exteriorizado, não-pronunciado, a chamada linguagem interior, trata-se apenas de um substituto elíptico e alusivo do discurso explícito e exteriorizado. O diálogo, aliás, subentende mesmo o diálogo interior, como uma série de observações o demonstraram, de Pierce a L. S. Vygotsky.

Foi com o costumeiro grande interêsse que li o artigo sôbre o *idioleto*, distribuído por meu velho amigo C. F. Hockett. Êsse artigo confina o idioleto aos hábitos que caracterizam o falar de um único indivíduo num dado momento e exclui tudo o que, nos hábitos lingüísticos dêsse indivíduo, se refere à compreensão do discurso dos outros. Se tôdas as minhas comunicações em Cambridge por um longo período fôsem observadas e gravadas, jamais me ouviriam pronunciar a palavra “idioleto”. E agora, entretanto, como me dirijo aos senhores, eu a emprego, porque me adapto à

linguagem de meus adversários potenciais, à de Hockett por exemplo. E, do mesmo modo, emprego muitas outras palavras. Quando fala a um novo interlocutor, a pessoa tenta sempre, deliberada ou involuntariamente, alcançar um vocabulário comum: seja para agradar, ou simplesmente para ser compreendido ou, enfim, para livrar-se dele, empregam-se os termos do destinatário. A propriedade privada, no domínio da linguagem, não existe: tudo é socializado. O intercâmbio verbal, como qualquer forma de relação humana, requer, pelo menos, dois interlocutores: o idioleto é, afinal, uma ficção algo perversa.

De fato, os lingüistas têm muito a aprender da teoria da comunicação. Um processo de comunicação normal opera com um codificador e um decodificador. O decodificador recebe uma mensagem. Conhece o código. A mensagem é nova para ele e, por via do código, ele a interpreta. No compreender essa operação, a Psicologia nos pode dar um grande auxílio. Devemos um dos momentos mais significativos desta Conferência ao sagaz relatório de Osgood sobre a análise psicolingüística dos processos de codificação e decodificação.

É a partir do código que o receptor compreende a mensagem. A posição do lingüista que decifra uma língua que não conhece é diferente. Ele tenta deduzir o código da mensagem: dessarte, ele não é um decodificador, é o que se chama um criptanalista. O decodificador é um destinatário virtual da mensagem. Os criptanalistas norte-americanos que durante a guerra liam as mensagens secretas dos japoneses não eram os destinatários dessas mensagens. É evidente que os lingüistas devem explorar a técnica dos criptanalistas; e, naturalmente, quando nos servimos durante muito tempo de uma técnica, acabamos por acreditar que é o procedimento normal. Mas em verdade um método desses representa apenas um papel marginal e excepcional na comunicação comum, e a tarefa do lingüista é começar como criptanalista para acabar como o decodificador normal da mensagem. Seu ideal é tornar-se semelhante a um membro da comunidade lingüística estudada. O criptanalista observa alofones e busca os fonemas. Mas os fonemas, os inva-

riantes, são muito mais familiares ao decodificador, ao membro da comunidade lingüística, do que as variantes. Pouco importa a êste o que sejam alofones. Interessa-lhe distinguir os contrastes fonológicos de modo a compreender o texto. (Diga-se de passagem que os têrmos “alofones” e “contraste” são em minha bôca outros exemplos da adaptação de quem fala a seus ouvintes; de outro modo, eu diria “variante” e “oposição”).)

No domínio da interação entre mensagem e código, esta Conferência assinala um grande progresso. Discutimos aqui, em diferentes níveis, a relação entre os dois protagonistas da comunicação lingüística. Ora, como sabemos muito bem, uma das tarefas essenciais da linguagem é vencer o espaço, abolir a distância, criar uma continuidade espacial, encontrar e estabelecer uma linguagem comum “através das ondas”. Evidentemente, de vez que a distância entra em jôgo, vemos aparecerem diferenças dialetais cada vez mais pronunciadas e numerosas. Consideremos duas comunidades lingüísticas vizinhas: o código não é mais o mesmo, mas nenhuma das duas comunidades se acha de fato isolada hermêticamente; quando isso acontece, é sempre um caso anormal e patológico. Via de regra, há uma tendência para compreender os membros da outra comunidade — ouvimos a comunicação esclarecedora de meu amigo Twaddell, que nos mostrou como funciona êsse gênero de mecanismo. É o que os engenheiros de comunicações chamam de “mudança de código” (*code-switching*). W. H. Twaddell sempre compreende não somente o problema da Lingüística de hoje, mas também o problema de amanhã. Assim como sua monografia acêrca da definição de fonema foi um acicate para o estabelecimento de uma análise fonética estritamente científica, sua nova comunicação reclama total atenção para o problema lingüístico fundamental da “mudança de código”.

Passemos agora aos enigmas do bilingüismo, que Mary R. Haas e J. B. Casagrande nos expuseram grãficamente. Trata-se ainda do mesmo problema de abolir a distância. Aqui, o *common core* (fundo comum) é por assim dizer inexistente. Os códigos são cada vez mais diferentes. Mas subsiste sempre uma certa correspondência, uma certa rela-

ção entre os dois códigos. Continua sendo possível chegar-se a uma compreensão ao menos parcial, e intervêm no caso mediadores lingüísticos, intérpretes — os bilingües. Tocamos aqui num ponto importantíssimo, decisivo. O bilingüismo é para mim o problema fundamental da Lingüística — e a divisão em secções separadas, a secção de Francês, a secção de Italiano, etc., pareceu-me sempre algo artificial. Há uma segregação completa entre línguas contíguas? Se existe uma cortina de ferro, sabemos como as várias formas de comunicação a atravessam facilmente. Sabemos que existem áreas bilingües ou grupos bilingües de pessoas — a sociologia da linguagem nos oferece interessantes testemunhos disso. Como visivelmente as pessoas bilingües podem falar a, e influenciar, um maior número de ouvintes, isso significa para elas mais poder, mais prestígio. Que resulta daí? Os bilingües adaptam uma língua a outra e por conseguinte estimulam a difusão de certos fenômenos entre os não-bilingües. Tocamos na questão que A. Sommerfelt abordava na sua importantíssima comunicação: a da difusão das estruturas (*patterns*) — das estruturas fonológicas, das categorias gramaticais, daquilo que Sapir chama de processos gramaticais. Poderemos fazer um juízo da vastidão dos fenômenos de difusão quando dispusermos do atlas iniciado em Oslo antes da última guerra e consagrado a êsses fenômenos, que foram cartografados sem levar em conta as fronteiras e as relações entre as línguas que os manifestam. Discuti essa questão com um lingüista dos mais prudentes, Haas, e com um antropólogo dos mais prudente, Ray. A extensão da difusão fonológica e gramatical entre línguas vizinhas, de origens visivelmente diferentes, pareceu-nos tão surpreendente, tão difícil de explicar, que concordamos unânimeamente na urgência de um estudo sistemático, em escala internacional, dêsses fenômenos. Tal empreendimento não elimina de maneira alguma os problemas de parentesco genético, mas deve-se dizer que o problema da afinidade não é menos importante — e sem um conhecimento exato do que seja afinidade, nunca conseguiremos descobrir os elementos pertinentes do ponto de vista genético.

Isto basta no que respeita às questões de espaço. Vamos agora ao fator tempo. Não se falou dêle nesta Confe-

rência, mas Hill o abordava no brilhante informe mimeo-grafado que nos foi distribuído. Habituará-nos aos manuais que preconizam uma separação completa entre a Linguística sincrônica e a Linguística diacrônica. Apresentavam-nas como duas metodologias inteiramente diferentes, como dois tipos de problemas fundamentalmente diferentes. Essa concepção está, ao meu ver, ultrapassada, e estamos de pleno acôrdo com as opiniões de Hill: a história de uma língua só pode ser a história de um sistema lingüístico que sofre diferentes mutações. Cada mutação deve ser analisada do ponto de vista do sistema como êste era antes e como ficou depois da mutação. Isto nos leva a um ponto importante. Formulo-o em térmos diferentes dos de Hill, mas espero que continuemos de acôrdo. Parece-me que o grande êrro e a grande confusão, a separação acentuada entre sincronia e diacronia, foi em grande medida devido à confusão entre duas dicotomias. Uma é a dicotomia entre sincronia e diacronia, outra a dicotomia entre estático e dinâmico. Sincrônico não é igual a estático. Se, no cinema, eu lhes perguntar o que estão vendo num dado momento na tela, os senhores não verão algô estático — verão cavalos a correr, pessoas a andar e outros movimentos. Onde vêem o estático? Sòmente nos painéis de cartazes. Nos cartazes, há o estático, mas não necessariamente o sincrônico. Vamos supor que um cartaz permaneça imutável durante um ano: eis o estático. E é perfeitamente legítimo perguntar-se o que é estático na Linguística diacrônica. Estou certo que interessaria a Hahn se eu tentasse definir o que é estático, imutável, em eslavo, desde a alta Idade Média ou desde o indo-europeu comum até nossos dias. É um problema estático, mas ao mesmo tempo um problema diacrônico.

Passemos aos problemas de dinâmica. Tomarei como exemplo uma mudança que pude observar já em minha infância: trata-se de uma mudança notável ocorrida no sistema vocálico do russo còrrente. Em posição inacentuada especialmente pretônica, os dois fonemas /e/ e /i/ eram distinguidos pela geração de nossos avós em Moscou. No linguajar de nossa geração e no de nossos filhos, êsses dois

fonemas fundiram-se num /i/. Para a geração intermediária, a de nossos pais, a distinção era facultativa. O que quer isto dizer? O seguinte: a geração intermediária tem um código que contém essa distinção. Quando se tem necessidade de fazer a discriminação para evitar ambigüidades ou para tornar o discurso particularmente claro, distinguem-se os dois fonemas na pronúncia. Mas num estilo negligente, despreocupado, elíptico por assim dizer, esta distinção, ao mesmo tempo que certas outras, pode ser omitida: o discurso se torna menos explícito. Assim, durante certo tempo, o ponto de partida e o remate da mutação coexistem sob a forma de duas camadas estilísticas diferentes; além disso, quando o fator temporal entra em jogo num sistema de valores simbólicos como a linguagem, éle próprio se torna um símbolo e pode ser utilizado como recurso estilístico. Por exemplo, quando falamos de maneira mais conservadora, empregamos as formas mais arcaicas. Em russo moscovita, a geração de nossos pais não empregava a distinção entre /e/ e /i/ inacentuados na conversação familiar: preferivelmente, seguia a nova moda de fundir os dois fonemas para dar a impressão de ser mais jovem do que era realmente. Suponhamos que uma geração faça sempre a distinção e que a seguinte não a faça nunca. Entretanto, não acontece jamais que uma só geração exista a certo tempo e que todos os membros da geração precedente morram simultaneamente no mesmo dia. Portanto, os dois sistemas coexistem sempre durante certo tempo, e habitualmente as duas gerações têm entre si algum intercâmbio e o receptor pertencente a uma delas tem hábito de recodificar as mensagens recebidas do emissor da outra. Uma mudança é, pois, em seus primórdios, um fato sincrônico e, na medida em que não desejemos simplificar demais, a análise sincrônica deve englobar as mudanças lingüísticas; inversamente, as mudanças lingüísticas só podem ser compreendidas à luz da análise sincrônica.

Há um outro problema que se faz cada vez mais premente em Lingüística estrutural. Não discutimos êsse problema aqui, mas éle será levantado numa das próximas Conferências: trata-se do problema ao qual se faz freqüentemente alusão; tanto neste país como em outras partes, mas que está ainda em fase de laboratório. É o problema da tipologia

lingüística — a tipologia dos sistemas e as leis universais que estão subjacentes a essa tipologia. Quais os elementos que podem ocorrer conjuntamente, quais os que não o podem? Quais os elementos que necessariamente ocorrem conjuntamente? Qual elemento B implica tal elemento A e quais elementos não se implicam reciprocamente? Qual elemento implica a ausência de outro?

O debate, introduzido por C. E. Osgood, sobre a afasia e sobre o problema conexo da linguagem infantil, leva-nos diretamente à questão das leis gerais da estruturação das línguas. Assim que verso tais problemas, o inevitável cético surge: “Nós não conhecemos tôdas as línguas”, diz êle. “como então pode estar certo de que êste ou aquêle fenômeno estrutural não exista?”. Muito bem; mas conhecemos um número suficiente de línguas para estarmos certos de que se, no futuro, uma exceção a uma dessas supostas leis fôsse descoberta, tal exceção representaria apenas uma porcentagem ínfima e a lei guardaria o valor de uma constatação estatística de pêso — tendo uma probabilidade inferior a 1, mas ainda assim muito próxima de 1. Além disso, existem leis de estruturação às quais é extremamente improvável que se possa achar a mínima exceção. Línguas que não admitem vogais como iniciais de palavra não são raras, mas duvido da existência de línguas que não admitam consoantes iniciais.

Embora existam leis universais que governam os sistemas fonológicos e gramaticais, dificilmente encontraremos leis gerais de mudanças lingüísticas. Poderemos no máximo observar certas tendências, estabelecer o maior ou menor grau de probabilidade de diversas mudanças. Para que uma mudança seja possível, a única condição é a de que não chegue a um estado que contradiga as leis estruturais gerais. Esta maior validade das leis estáticas em contraposição às dinâmicas não se confina à Lingüística. Em outros domínios, o desenvolvimento das ciências modernas conduz às mesmas conclusões. É assim que aprendemos — cito — que a mecânica quântica é determinista do ponto de vista mórfico, ao passo que os processos temporais, as passagens de um estado estacionário a outro, são regidos por leis estatísticas:

comparada à mecânica clássica, a mecânica quântica ganha em determinismo mórfico o que perde em determinismo temporal. Àqueles a quem as analogias arriscadas apavorem facilmente, replicarei que eu também detesto as analogias perigosas, mas gosto das analogias fecundas. Só o futuro dirá se tais analogias entre disciplinas diferentes são perigosas ou fecundas.

Finalmente, um dos traços mais sintomáticos desta Conferência terá sido este: debatemos longa e apaixonadamente questões de sentido. Certos oradores notaram que, há somente alguns anos atrás, isso teria sido unimaginável. Pois bem, o fato de não terem sido elas discutidas mais cedo também se demonstrou útil. Os problemas impõem seu próprio calendário. Não podemos abordá-los todos ao mesmo tempo. Ainda há pessoas que dizem que as questões de sentido não têm sentido para elas, mas, quando dizem “não tem sentido”, de duas, uma: ou sabem o que querem dizer, e *eo ipso* a questão do sentido adquire sentido, ou então não sabem, e sua fórmula se torna sem sentido.

Achô excelente a expressão de Smith, *differential meaning*, “significação diferencial”. Gostaria somente de acrescentar que toda significação lingüística é diferencial. As significações lingüísticas são diferenciais no mesmo sentido em que os fonemas são unidades fônicas diferenciais. Os lingüistas sabem que os sons da fala apresentam, além dos fonemas, variantes contextuais e variantes facultativas, situacionais (ou, em outros termos, “alofones” e “metafonos”). Do mesmo modo, no nível semântico, encontram-se significações contextuais e significações situacionais. Mas só a existência de elementos invariantes permite reconhecer as variações. Tanto no nível do sentido como no nível do som, o problema dos invariantes é um problema crucial para a análise de um determinado estágio de uma língua dada. Esses invariantes, embaraçosos para o criptanalista, são familiares ao decodificador aborígine que, diante de um enunciado nôvo, sabe de antemão o que as palavras querem dizer, desde que pertença à mesma comunidade lingüística e não seja um caso patológico. É graças aos fonemas que o decodificador normal reconhece os sons pronunciados, e é

graças aos modelos lexicais e morfológicos existentes no código que êle capta o sentido das palavras e dos morfemas presentes na mensagem. Se, todavia, os senhores não gostarem da palavra “significado” (*meaning*), por causa de sua ambigüidade, podemos falar simplesmente de invariantes semânticos — e êstes não são menos importantes para a análise lingüística que os invariantes fonológicos.

Smith, que tem o raro dom de apresentar e exemplificar bem concretamente as coisas, e utiliza tão tangivelmente o “significado diferencial” quanto o tio rico da encantadora anedota que nos contou, dizia que nos cumpre descobrir se as significações são idênticas ou diferentes. Certamente êle compreende tão bem quanto nós que é mais fácil proclamar o princípio de *Identidade* e de *Alteridade* do que decidir se dois processos semiológicos (*sign-events*) encarnam efetivamente o mesmo modelo (*design*), ou se as duas instâncias (*tokens*) devem ser atribuídas a tipos semiológicos (*sign-types*) diferentes. A identificação e a diferenciação não passam das duas faces de um mesmo e único problema que é o problema principal de tôda a Lingüística, nos dois níveis do significante e do significado, do *signans* e do *signatum* — para nos servirmos dos bons e velhos têrmos de Santo Agostinho — ou da “expressão” e do “conteúdo”, como o batiza Hjelmslev na sua grande obra de glossemática. Êste problema da identificação e da diferenciação, nos dois níveis da “expressão” e do “conteúdo”, é, para nós lingüistas, uma questão intrinsecamente lingüística.

Certos teóricos afirmam, é verdade, que a sintaxe se ocupa das relações dos signos entre si e a semântica das relações entre os signos e as coisas. Limitemo-nos entretanto, no quadro da Lingüística sincrônica, a examinar qual a diferença entre sintaxe e semântica. A linguagem implica dois eixos. A sintaxe se ocupa do eixo dos encadeamentos (concatenação), a semântica do eixo das substituições. Suponhamos que eu diga, por exemplo, “o pai tem um filho”: as relações entre “o”, “pai”, “tem”, “um”, e “filho” se situam no nível da cadeia verbal, são relações sintáticas. Quando comparo os contextos — “o pai tem um filho”, “a mãe tem um filho”, “o pai tem uma filha”, “o

pai tem dois filhos”, substituo certos signos por outros e as relações semânticas com que nos havemos são relações tanto lingüísticas quanto sintáticas. A concatenação implica a substituição.

Será novidade insistir no caráter intrinsecamente lingüístico da semântica? Não, trata-se de algo que já havia sido dito muito claramente; mas acontece que as coisas que são ditas muito claramente caem por vêzes em esquecimento total. Desde 1867, C. S. Peirce, que, repito, deve ser considerado como o autêntico e intrépido precursor da Lingüística estrutural, estabeleceu nitidamente o caráter lingüístico da semântica. Como dizia êle, o signo — e em particular o signo lingüístico — para ser compreendido exige não só dois protagonistas que participem do ato da fala, mas, além disso, de um “interpretante”. Segundo Peirce, a função dêsse interpretante é realizada por outro signo ou conjunto de signos, que são dados juntamente com o signo em questão ou que lhe poderiam ser substituídos. Eis, sem dúvida nenhuma, algo que deveria ser o ponto de partida de tôdas as nossas discussões futuras sôbre o tratamento lingüístico das significações — problema que estará certamente no centro de nossas preocupações no futuro imediato. Não há dúvida de que haverá discussões quanto à terminologia, aos processos técnicos e a algumas facêtas da teoria — mas os marcos fundamentais já se vislumbram.

Sabemos cada vez melhor como incorporar as significações gramaticais à análise estrutural, como o revelou a viva discussão conduzida por nossos amigos de Yale, F. G. Lounsbury e R. S. Wells. Mas mesmo na interpretação das significações lexicais menos nitidamente estruturadas, podemos e devemos continuar dentro do quadro da metodologia lingüística. A significação lexical seria sempre de sua competência, mesmo que nos limitássemos ao estudo dos diferentes contextos e restringíssemos êsse estudo à análise distribucional: um enunciado que tenha a forma de uma equação reversível — $A \text{ é } B, B \text{ é } A$ — é também um contexto; e uma das teses mais esclarecedoras de Peirce alvitra que o sentido de um signo é outro signo pelo qual êle pode ser traduzido. Ao ler no jornal de hoje: “OPA permite a

'alta de preço do porco", pessoalmente, eu não sei o que seja OPA, mas conheço o sentido das palavras "permite", "preço", "alta" e "porco". Como "porco" pode ser definido do ponto de vista lingüístico? "Porco significa carne de suíno usada como alimento". Tal contexto equacional é perfeitamente aceitável para a comunidade lingüística, da mesma forma que o enunciado inverso segundo o qual a carne de suíno usada como alimento chama-se "porco". O enunciado só nos informa, de fato, a significação lexical da palavra "porco" em português. Há diferentes maneiras de interpretar a palavra "porco" por meio de outros signos. Empregamos uma circunlocução, e podemos sempre fazê-lo: Pierce dá uma definição incisiva do principal mecanismo estrutural da linguagem quando mostra que todo signo pode ser traduzido por outro signo no qual êle está mais completamente desenvolvido. Em lugar de um método intralingual, podemos usar um modo interlingual de interpretação ao traduzir a palavra "porco" para outra língua. O método seria intersemiótico se recorrêssemos a um signo não-lingüístico, por exemplo a um signo pictórico. Mas em todos êsses casos substituímos signos por signos. O que resta, então, de uma relação direta entre a palavra e a coisa?

No interessantíssimo artigo distribuído por Harris e Voegelin é abordada a questão do papel que representa o "apontar com o dedo" (*pointing*) na elucidação do sentido. Permito-me acrescentar-lhe algumas considerações. Suponhamos que eu queira explicar a um índio unilingüe o que é Chesterfield e lhe aponte com o dedo um maço de cigarros. Que é que o índio pode concluir? Êle não sabe se eu estou pensando nesse maço em particular ou num maço em geral, num cigarro ou em muitos, numa certa marca ou em cigarros em geral, ou, mais geralmente ainda, em algo que se fuma, ou, universalmente, nalguma coisa agradável. Além do mais, êle ignora se lhe estou simplesmente mostrando, ou se lhe estou dando, ou se lhe estou vendendo, ou se lhe estou proibindo os cigarros. Êle só fará idéia do que é e do que não é Chesterfield quando tiver dominado uma série de outros signos lingüísticos que funcionarão como "interpretantes" do signo em questão.

Lembram-se do sábio de Balnibarbi, nas *Viagens de Gulliver*? Ele decidira que, “já que as palavras são apenas substitutos das coisas, seria mais prático para todos os homens carregar consigo as coisas que fôsem necessárias para exprimir os assuntos específicos que tivessem de discutir”. Evidenciou-se, entretanto, um inconveniente, assinalado por Swift, que era tão hábil na sátira quanto na ciência da comunicação: “se as ocupações de um homem são importantes, e de várias espécies, êle será obrigado, proporcionalmente a carregar um fardo maior de coisas nas costas” e se arrisca a ser esmagado pelo pêsso delas. Seria difícil conversar acêrca de “uma baleia”, mais embaraçoso ainda falar de “baleias”, e praticamente impossível comunicar qualquer coisa sôbre “tôdas as baleias” ou “baleias ausentes”. Supondo mesmo que se consiga miraculosamente reunir tôdas as baleias do mundo, como exprimir, por coisas, que estão tôdas ali verdadeiramente?

A lógica simbólica não tem deixado de lembrar-nos que as “significações lingüísticas”, constituídas pelo sistema das relações analíticas de uma expressão com outras expressões, não pressupõem a presença das coisas. Os lingüistas, ao contrário, fizeram o impossível para excluir a significação, e todo recurso à significação, da Lingüística. Dessarte, o campo da significação permanece uma terra de ninguém. Êsse jôgo de esconde-esconde deve terminar. Por anos e décadas, temos lutado no sentido de anexar os sons da fala à Lingüística, constituindo assim a fonologia. Devemos agora abrir uma segunda frente: estamos diante da tarefa de incorporar as significações lingüísticas à ciência da linguagem.

Temo que minhas considerações sôbre todos êsses problemas pendentes sejam tão fragmentárias quanto um *trailer* cinematográfico, mas os senhores as compreenderão, se é verdade, como diz Peirce, que todo signo pode ser traduzido em outro signo mais explícito.

DOIS ASPECTOS DA LINGUAGEM E DOIS TIPOS DE AFASIA

I — A AFASIA COMO PROBLEMA LINGÜÍSTICO

Se a afasia é uma perturbação da linguagem, como o próprio termo sugere, segue-se daí que toda descrição e classificação das perturbações afásicas deve começar pela questão de saber quais aspectos da linguagem são prejudicados nas diferentes espécies de tal desordem. Esse problema, abordado há já muito tempo por Hughlings Jackson¹, não pode ser resolvido sem a participação de lingüistas profissionais familiarizados com a estrutura e o funcionamento da linguagem.

Para estudar, de modo adequado, qualquer ruptura nas comunicações, devemos, primeiro, compreender a natureza e a estrutura do modo particular de comunicação que cessou de funcionar. A Lingüística interessa-se pela linguagem em todos os seus aspectos — pela linguagem em ato, pela linguagem em evolução², pela linguagem em estado nascente, pela linguagem em dissolução.

Atualmente, há psicopatologistas que dão grande importância aos problemas lingüísticos relacionados com o estudo

(1) Hughlings Jackson, "Papers on affections of speech" (republicados e comentados por H. Head), *Brain*, XXXVIII (1915).

(2) E. Sapir, *Language* (Nova Iorque, 1921), Capítulo VII: "Language as a historical product; drift."

das perturbações de linguagem³; algumas dessas questões foram versadas nos melhores tratados recentemente publicados acêrca da afasia⁴. Entretanto, na maioria dos casos, essa legítima insistência na contribuição dos lingüistas às pesquisas sôbre a afasia é ainda ignorada. Um livro recente, por exemplo, que trata extensamente das complexas e múltiplas implicações da afasia infantil, faz um apêlo em prol da coordenação de várias disciplinas e reclama a cooperação de otorrinolaringologistas, pediatras, audiólogos, psiquiatras e educadores; todavia, a ciência da linguagem passa em silêncio como se as perturbações da percepção da fala não tivessem nada a ver com a linguagem⁵. Esta omissão é tanto mais deplorável quanto o autor é o Diretor da Clínica de Audição e Afasia Infantil, na North Western University, que conta, entre seus lingüistas, Werner F. Leopold, sem dúvida o melhor especialista norte-americano em linguagem infantil.

Os lingüistas têm sua parte de responsabilidade no atraso em empreender uma pesquisa conjunta sôbre afasia. Nada de comparável às minuciosas observações lingüísticas feitas em crianças de diferentes países foi realizado no que concerne aos afásicos. Tampouco houve qualquer tentativa de reinterpretar e sistematizar, do ponto de vista da Lingüística, os múltiplos dados clínicos referentes aos diversos tipos de afasia. Esse estado de coisas é bastante surpreendente, pois, de um lado, os espantosos progressos da Lingüística estrutural dotaram os pesquisadores de instrumentos e métodos eficazes para o estudo da regressão verbal e, de outro lado, a desintegração afásica das estruturas verbais pode abrir,

(3) Ver, por exemplo, a discussão sôbre afasia nos "Nederlandsche Vereeniging voor Phonetische Wetenschappen", com artigos do lingüista J. van Ginneken e de dois psiquiatras, F. Grewel e V. W. D. Schenk, *Psychiatrische en Neurologische Bladen*, XLV (1941), p. 103 ss. cf., outrossim, F. Grewel, "Aphasie en linguistiek", *Nederlandsch Tijdschrift voor Geneeskunde*, XCIII (1949), p. 726 ss.

(4) A. R. Luria, *Travmatičeskaja afazija* (Moscou, 1947); Kurt Goldstein, *Language and Language Disturbances* (Nova Iorque, 1948); André Ombredane, *L'aphasie et l'élaboration de la pensée explicite* (Paris, 1951).

(5) H. Myklebust, *Auditory Disorders in Children* (Nova Iorque, 1954).

para o lingüista, perspectivas novas no tocante às leis gerais da linguagem.

A aplicação de critérios puramente lingüísticos à interpretação e classificação dos fatos da afasia pode contribuir, de modo substancial, para a ciência da linguagem e das perturbações da linguagem, desde que os lingüistas procedam com o mesmo cuidado e precaução ao examinar os dados psicológicos e neurológicos como quando tratam de seu domínio habitual. Primeiramente, devem familiarizar-se com os termos e procedimentos técnicos das disciplinas médicas que tratam da afasia; em seguida, devem submeter os relatórios de casos clínicos a uma análise lingüística completa; ademais, eles próprios deveriam trabalhar com os pacientes afásicos a fim de abordar os casos diretamente e não somente através de uma reinterpretação das observações já feitas, concebidas e elaboradas dentro de um espírito totalmente diferente.

Há um nível de fenômenos afásicos em que notável acôrdo foi alcançado durante os últimos vinte anos entre os psiquiatras e os lingüistas que têm tratado dessas questões: a saber, a desintegração do sistema fônico⁶. Essa dissolução apresenta uma ordem temporal de grande regularidade. A regressão afásica se revelou um espelho da aquisição de sons da fala pela criança; ela nos mostra o desenvolvimento da criança ao inverso. Mais ainda, a comparação entre a linguagem infantil e a afasia nos permite estabelecer diversas leis de implicação. A pesquisa sôbre a ordem das aquisições e das perdas e sôbre as leis gerais de implicação não pode

(6) O empobrecimento afásico do sistema fônico foi observado e discutido pela lingüista Marguerite Durand em colaboração com os psicopatologistas Th. Alajouanine e A. Ombredane (em sua obra conjunta *Le syndrome de désintégration phonétique dans l'aphasie*, Paris, 1939) e por R. Jakobson (o primeiro esboço, apresentado ao Congresso Internacional de Lingüistas reunido em 1939 em Bruxelas — ver N. Trubetzkoy, *Principes de phonologie*, Paris, 1949, pp. 367-79 — foi posteriormente desenvolvido em "Kindersprache, Aphasie und allgemeine Lautgesetze", *Uppsala Universitets Arsskrift*, 1942: 9; ver *Selected Writings*, Haia, 1962, 328-401); foi estudado mais amplamente em sua obra *Sound and Meaning* (a ser publicada por Wiley and Sons, em colaboração com The Technology Press). Cf. K. Goldstein, p. 32 ss.

ser limitada ao sistema fonológico mas deve estender-se também ao sistema gramatical. Fizeram-se apenas alguns ensaios preliminares nesse sentido, e tais esforços merecem ser continuados⁷.

II — O DUPLO CARÁTER DA LINGUAGEM

Falar implica a seleção de certas entidades lingüísticas e sua combinação em unidades lingüísticas de mais alto grau de complexidade. Isto se evidencia imediatamente ao nível lexical: quem fala seleciona palavras e as combina em frases, de acôrdo com o sistema sintático da língua que utiliza; as frases, por sua vez, são combinadas em enunciados. Mas o que fala não é de modo algum um agente completamente livre na sua escolha de palavras: a seleção (exceto nos raros casos de efetivo neologismo) deve ser feita a partir do repertório lexical que éle próprio e o destinatário da mensagem possuem em comum. O engenheiro de comunicações aproxima-se de modo mais adequado da essência do ato da fala quando sustenta que, na troca ótima de informação, o que fala e o que ouve têm a sua disposição mais ou menos o mesmo “fichário de representações *pré-fabricadas*”: o destinatário da mensagem verbal escolhe uma destas “possibilidades preconcebidas” e impõe-se que o destinatário faça uma escolha idêntica no mesmo repertório de “possibilidades já previstas e preparadas”⁸. Assim, para ser eficiente, o ato da fala exige o uso de um código comum por seus participantes.

“Você disse *porco* ou *pôrto*?” perguntou o Gato. “Eu disse *porco*, respondeu Alice”⁹. Dentro dêste enunciado

(7) Uma investigação conjunta de certas perturbações gramaticais foi levada a cabo na Clínica da Universidade de Bonn pelo lingüista G. Kandler e dois médicos, F. Panse e A. Leischner; ver seu informe, *Klinische und sprachwissenschaftliche Untersuchungen zum Agrammatismus* (Stuttgart, 1952).

(8) D. M. Mackay, “In search of basic symbols”, *Cybernetics, Transactions of the Eighth Conference* (Nova Iorque, 1952), p. 183.

(9) Lewis Carroll, *Alice's Adventures in Wonderland*, Capítulo VI.

específico, o destinatário felino se esforça por captar uma escolha lingüística feita pelo remetente. No código comum do Gato e de Alice, em português corrente, a diferença entre uma oclusiva velar e uma oclusiva dental, mesmo se todo o restante fôr igual, pode modificar a significação da mensagem. Alice usou o traço distintivo “velar/ dental” rejeitando o segundo para escolher o primeiro dos dois termos opostos, e no mesmo ato de fala ela combinou essa solução com alguns outros traços simultâneos, pois /k/ é surdo por oposição a /g/ sonoro, e oclusivo por oposição a /r/ vibrante velar. Assim, todos êsses atributos foram combinados em um feixe de traços distintivos: no que se chama um fonema. O fonema /k/ é precedido e seguido pelos fonemas /p/, /o/, /r/ e /o/, os quais são, êles próprios, feixes de traços distintivos produzidos simultâneamente. Pode-se dizer que a concorrência de entidades simultâneas e a concatenação de entidades sucessivas são os dois modos segundo os quais nós, que falamos, combinamos os constituintes lingüísticos.

Nem feixes de traços como /k/ ou /t/, nem seqüências de feixes como /porku/ ou /portu/ são inventados pela pessoa que os utiliza. Tampouco pode o traço distintivo velar/dental, ou o fonema /k/, aparecer fora do contexto. O traço velar aparece em combinação com outros traços concomitantes e o repertório de combinações dêsses traços em fonemas como /p/, /b/, /t/, /d/, /k/, /g/ etc., é limitado pelo código da língua dada. O código impõe limitações às possíveis combinações do fonema /k/ com os fonemas subseqüentes e/ou precedentes, e somente uma parte das seqüências de fonemas permissíveis é realmente utilizada no estoque lexical de uma língua dada. Mesmo quando outras combinações de fonemas são teòricamente possíveis, o que fala, via de regra, é apenas um usuário, não um criador de palavras. Diante de palavras individuais, esperamos que elas sejam unidades codificadas. Assim, para compreender a palavra *nylon*, devemos saber o significado atribuído a êsse vocábulo no código lexical do inglês moderno.

Em tôda língua, existem também grupos de palavras codificadas chamados palavras-frases. O significado da fór-

mula *como vai você* não pode ser inferido da adição dos significados de seus constituintes lexicais; o todo não é igual à soma de suas partes. Grupos de palavras, que, neste particular, se comportam como palavras únicas, representam um caso comum, mas não obstante marginal. Para compreender a esmagadora maioria dos grupos de palavras, basta estarmos familiarizados com as palavras constituintes e com as regras sintáticas de suas combinações. Dentro desses limites, temos liberdade de ordenar as palavras em contextos novos. Evidentemente, tal liberdade é relativa e a pressão dos chavões usuais sobre nossa escolha de combinações é considerável. Mas a liberdade de compor contextos totalmente novos é inegável, apesar da probabilidade estatística relativamente baixa de sua ocorrência.

Existe pois, na combinação de unidades lingüísticas, uma escala ascendente de liberdade. Na combinação de traços distintivos em fonemas, a liberdade individual do que fala é nula; o código já estabeleceu tôdas as possibilidades que podem ser utilizadas na língua em questão. A liberdade de combinar fonemas em palavras está circunscrita; está limitada à situação marginal da criação de palavras. Ao formar frases com palavras, o que fala sofre menor coação. E, finalmente, na combinação de frases em enunciados, cessa a ação das regras coercivas da sintaxe e a liberdade de qualquer indivíduo para criar novos contextos cresce substancialmente, embora não se deva subestimar o número de enunciados estereotipados.

Todo signo lingüístico implica dois modos de arranjo:

- 1) A combinação. Todo signo é composto de signos constituintes e/ou aparece em combinação com outros signos. Isso significa que qualquer unidade lingüística serve, ao mesmo tempo, de contexto para unidades mais simples e/ou encontra seu próprio contexto em uma unidade lingüística mais complexa. Segue-se daí que todo agrupamento efetivo de unidades lingüísticas liga-as numa unidade superior: combinação e contextura são as duas faces de uma mesma operação.

- 2) A seleção. Uma seleção entre termos alternativos implica a possibilidade de substituir um pelo outro, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro. De fato, seleção e substituição são as duas faces de uma mesma operação.

O papel principal que estas duas operações desempenham na linguagem foi claramente percebido por Ferdinand de Saussure. Entretanto, das duas variedades de combinação — concorrência e concatenação — somente a segunda, a seqüência temporal, foi reconhecida pelo lingüista genebrino. Malgrado sua própria intuição do fonema como um conjunto de elementos diferenciais, o mestre sucumbiu à tradicional crença no caráter linear da linguagem “qui exclut la possibilité de prononcer deux éléments à la fois”¹⁰.

A fim de delimitar os dois modos de arranjo, que descrevemos como sendo a combinação e a seleção, F. de Saussure estabeleceu que o primeiro “aparece *in praesentia*: baseia-se em dois ou vários termos igualmente presentes dentro de uma série efetiva”, enquanto o segundo “une os termos *in absentia* como membros de uma série mnemônica virtual”. Isto quer dizer: a seleção (e, correlativamente, a substituição) concerne às entidades associadas no código mas não na mensagem dada, ao passo que, no caso de combinação, as entidades estão associadas em ambos ou somente na mensagem efetiva. O destinatário percebe que o enunciado dado (mensagem) é uma combinação de partes constituintes (frases, palavras, fonemas etc.) selecionadas do repertório de todas as partes constituintes possíveis (código). Os constituintes de um contexto têm um estatuto de contigüidade, enquanto num grupo de substituição os signos estão ligados entre si por diferentes graus de similaridade, que oscilam entre a equivalência dos sinônimos e o fundo comum (*common core*) dos antônimos.

Essas duas operações fornecem a cada signo lingüístico dois grupos de interpretantes, para retomar o útil conceito

(10) F. de Saussure, *Cours de linguistique générale*, 2.^a ed. (Paris, 1922), pp. 68 s. e 170 s.

introduzido por Charles Sanders Peirce¹¹: duas referências servem para interpretar o signo — uma ao código e outra ao contexto, seja êle codificado ou livre; em cada um desses casos, o signo está relacionado com outro conjunto de signos lingüísticos, por uma relação de alternância no primeiro caso e de justaposição no segundo. Uma dada unidade significativa pode ser substituída por outros signos mais explícitos do mesmo código, por via de que seu significado geral se revela, ao passo que seu sentido contextual é determinado por sua conexão com outros signos no interior da mesma seqüência.

Os constituintes de qualquer mensagem estão necessariamente ligados ao código por uma relação interna e à mensagem por uma relação externa. A linguagem, em seus diferentes aspectos, utiliza os dois modos de relação. Quer mensagens sejam trocadas ou a comunicação proceda de modo unilateral do remetente ao destinatário, é preciso que, de um modo ou de outro, uma forma de contigüidade exista entre os protagonistas do ato da fala para que a transmissão da mensagem seja assegurada. A separação no espaço, e muitas vêzes no tempo, de dois indivíduos, o remetente e o destinatário, é franqueada graças a uma relação interna: deve haver certa equivalência entre os símbolos utilizados pelo remetente e os que o destinatário conhece e interpreta. Sem tal equivalência, a mensagem se torna infrutífera — mesmo quando atinge o receptor, não o afeta.

III — O DISTÚRBIO DA SIMILARIDADE

É claro que os distúrbios da fala podem afetar, em graus diversos, a capacidade que o indivíduo tem de combinar e selecionar as unidades lingüísticas e, de fato, a questão de saber qual das duas operações é principalmente afetada se revela ser de primordial importância para a descrição, análise e classificação das diferentes formas de afasia.

(11) C. S. Peirce, *Collected Papers*, II e IV (Cambridge, Mass., 1932, 1934) — ver Índice de assuntos.

Essa dicotomia é talvez até mais sugestiva ainda que a distinção clássica (não discutida neste artigo) entre a afasia de emissão e de recepção, que indica qual das duas funções, no intercâmbio verbal, na codificação ou na decodificação de mensagens verbais, é particularmente afetada.

Head tentou classificar os casos de afasia em grupos definidos¹² e atribuir a cada uma dessas variedades “um nome escolhido para assinalar a deficiência mais saliente no manejo e compreensão das palavras e das frases” (p. 412). Distinguímos, seguindo essa direção, dois tipos fundamentais de afasia — conforme a deficiência principal resida na seleção e substituição, enquanto a combinação e a contextura ficam relativamente estáveis; ou, ao contrário, resida na combinação e contextura, com uma retenção relativa das operações de seleção e substituição normais. Ao traçar as grandes linhas desses dois padrões opostos de afasia, utilizarei principalmente os materiais fornecidos por Goldstein.

Para os afásicos de primeiro tipo (deficiência de seleção), o contexto constitui fator indispensável e decisivo. Quando se apresentam, a um doente que tal, fragmentos de palavras ou frases, êle as completa com muita facilidade. Sua linguagem é meramente reativa: êle continua facilmente uma conversa, mas tem dificuldades em começar um diálogo; é capaz de responder a um interlocutor real ou imaginário quando êle próprio é, ou imagina ser, o destinatário da mensagem. Ê-lhe particularmente difícil empreender ou até mesmo compreender um discurso fechado como o monólogo. Quanto mais seus enunciados dependam do contexto, melhor se haverá êle em sua tarefa verbal. Sente-se incapaz de emitir uma frase que não responda ou a uma réplica do interlocutor ou a uma situação efetivamente presente. A frase “chove” só poderá ser dita se o que a pronuncia perceber que realmente chove. Quanto mais profundamente estiver o enunciado embutido no contexto verbal ou não verbalizado, maiores serão as probabilidades de ser levado a cabo com êxito por tal categoria de pacientes.

(12) H. Head, *Aphasia and Kindred Disorders of Speech*, I (Nova Iorque, 1926).

De igual maneira, quanto mais uma palavra depender de outras da mesma frase e quanto mais se relacionar com o contexto sintático, menos afetada será pelo distúrbio da fala. É por isso que as palavras sintaticamente subordinadas por concordância ou regência gramatical são mais resistentes, ao passo que o principal agente subordinante da frase, isto é, o sujeito, tende a ser omitido. Na medida em que o início fôr a principal dificuldade do paciente, é evidente que malogrará precisamente no ponto de partida, a pedra angular na estrutura da frase. Nesse tipo de distúrbio da linguagem, as frases são concebidas como seqüências elípticas, a serem completadas a partir de frases anteriormente ditas, quando não imaginadas, pelo próprio afásico ou recebidas por êle de um interlocutor real ou imaginário. Palavras-chaves podem ser eliminadas ou trocadas por substitutos anafóricos abstratos¹³. Como observou Freud, um substantivo específico é substituído por um termo muito genérico, como, por exemplo, *machin*, *chose*, na linguagem dos afásicos franceses¹⁴. Num caso de "afasia amnésica" observado por Goldstein (p. 246 ss.), *Ding*, "coisa", ou *Stückle*, "pedaço", eram usados como substitutos para todos os nomes inanimados, e *überfahren*, "realizar", substituía verbos identificáveis a partir do contexto ou situação e que por isso pareciam supérfluos ao paciente.

As palavras que comportam uma referência inerente ao contexto, tais como pronomes e advérbios pronominais, e as palavras que servem apenas para construir o contexto tais como conectivos e auxiliares, estão particularmente propensas a sobreviver. Um enunciado típico de um doente alemão, referido por Quensel e citada por Goldstein (p. 302), vai servir-nos de ilustração.

"Ich bin doch hier untem, na wenn ich gewesen bin ich wees nicht, we das, nu wenn ich, ob das num doch, noch, ja. Was Sie her, wenn ich, och ich weess nicht, we das hier war ja..."

(13) Cf. L. Bloomfield, *Language* (Nova Iorque, 1933), Capítulo XV: Substituição.

(14) S. Freud, *On aphasia* (Londres 1953), p. 22.

Assim, somente a estrutura, os elos de conexão da comunicação são poupados nesse tipo de afasia em seu estágio crítico.

Na teoria da linguagem, desde a alta Idade Média, afirmou-se, repetidas vezes, que a palavra, fora do contexto, não tem significado. A validade dessa afirmação está, entretanto, limitada à afasia ou, mais exatamente, a um tipo de afasia. Nos casos patológicos em discussão, uma palavra isolada não significa, de fato, nada mais que simples tagarelíce. Como numerosas provas o mostraram, para doentes desse tipo, duas ocorrências da mesma palavra em contextos diferentes constituem simples homônimos. Já que vocábulos distintos trazem uma quantidade de informação maior que os homônimos, alguns afásicos deste tipo têm tendência a substituir as variantes contextuais de uma mesma palavra por termos diferentes, cada um dos quais é específico para as circunstâncias dadas. Assim, o paciente de Goldstein não proferia jamais a palavra *faca* sozinha, mas, conforme seu uso e circunstâncias, designava a faca respectivamente como *apontador*, *cortador-de-maçã*, *faca-de-pão* e *talher* (garfo e faca) (p. 62); desse modo a palavra *faca* era mudada, de uma forma livre, capaz de ocorrer isolada, para uma forma vinculada.

“Tenho um bom apartamento, *hall* de entrada, dormitório, cozinha”, diz um paciente de Goldstein. “Há também apartamentos grandes, só que no fundo vivem solteiros.” Uma forma mais explícita, o grupo de palavras *pessoas não-casadas*, poderia ter substituído *solteiros*, mas foi esse termo universal o escolhido pelo paciente. Instado a dizer o que era um solteiro, o doente não respondeu e ficou “aparentemente angustiado” (p. 270). Uma resposta como “solteiro é um homem não-casado” ou “um homem não-casado é solteiro” teria constituído uma predicação equacional e assim uma projeção de um grupo de substituição, do código lexical da língua portuguesa, no contexto da mensagem em questão. Os termos equivalentes tornam-se duas partes correlativas da frase e por conseguinte se unem por um laço de contigüidade. O paciente era capaz de esco-

lher o termo apropriado *solteiro*, quando era apoiado pelo contexto de uma conversa habitual sobre “os apartamentos de solteiro”, mas mostrou-se incapaz de utilizar o grupo de substituição *solteiro* = *homem não-casado* como tema de uma frase porque a capacidade de seleção e substituição autônoma tinha sido afetada. A frase equacional pedida, sem êxito, ao paciente, veicula como sua única informação: “*solteiro* significa um homem não-casado” ou “um homem não-casado é chamado de *solteiro*”.

A mesma dificuldade surge quando se pede ao paciente que diga o nome de um objeto indicado ou manipulado pelo observador. O afásico que sofre de distúrbio da função de substituição não completará o gesto do observador — de indicação ou manipulação — com o nome do objeto indicado. Em vez de dizer ‘isso é [chamado] lápis’, acrescentará simplesmente uma observação elíptica acerca do seu uso: “Para escrever”. Se um dos signos sinônimos estiver presente (como, por exemplo, a palavra *solteiro* ou o mostrar o lápis com o dedo), então o outro signo (como o grupo de palavras *homem não-casado* ou a palavra *lápis*) se tornará redundante, e conseqüentemente supérfluo. Para os afásicos, ambos os signos se encontram em uma distribuição complementar: se um fôr apresentado pelo observador, o paciente evitará seu sinônimo: “Compreendo tudo” ou “Ich weiss es schon” será sua reação típica. Assim também, o desenho de um objeto ocasionará a perda do seu nome: um signo verbal é substituído por um signo pictural. Quando se apresentou a um paciente de Lotmar o desenho de uma bússola, êle respondeu: “Sim, é um . . . sei de que se trata mas não consigo lembrar-me da expressão técnica . . . Sim . . . direção . . . para indicar direção . . . uma agulha imantada indica o Norte.”¹⁵ Esses doentes, como diria Peirce, não chegam a passar de um índice ou de um ícone ao símbolo verbal correspondente.¹⁶”

(15) F. Lotmar, “Zur Pathophysiologie der erschwerten Wortfindung bei Aphasischen”, *Schweiz. Archiv für Neurologie und Psychiatrie*, XXXV (1933), p. 104.

Até mesmo a simples repetição de uma palavra enunciada pelo observador parece inútilmente redundante ao paciente e, apesar das instruções recebidas, êle é incapaz de repeti-la. Instado a repetir a palavra “não”, o paciente de Head respondeu: “Não, não sei como fazê-lo.” Embora utilizasse espontâneamente a palavra no contexto de sua resposta (“Não, eu não ...”), não pôde produzir a forma mais pura de predicação equacional, a tautologia $a = a$: “não” é “não”.

Uma das grandes contribuições da lógica simbólica para a ciência da linguagem é a ênfase dada à distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem. Como diz Carnap, “para falar sôbre qualquer linguagem-objeto, precisamos de uma metalinguagem”¹⁷. Nesses dois níveis diferentes da linguagem, o mesmo estoque lingüístico pode ser utilizado; assim, podemos falar em português (como metalinguagem) a respeito do português (como linguagem-objeto) e interpretar as palavras e as frases do português por meios de sinônimos, circunlocuções e paráfrases portuguesas. É evidente que operações dêsse tipo, qualificadas de metalingüísticas pelos lógicos, não são de sua invenção: longe de se confinarem à esfera da Ciência, elas demonstram ser parte integrante de nossas atividades lingüísticas habituais. Muitas vêzes, em um diálogo, os interlocutores cuidam de verificar se é, de fato, o mesmo código que estão utilizando. “Está me ouvindo? Entendeu o que eu quero dizer?”, pergunta o que fala, quando não é o próprio ouvinte que interrompe a conversa com um “O que é que você quer dizer?” Aí então, com substituir o signo que causa problema por outro signo que pertença no mesmo código lingüístico ou por todo um grupo de signos do código, o emissor da mensagem procura torná-la mais acessível ao decodificador.

(16) C. S. Peirce, “The icon, index and symbol”, *Collected papers*, II (Cambridge, Mass., 1932).

(17) R. Carnap, *Meaning and Necessity* (Chicago, 1947), p. 4.

A interpretação de um signo lingüístico por meio de outros signos da mesma língua, sob certo aspecto homogêneos, é uma operação metalingüística que desempenha papel essencial na aprendizagem da linguagem pela criança. Observações recentes mostraram o considerável lugar ocupado por conversas sôbre a linguagem no comportamento verbal das crianças em idade pré-escolar¹⁸. O recurso à metalinguagem é necessário tanto para a aquisição da linguagem como para seu funcionamento normal. A carência afásica da “capacidade de denominar” constitui pròpriamente uma perda de metalinguagem. Em verdade, os exemplos de predicação equacional inútilmente solicitado aos pacientes acima citados são proposições metalingüísticas que se referem a língua portuguesa. Sua formulação explícita seria: “Dentro do código que utilizamos, o nome do objeto indicado é *lápiz*” ou “Dentro do código de que nos servimos, a palavra *solteiro* e a circunlocução *homem não-casado* são equivalentes”.

Um afásico dêste tipo não pode passar de sua palavra aos seus sinônimos ou circunlocuções equivalentes, nem a seus heterônimos, isto é, expressões equivalentes em outras línguas. A perda da aptidão bilíngüe e a limitação a uma única variedade dialetal de uma só língua constitui manifestação sintomática dessa desordem.

De acôrdo com um preconceito antigo, mas que renasce periódicamente, o modo de falar específico de um indivíduo num dado momento, batizado de idioleto, tem sido considerado a única realidade lingüística concreta. Na discussão dêsse conceito, foram levantadas as seguintes objeções:

“Quando fala a um nôvo interlocutor, tôda pessoa procura deliberada ou involuntariamente, encontrar um vocabulário comum: utiliza os têrmos dêle, seja para agradar o interlocutor, seja simplesmente para ser compreendida ou, enfim, para livrar-se dêle. A proprie-

(18) Ver os notáveis estudos de A. Gvozdev: “Nabljudeniya nad Jazykom malen'kix detej”, *Russkij jazyk v sovetskoj škole* (1929); *Usvoenie rebenkom zvukovoj storony russkogo jazyka* (Moscou, 1948); e *Formirovanie u rebenka gramatičeskogo stroja russkogo jazyka* (Moscou, 1949).

dade privada, no domínio da linguagem, não existe: tudo é socializado. O intercâmbio verbal, como qualquer forma de relação humana, requer dois interlocutores pelo menos, e o idioleto demonstra ser uma ficção algo perversa¹⁹.”

Esta afirmação, entretanto, exige uma reserva: para um afásico que perdeu a capacidade de “mudança de código” (*code switching*), o “idioleto” torna-se, na verdade, a única realidade linguística. Enquanto não considerar o discurso de outrem como uma mensagem que lhe é dirigida em seus próprios modelos verbais, êle experimentará sentimentos que um paciente de Hemphil e Stengel assim exprimia: “Estou ouvindo perfeitamente, mas não posso compreender o que você diz (...) Ouço sua voz mas não as palavras. (...) Não é pronunciável”²⁰. Êle considera o discurso do outro uma algaravia, ou, pelo menos, algo enunciado numa língua desconhecida.

Como já se observou acima, é a relação externa de contigüidade que une os constituintes de um contexto e a relação interna de similaridade que serve de base para a substituição. Por isso, no caso de um afásico cuja função de substituição foi alterada e a de contexto permaneceu intacta, as operações que implicam similitude cedem às fundadas na contigüidade. Pode-se prever que, nessas condições, qualquer agrupamento semântico será antes guiado pela contigüidade espacial ou temporal do que pela similitude. E os textos de Goldstein justificam, de fato, essa expectativa: uma paciente dêsse tipo, a quem se pediu que enumerasse alguns nomes de animais, enunciava-os na ordem em que os tinha visto no zoológico; assim também, malgrado instruções que recebera de dispor certos objetos segundo a côr, dimensão e forma, ela os classificava em função de sua

(19) “Results of the Conference of Anthropologists and Linguists”, *Indiana University Publications in Anthropology and Linguistics*, VIII (1953), p. 15.

(20) R. E. Hemphil e E. Stengel, “Pure word deafness”, *Journal of Neurology and Psychiatry*, III (1940), pp. 251-62.

contigüidade espacial, como objetos domésticos, material de escritório etc., e justificava essa disposição referindo-se a uma vitrina, onde “pouco importa o que sejam as coisas”, isto é, elas não têm de ser semelhantes (pp. 61 ss., 263 ss.). A mesma paciente queria dar nome às côres fundamentais — vermelho, amarelo, verde e azul — mas se recusava a estender êsses nomes aos tons intermediários (p. 268 ss.), pois, para ela, as palavras não tinham capacidade de assumir significados adicionais, deslocados, associados por similaridade a seu significado primeiro.

Devemos concordar com Goldstein quando observa que os doentes dêsse tipo “captam as palavras em seu significado literal, mas não chegam a compreender-lhes o caráter metafísico” (p. 270). Seria, entretanto, uma injustificável generalização afirmar que o discurso figurado lhes é totalmente incompreensível. Das duas figuras polares de estilo, a metáfora e a metonímia, esta última, baseada na contigüidade, é muito empregada pelos afásicos cujas capacidades de seleção foram afetadas. *Garfo* é substituído por *faca*, *mesa* por *lâmpada*, *fumaça* por *cachimbo*, *comer* por *torradeira*. Um caso típico é relatado por Head:

“Quando êle não conseguia lembrar-se da palavra designativa de “prêto”, descrevia a coisa como “Aquilo que se faz para um morto”; isso êle abreviava para “morto” (I, p. 198).”

Tais metonímias podem ser caracterizadas como projeções da linha de um contexto habitual sôbre a linha de substituição e seleção; um signo (*garfo*, por exemplo), que aparece ordinariamente ao mesmo tempo que outro signo (*faca*, por exemplo) pode ser utilizado no lugar dêsse signo. Grupos de palavras como “*garfo* e *faca*”, “*lâmpada* de *mesa*”, “*fumar* um *cachimbo*” suscitaram as metonímias *garfo*, *mesa*, *fumaça*; a relação entre o uso de um objeto (*torrada*) e os meios de sua produção subjazem à metonímia *comer* por *torradeira*. “Quando é que a gente se veste de prêto?” — “Quando se põe luto por um morto”; em vez de dar nome à côr, designa-se a causa de seu

uso tradicional. A evasão da igualdade para a contigüidade é particularmente impressionante em casos como o do paciente de Goldstein, que responderia por uma metonímia quando se lhe pedia que repetisse uma determinada palavra; êle dizia, por exemplo, *vidro* por *janela* e *céu* por *Deus* (p. 280).

Quando a capacidade de seleção é fortemente afetada e o poder de combinação pelo menos parcialmente preservado, a contigüidade determina todo o comportamento verbal do doente e nós podemos designar êsse tipo de afasia como distúrbio da similaridade.

IV — O DISTÚRPIO DA CONTIGÜIDADE

De 1864 em diante, foi repetidamente assinalado, nas contribuições pioneiras de Hughlings Jackson para o estudo moderno da linguagem e dos distúrbios da linguagem:

“Não é suficiente dizer que o discurso consiste de palavras. Consiste de palavras que se relacionam umas com as outras de maneira particular; e, à falta de uma inter-relação específica de seus membros, um enunciado verbal seria uma simples sucessão de nomes que não englobam nenhuma proposição (p. 66) ²¹.”

“A perda do discurso é a perda do poder de construir proposições ...) A inaptidão para o discurso não significa uma ausência total de palavras (p. 114) ²².”

A deterioração da capacidade de construir proposições ou, em termos mais gerais, de combinar entidades lingüísticas mais simples em unidades mais complexas, está, na realidade, limitada a um só tipo de afasia, que é o oposto do tipo discutido no capítulo anterior. Não há perda total

(21) H. Jackson, “Notes on the physiology and pathology of the nervous system” (1868), *Brain*, XXXVIII (1915), pp. 65-71.

(22) H. Jackson, “On affections of speech from disease of the brain” (1879), *Brain*, XXXVIII (1915), pp. 107-29.

da palavra, porque a entidade preservada na maior parte dos casos que tais é a palavra, que pode ser definida como a mais alta entre as unidades lingüísticas obrigatoriamente codificadas —, o que quer dizer que construímos nossas próprias frases e enunciados a partir do estoque de palavras fornecidas pelo código.

Nesse tipo de afasia, deficiente quanto ao contexto, e que poderia ser chamada de distúrbio da contigüidade, a extensão e a variedade das frases diminuem. As regras sintáticas, que organizam as palavras em unidades mais altas, perdem-se; esta perda, chamada de *agramatismo*, tem por resultado fazer a frase degenerar num simples “monte de palavras”, para usar a imagem de Jackson²³. A ordem das palavras se torna caótica; os vínculos de coordenação e subordinação gramatical, quer de concordância, quer de regência, dissolvem-se. Como seria de esperar, as palavras dotadas de funções puramente gramaticais, como por exemplo as conjunções, preposições, pronomes e artigos, desaparecem em primeiro lugar para serem substituídas pelo estilo chamado “telegráfico”, ao passo que, no caso de desordem da similaridade, são as mais resistentes. Quanto menos uma palavra depender gramaticalmente do contexto, tanto mais forte será a sua persistência no discurso dos afásicos com distúrbio da função de contigüidade, e tanto mais rapidamente será eliminada pelos pacientes que sofrem de distúrbios da similaridade. Assim, o sujeito, “palavra-núcleo”, é o primeiro a desaparecer da frase no caso de distúrbios da similaridade e, inversamente, o menos destrutível no tipo oposto de afasia.

A afasia na qual é afetada a função do contexto tende a reduzir o discurso a pueris enunciados de frases, e até mesmo a frases de uma só palavra. Apenas algumas frases mais longas, estereotipadas, “feitas”, conseguem sobreviver. Nos casos adiantados de tal distúrbio, cada enunciado é reduzido a uma frase de uma só palavra. À medida que o

(23) H. Jackson, “Notes on the physiology and pathology of language” (1866), *Brain*, XXXVIII (1915), pp. 48-58.

contexto se desagrega, as operações de seleção prosseguem. "Dizer o que é uma coisa, é dizer a que se assemelha". faz notar Jackson (p. 125). O doente limitado ao grupo de substituição (quando o contexto é falho) usa as similitudes, e suas identificações aproximadas são de natureza metafórica, em oposição às identificações metonímicas familiares aos afásicos do tipo oposto. *Óculo de alcance* por *microscópio*, *fogo* em vez de *luz de gás* são exemplos típicos de semelhantes expressões quase metafóricas, como as batizou Jackson, uma vez que, em oposição às metáforas retóricas ou poéticas, elas não apresentam nenhuma transferência deliberada de sentido.

Na linguagem normal, a palavra é ao mesmo tempo parte integrante de um contexto superior, a frase, e por si mesma um contexto de constituintes menores, os morfemas (unidades mínimas dotadas de significação) e os fonemas. Falamos dos efeitos da desordem da contigüidade na combinação de palavras em unidades superiores. A relação entre a palavra e seus constituintes reflete a mesma desordem, ainda que de maneira um pouco diferente. Um traço típico do agramatismo é a abolição da flexão: aparecem categorias não-marcadas, como o infinito no lugar das diferentes formas conjugadas, e nas línguas dotadas de declinação, o nominativo no lugar de todos os casos oblíquos. Esses defeitos são devidos em parte à eliminação da regência e da concordância e em parte à perda da capacidade de decompor as palavras em radical e desinência. Finalmente, um paradigma (em particular, a série dos casos gramaticais exemplificados pelo inglês *he, his, him* ou por tempos como *ele vota, ele votou*) oferece o mesmo conteúdo semântico de diferentes pontos de vista associados entre si por contigüidade; dessarte, há uma razão a mais, para os afásicos que sofrem de distúrbio da contigüidade, de rejeitar tais séries.

Outrossim, via de regra, as palavras derivadas da mesma raiz, como *grande-grandeza-grandioso* etc., estão ligadas entre si, semânticamente, por contigüidade. Os pacientes dos quais estamos falando tendem a abandonar as palavras derivadas, ou então a combinação de uma raiz com um

sufixo de derivação e mesmo um composto de duas palavras torna-se indecomponível para êles. Têm sido citados freqüentemente casos de doentes que compreendiam e enunciavam espontâneamente palavras compostas como *Cascadura* ou *Ilhabela* mas que eram incapazes de entender ou dizer *casca e dura* ou *ilha e bela*. Enquanto o sentido da derivação se mantém intacto, de modo que êsse processo continua sendo usado para introduzir inovações no código, pode-se observar uma tendência à simplificação abusiva e ao automatismo: se a palavra derivada constituir uma unidade semântica cujo sentido não possa ser inferido inteiramente a partir do de seus elementos, a Gestalt será mal compreendida. Assim, a palavra russa *mokr-ica* significa “bicho de conta”, mas um afásico russo a interpretou como “algo úmido”, especialmente “tempo úmido”, porque a raiz *mokr-*significa “úmido” e o sufixo *-ica* indica o portador de uma qualidade determinada, como em *nelépica*, “algo absurdo”, *svetlîca*, “quarto claro”, *temnîca*, “calabouço” (literalmente “quarto escuro”).

Antes da Segunda Guerra Mundial, quando a Fonologia era o campo mais controvertido da ciência lingüística, certos lingüistas levantaram dúvidas quanto a se os fonemas desempenham realmente um papel autônomo em nosso comportamento verbal. Chegou-se mesmo a sugerir que as unidades significativas do código lingüístico, como os morfemas, ou melhor, as palavras, são as menores entidades com as quais efetivamente nos havemos no ato da fala, ao passo que as entidades puramente distintivas, tais como os fonemas, não passariam de uma construção artificial, destinada a facilitar a descrição e a análise científicas de uma língua. Êsse ponto de vista, denunciado por Sapir como “contrário ao realismo”²⁴, mantém-se contudo perfeitamente válido no que concerne a um certo tipo patológico: numa das variedades da afasia, designada às vêzes pelo rótulo de “atáxica”, a palavra é a única realidade lingüística preservada.

(24) E. Sapir, “The psychological reality of phonemes”, *Selected Writings* (Berkeley and Los Angeles, 1949), p. 46 ss.

O paciente guarda somente uma imagem integral, indissolúvel, das palavras familiares; quanto a todas as demais seqüências fônicas, ou lhe parecem estranhas e inescrutáveis, ou éle as funde com as palavras familiares, desprezando as diferenças fonéticas. Um dos pacientes de Goldstein “percebia certas palavras, mas não percebia as vogais e consoantes de que se compunham” (p. 218). Um afásico francês reconhecia, compreendia, repetia e enunciava espontaneamente as palavras *café* e *pavé*, mas era incapaz de entender, distinguir ou repetir seqüências desprovidas de sentido como *féca*, *faké*, *kéfa*, *pafé*. Nenhuma dessas dificuldades existe para um ouvinte normal de língua francesa, na medida em que as seqüências fônicas e seus elementos se conformem ao sistema fonológico francês. Tal ouvinte pode mesmo apreender essas seqüências como palavras que lhe são desconhecidas, mas que pertencem plausivelmente ao vocabulário francês e cujos significados são provavelmente diferentes, pois elas diferem umas das outras quer pela ordem dos fonemas, quer pelos próprios fonemas.

Se um afásico se torna incapaz de decompor a palavra em seus elementos fonológicos, seu domínio da construção da palavra se enfraquece e desordens perceptíveis afetam em pouco os fonemas e suas combinações. A regressão gradativa do sistema fonológico nos afásicos mostra regularmente, sob forma inversa, a ordem das aquisições fonológicas da criança. Essa regressão acarreta uma inflação de homônimos e um empobrecimento do vocabulário. Quando essa dupla incapacidade — fonológica e léxica — se acentua ainda mais, os últimos resíduos de fala são enunciados reduzidos a uma só frase, uma só palavra, um só fonema: o paciente recai nas fases iniciais do desenvolvimento lingüístico da criança ou mesmo no estágio pré-lingüístico — é então a *afasia universal*, a perda total do poder de utilizar ou de apreender a fala.

A separação das duas funções — uma distintiva e a outra significativa — constitui um aspecto peculiar da linguagem, comparativamente a outros sistemas semióticos. Surge um conflito entre êsses dois níveis da linguagem quando

a carência do contexto, no afásico, revela uma tendência para abolir a hierarquia das unidades lingüísticas e a reduzir sua gama a um só nível. O último nível conservado é ou a classe dos valôres significativos, a palavra, como nos casos que acabamos de ver, ora a classe dos valôres distintivos, o fonema. Neste último caso, o paciente ainda é capaz de distinguir, identificar e reproduzir os fonemas, mas não tem mais a capacidade de fazer o mesmo com as palavras. Num caso intermediário, as palavras são identificadas, distinguidas e reproduzidas; mas, segundo a aguda fórmula de Goldstein, elas “podem ser apreendidas como conhecidas, mas não compreendidas” (p. 90). Em tal caso, a palavra perde sua função significativa normal e assume a função puramente distintiva que pertence normalmente ao fonema.

V — OS PÓLOS METAFÓRICO e METONÍMICO

As variedades de afasia são numerosas e diversas, mas tôdas oscilam entre os dois tipos polares que acabamos de descrever. Tôda forma de distúrbio afásico consiste em alguma deterioração, mais ou menos grave, da faculdade de seleção e substituição, ou da faculdade de combinação e contexto. A primeira afecção envolve deterioração das operações metalingüísticas, ao passo que a segunda altera o poder de preservar a hierarquia das unidades lingüísticas. A relação de similaridade é suprimida no primeiro tipo, a de contigüidade no segundo. A metáfora é incompatível com o distúrbio da similaridade e a metonímia com o distúrbio da contigüidade.

O desenvolvimento de um discurso pode ocorrer segundo duas linhas semânticas diferentes: um tema (*topic*) pode levar a outro quer por similaridade, quer por contigüidade. O mais acertado seria talvez falar de processo metafórico no primeiro caso, e de processo metonímico no segundo, de vez que êles encontram sua expressão mais condensada na metáfora e na metonímia respectivamente. Na afasia, um ou outro desses dois processos é reduzido ou totalmente bloqueado — fato que, em si, torna o estudo

da afasia particularmente esclarecedor para o lingüista. No comportamento verbal normal, ambos os processos estão constantemente em ação, mas uma observação atenta mostra que, sob a influência dos modelos culturais, da personalidade e do estilo verbal, ora um, ora outro processo goza de preferência.

Num teste psicológico bem conhecido, crianças são colocadas diante de um nome e pede-se a elas que expressem as primeiras reações verbais que se lhes apresentam ao espírito. Nessa experiência, duas predileções lingüísticas opostas se manifestam invariavelmente: a resposta é dada ou como substituto ou como complemento do estímulo. No segundo caso, estímulo e resposta formam, juntos, uma construção sintática própria, geralmente uma frase. Esses dois tipos de reações foram chamados de substitutivo e predicativo.

Uma das respostas dadas ao estímulo *choupana* foi *queimou*; outra, *é uma pobre casinha*. As duas reações são predicativas; mas a primeira cria um contexto puramente narrativo, ao passo que na segunda há uma dupla conexão com o sujeito *choupana*: de um lado, uma contigüidade posicional (vale dizer, sintática); de outro, uma similaridade semântica.

O mesmo estímulo produziu também as reações substitutivas que seguem: a tautologia *choupana*; os sinônimos *cabana* e *choça*; o antônimo *palácio* e as metáforas *toca* e *antro*. A capacidade que têm duas palavras de se substituírem uma à outra é um exemplo de similaridade posicional, e, além disso, tôdas as respostas estão ligadas ao estímulo por similaridade (ou oposição) semântica. Respostas metonímicas ao mesmo estímulo, tais como *palha* ou *pobreza*, combinam e contrastam a similaridade posicional com a contigüidade semântica.

Manipulando esses dois tipos de conexão (similaridade e contigüidade) em seus dois aspectos (posicional e semântico) — por seleção, combinação e hierarquização —, um indivíduo revela seu estilo pessoal, seus gostos e preferências verbais.

Na arte da linguagem, a interação desses dois elementos é particularmente marcante. Uma rica matéria para o estudo dessa relação pode ser encontrada nas formas de versificação em que o paralelismo entre versos sucessivos é obrigatório, como por exemplo na poesia bíblica ou nas tradições orais da Finlândia ocidental e, até certo ponto, da Rússia. Isso fornece um critério objetivo para julgar aquilo que, numa dada comunidade lingüística, vale como correspondência. Uma vez que a todo nível verbal — morfológico, léxico, sintático e fraseológico — uma ou outra dessas duas relações (similaridade e contigüidade) pode aparecer — e cada qual num ou noutro de seus aspectos — uma gama impressionante de configurações possíveis se cria. Um ou outro desses dois pólos cardeais pode prevalecer. Nas canções líricas russas, por exemplo, predominam as construções metafóricas, ao passo que na epopéia heróica o processo metonímico é preponderante.

Na poesia, diferentes razões podem determinar a escolha entre esses dois tropos. O primado do processo metafórico nas escolas romântica e simbolista foi sublinhado várias vezes, mas ainda não se compreendeu suficientemente que é a predominância da metonímia que governa e define efetivamente a corrente literária chamada de “realista”, que pertence a um período intermediário entre o declínio do Romantismo e o aparecimento do Simbolismo, e que se opõe a ambos. Seguindo a linha das relações de contigüidade, o autor realista realiza digressões metonímicas, indo da intriga à atmosfera e das personagens ao quadro espaço-temporal. Mostra-se ávido de pormenores sinedóquicos. Na cena do suicídio de Anna Karenina, a atenção artística de Tolstói se concentra na bolsa da heroína; e em *Guerra e Paz*, as sinédoques “buço no lábio superior” e “ombros nus” são utilizadas pelo mesmo escritor para designar as personagens femininas às quais esses traços pertencem.

A predominância alternativa de um ou outro desses dois processos não é de modo algum exclusivo da arte verbal. A mesma oscilação aparece em outros sistemas de sig-

nos que não a linguagem ²⁵ Como exemplo marcante, tirado da história da pintura, pode-se notar a orientação manifestamente metonímica do Cubismo, que transforma o objeto numa série de sinédoques; os pintores surrealistas reagiram com uma concepção visivelmente metafórica. A partir das produções de D. W. Griffith, a arte do cinema, com sua capacidade altamente desenvolvida de variar o ângulo, a perspectiva e o foco das tomadas, rompeu com a tradição do teatro e empregou uma gama sem precedentes de grandes planos sinédóquicos e de montagens metonímicas em geral. Em filmes como os de Charlie Chaplin e Eisenstein ²⁶, êsses procedimentos foram suplantados por um novo tipo metafórico de montagem, com suas "fusões superpostas" — verdadeiras comparações fílmicas ²⁷.

A estrutura bipolar da linguagem (ou de outros sistemas semiológicos) e, no caso da afasia, a fixação num desses pólos com exclusão do outro, estão a exigir um estado comparativo sistemático. A permanência de um ou do outro desses pólos nos dois tipos de afasia deve ser relacionado com a predominância do mesmo pólo em certos estilos, hábitos pessoais, modas correntes etc. Uma análise atenta e uma comparação desses fenômenos com o síndrome completo do tipo correspondente de afasia constitui uma tarefa imperiosa para uma pesquisa conjunta de especialistas em Psicopatologia, Psicologia, Linguística, Poética e Semiótica, a ciência geral dos signos. A dicotomia aqui discutida revela-se de uma significação e de um alcance

(25) Aventurei-me a fazer algumas observações sumárias acerca do torneio metonímico na arte verbal ("Pro realizm u mystectvi", *Vaplite*, Kharkov, 1927, n.º 2; "Randbemerkungen zur Prosa des Dichters Pasternak", *Slavische Rundschau*, VII, 1935), na pintura ("Futurizm", *Iskusstvo*, Moscou, 2 de agosto, 1919) e no cinema ("Úpadek filmu", *Listy pro uměni akritiku*, I, Praga, 1933), mas o problema crucial dos dois processos po-lares aguarda ainda uma investigação pormenorizada.

(26) Cf. seu impressionante ensaio "Dickens, Griffith e Nós": S Eisenstein, *Izbrannye stat'i* (Moscou, 1950), p. 153 ss.

(27) Cf. B. Balazs, *Theory of the Film* (Londres, 1952).

primordiais para a compreensão do comportamento verbal e do comportamento humano em geral²⁸.

Para mostrar as possibilidades que descortina a pesquisa comparativa de que falamos, escolhemos um exemplo tirado de um conto popular russo que emprega o paralelismo como procedimento cômico: "Tomás é solteiro; Jeremias não é casado" (*Fomá xólost; Erjóma neženát*). Os dois predicados estão associados, nas duas orações paralelas, por similares: são, aliás, sinônimos. Os sujeitos de ambas as orações são nomes próprios masculinos e portanto morfológicamente semelhantes, enquanto, por outro lado, designam dois heróis contíguos do mesmo conto, criados para cumprir ações idênticas e justificar assim a utilização de pares de predicados sinônimos. Uma versão algo modificada da mesma construção aparece numa familiar canção de bodas, na qual cada um dos convidados do banquete é interpelado ora pelo seu nome, ora pelo seu patronímico: "Gleb é solteiro; Ivanovitč não é casado". Ao passo que os dois predicados são, mais uma vez, sinônimos, a relação entre os dois sujeitos mudou: ambos são nomes próprios designativos da mesma pessoa e usados normalmente em posição contígua, como saudação polida.

Na citação extraída do conto popular, as duas proposições paralelas referem-se a fatos distintos, a situação de casado de Tomás e a situação semelhante de Jeremias. Mas nos versos da canção de bodas, as duas proposições são sinônimas: repetem, de maneira redundante, o celibato do mesmo herói, partindo-o em duas hipostases verbais.

O romancista russo Gleb Ivanovitč Uspenskij (1840-1902) sofreu, nos últimos anos de vida, de uma doença mental acompanhada de distúrbios da fala. Seu nome e seu patro-

(28) No tocante aos aspectos psicológicos e sociológicos desta dicotomia, ver as concepções de "integração progressiva" e "seletiva", de Bateson, e as de Parsons acérca da "dicotomia conjunção-disjunção" no desenvolvimento da criança: J. Ruesch e G. Bateson, *Communication, the Social Matrix of Psychiatry* (Nova Iorque, 1951), pp. 183 ss.; T. Parsons e R. F. Bales, *Family, Socialization and Interaction Process* (Glencoe, 1955), pp. 119 ss.

nímico, *Gleb Ivanovič*, tradicionalmente juntos na conversação polida, haviam-se cindido, a seus olhos, em dois nomes distintos, que designavam dois seres separados: Gleb era dotado de tôdas as virtudes, ao passo que Ivanovič, o nome que ligava o filho ao pai, tornou-se a encarnação de todos os vícios de Uspenskij. O aspecto lingüístico dêsse desdobramento de personalidade aparece na incapacidade do doente de utilizar dois símbolos para a mesma coisa, o que constitui um exemplo de desordem da similaridade. Como o distúrbio da similaridade se liga à tendência para a metonímia, é particularmente interessante examinar a maneira literária de Uspenskij durante a juventude. O estudo de Anatolij Kamegulov, que analisou o estilo de Uspenskij, confirma nossa expectativa teórica. Mostra que Uspenskij tinha uma tendência marcada para a metonímia, especialmente para a sinédoque, e que a levou tão longe que "o leitor é esmagado pela multiplicidade de pormenores com que o escritor o cumula num espaço verbal limitado, e se torna fisicamente incapaz de ter uma noção de conjunto, de maneira que o retrato muitas vêzes fica inutilizado." 29

É bem de ver que o estilo metonímico de Uspenskij se inspira manifestamente no cânone literário predominante em seu tempo, o "realismo" do fim do século XIX; mas o temperamento peculiar de Gleb Ivanovič o levava mais particularmente a seguir essa corrente artística em suas manifestações extremas, para deixar, finalmente, sua marca no aspecto verbal da doença mental do escritor.

(29) A. Kamegulov, *Stil' Gleba Uspenskogo* (Leningrado, 1930), pp. 65, 145. Eis um dêstes retratos desintegrados citados na monografia: "De sob um velho boné de palha, com uma mancha negra na viseira, espreitavam dois tufos de cabelo que lembravam as defesas de um javali; um queixo que se tornara adiposo e balouçante estendera-se definitivamente por sôbre o colarinho ensebado do peitilho de algodão e cobria de uma grossa camada o colarinho grosseiro do casaco de tela, apertadamente abotoado ao pescoço. Dêsse casaco emergiam, aos olhos do observador, mãos maciças com um anel que se afundara no dedo gordo, uma bengala com castão de cobre, um acentuado abaulamento do estômago e calças muito largas, de tecido semelhante a musselina, cujas largas bôças escondiam a ponta das botas."

A competição entre os dois procedimentos, metonímico e metafórico, se torna manifesta em todo processo simbólico, quer seja subjetivo, quer social. Eis por que numa investigação da estrutura dos sonhos, a questão decisiva é saber se os símbolos e as seqüências temporais usadas se baseiam na contigüidade (“transferência” metonímica e “condensação” sinedóquica de Freud) ou na similaridade (“identificação” e “simbolismo” freudianos).³⁰ Os princípios que comandam os ritos mágicos foram resumidos por Frazer em dois tipos: os encantamentos baseados na lei da similaridade e os baseados na associação por contigüidade. O primeiro desses dois grandes ramos da magia simpática foi chamado “homeopático” ou “imitativo”, e o segundo “magia por contágio.”³¹ Essa divisão é, na realidade, muito esclarecedora. Contudo, na maior parte dos casos, continua-se esquecendo o problema dos dois pólos, a despeito de seu vasto alcance e importância para o estudo de todos os comportamentos simbólicos, particularmente do comportamento verbal e de seus distúrbios. Qual a principal razão dessa negligência?

A similaridade das significações relaciona os símbolos de uma metalinguagem com os símbolos da linguagem a que ela se refere. A similitude relaciona um termo metafórico com o termo a que substitui. Por conseguinte, quando o pesquisador constrói uma metalinguagem para interpretar os tropos, possui ele meios mais homogêneos para manejar a metáfora, ao passo que a metonímia, baseada num princípio diferente, desafia facilmente a interpretação. Eis por que nada de comparável à rica literatura sobre a metáfora³² pode ser citado no que concerne à teoria da metonímia. Pela mesma razão, percebe-se, em geral, que o Romantismo está vinculado estreitamente à metáfora, ao

(30) S. Freud, *Die Traumdeutung*, 9.^a ed. (Viena, 1950).

(31) J. G. Frazer, *The Golden Bough: A Study in Magic and Religion*, Parte I, 3.^a ed. (Viena, 1950), capítulo III.

(32) C. F. P. Stutterheim, *Het begrip metaphoor* (Amsterdam, 1941)

passo que fica quase sempre despercebida a íntima vinculação do Realismo com a metonímia. Não somente o instrumento, mas o próprio objeto da análise explicam a preponderância da metáfora sobre a metonímia nas pesquisas eruditas. De vez que a poesia visa ao signo, ao passo que a prosa pragmática visa ao referente, estudaram-se os tropos e as figuras essencialmente como procedimentos poéticos. O princípio de similaridade domina a poesia; o paralelismo métrico dos versos ou a equivalência fônica das rimas impõem o problema da similitude e do contraste semânticos; existem, por exemplo, rimas gramaticais e antigramaticais, mas nunca rimas agramaticais. Pelo contrário, a prosa gira essencialmente em torno de relações de contigüidade. Portanto, a metáfora, para a poesia, e a metonímia, para a prosa, constituem a linha de menor resistência, o que explica que as pesquisas acerca dos tropos poéticos se orientem principalmente para a metáfora. A estrutura bipolar efetiva foi substituída artificialmente, nessas pesquisas, por um esquema unipolar amputado que, de maneira bem evidente, coincide com uma das formas de afasia, mais precisamente, o distúrbio da contigüidade.

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA TRADUÇÃO¹

Segundo Bertrand Russell, “ninguém poderá compreender a palavra “queijo” se não tiver um conhecimento não-lingüístico do queijo.”² Se, entretanto, seguirmos o preceito fundamental do próprio Russell e dermos “relêvo aos aspectos lingüísticos dos problemas filosóficos tradicionais”, seremos então obrigados a dizer que ninguém poderá compreender a palavra *queijo* se não conhecer o significado atribuído a esta palavra no código lexical do português. Qualquer representante de uma cultura culinária que desconheça o queijo compreenderá a palavra portuguesa *queijo* se souber que, nesta língua, ela significa “alimento obtido pela coagulação do leite” e se tiver, ao menos, um conhecimento lingüístico de *leite coalhado*. Nunca provamos ambrosia ou néctar e temos apenas um conhecimento lingüístico das palavras *ambrosia*, *néctar*, e *deuses* — nome dos seres míticos que os usavam; entretanto, compreendemos essas palavras e sabemos em que contextos cada uma delas pode ser empregada.

O significado das palavras *queijo*, *maçã*, *néctar*, *conhecimento*, *mas*, *mero*, ou de qualquer outra palavra ou frase, é decididamente um fato lingüístico — ou para sermos mais precisos e menos restritos — um fato semiótico. Contra os que atribuem o significado (*signatum*) não ao signo, mas

(1) Publicado em inglês em: R. A. Brower, org.: *On Translation*, Harvard University Press, 1959.

(2) Bertrand Russell, “Logical Positivism”, *Revue Internationale de Philosophie*, IV (1950), 18; cf. p. 3.

à própria coisa, o melhor argumento e o mais veraz seria dizer que ninguém jamais sentiu o gosto ou cheiro do significado de *queijo* ou de *maçã*. Não há *signatum* sem *signum*. O significado da palavra “queijo” não pode ser inferido de um conhecimento não-lingüístico do *roquefort* ou do *camembert* sem a assistência do código verbal. Será necessário recorrer a tôda uma série de signos lingüísticos se se quiser fazer compreender uma palavra nova. Apontar simplesmente o objeto não nos fará entender se *queijo* é o nome do espécime dado, ou de qualquer caixa de *camembert*, ou do *camembert* em geral, ou de qualquer queijo, de qualquer produto lácteo, alimento ou refrêscos, ou talvez de qualquer embalagem, independentemente de seu conteúdo. Finalmente, será que a palavra designa simplesmente a coisa em questão, ou implica significados como oferta, venda, proibição ou maldição? (Apontar com o dedo pode significar maldição: em certas culturas, particularmente na África, é um gesto agourento).

Para o lingüista como para o usuário comum das palavras, o significado de um signo lingüístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo “no qual êle se ache desenvolvido de modo mais completo”, como insistentemente afirmou Peirce, o mais profundo investigador da essência dos signos.³ O termo “solteiro” pode ser convertido numa designação mais explícita, “homem não-casado”, sempre que maior clareza fôr requerida. Distinguimos três maneiras de interpretar um signo verbal: êle pode ser traduzido em outros signos da mesma língua, em outra língua, ou em outro sistema de símbolos não-verbais. Essas três espécies de tradução devem ser diferentemente classificadas:

1) A tradução intralingual ou *reformulação* (*rewording*) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.

(3) Cf. John Dewey, “Peirce’s Theory of Linguistic Signs, Thought, and Meaning”, *The Journal of Philosophy*, XLIII (1946), 91.

2) A tradução interlingual ou *tradução pròpriamente dita* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.

3) A tradução inter-semiótica ou *transmutação* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais.

A tradução intralingual de uma palavra utiliza outra palavra, mais ou menos sinônima, ou recorre a um circunlóquio. Entretanto, via de regra, quem diz sinonímia não diz equivalência completa: por exemplo, “todo celibatário é solteiro, mas nem todo solteiro é celibatário”. Uma palavra ou um grupo idiomático de palavras, em suma, uma unidade de código do mais alto nível, só pode ser plenamente interpretada por meio de uma combinação equivalente de unidades de código, isto é, por meio de uma mensagem referente a essa unidade de código: “todo solteiro é um homem não-casado e todo homem não-casado é solteiro”, ou “todo celibatário está decidido a não casar-se e todo aquêle que esteja decidido a não casar-se é um celibatário”.

Da mesma forma, no nível da tradução interlingual, não há comumente equivalência completa entre as unidades de código, ao passo que as mensagens podem servir como interpretações adequadas das unidades de código ou mensagens estrangeiras. A palavra portuguesa *queijo* não pode ser inteiramente identificada a seu heterônimo em russo corrente, *syр*, porque o requeijão é um queijo, mas não um *syр*. Os russos dizem *prinesi syру i tvorogu*, “traga queijo e (sic) requeijão”. Em russo corrente, o alimento feito de coágulo espremido só se chama *syр* se fôr usado fermento.

Mais frequentemente, entretanto, ao traduzir de uma língua para outra, substituem-se mensagens em uma das línguas, não por unidades de código separadas, mas por mensagens inteiras de outra língua. Tal tradução é uma forma de discurso indireto: o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Assim, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes.

A equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da Lingüística. Como

todo receptor de mensagens verbais, o lingüista se comporta como intérprete dessas mensagens. Nenhum espécime lingüístico pode ser interpretado pela ciência da linguagem sem uma tradução dos seus signos em outros signos pertencentes ao mesmo ou a outro sistema. Em qualquer comparação de línguas, surge a questão da possibilidade de tradução de uma para outra e vice-versa; a prática generalizada da comunicação interlingual, em particular as atividades de tradução, devem ser objeto de atenção constante da ciência lingüística. Nunca se poderá sobrestimar a necessidade urgente, a importância teórica e prática de dicionários bilingües diferenciais, que definam cuidadosa e comparativamente tôdas as unidades correspondentes, em sua extensão e profundidade. Da mesma forma, gramáticas bilingües diferenciais deveriam definir aquilo que aproxima e aquilo que diferencia as duas línguas do ponto de vista da seleção e da delimitação dos conceitos gramaticais.

A prática e a teoria da tradução abundam em problemas complexos, de quando em quando, fazem-se tentativas de cortar o nó górdio, proclamando o dogma da impossibilidade da tradução. “O Sr. Todo-Mundo, êsse lógico natural”, tão vivamente imaginado por B. L. Whorf, teria supostamente de raciocinar da seguinte maneira: “Os fatos são diferentes para pessoas cuja formação lingüística lhes fornece uma formulação diferente para expressar tais fatos”⁴. Nos primeiros anos da revolução russa, existiam visionários fanáticos que advogaram, nos periódicos soviéticos, uma revisão radical da linguagem tradicional, e em particular a supressão de expressões enganosas como o “nascer” ou “pôr” do Sol. Entretanto, continuamos a empregar essa imaginária ptolemaica, sem que isso implique a rejeição da doutrina copernicana; e é fácil, para nós, passar de nossas conversações costumeiras sôbre o Sol nascente ou poente à representação da rotação da Terra, pura e simplesmente porque qualquer signo poder ser traduzido num outro signo

(4) Benjamin Lee Whorf, *Language, Thought, and Reality* (Cambridge, Mass., 1956), p. 235.

em que êle se nos apresenta mais plenamente desenvolvido e mais exato.

A faculdade de falar determinada língua implica a faculdade de falar acêrca dessa língua. Tal gênero de operação "metalingüística" permite revisar e redefinir o vocabulário empregado. Foi Niels Bohr quem evidenciou a complementaridade dos dois níveis — linguagem-objeto e metalinguagem: todo dado experimental bem definido deve ser expresso na linguagem comum, "onde existe uma relação complementar entre o uso prático de cada palavra e as tentativas de dar-lhe definição precisa." ⁵.

Tôda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente. Onde houver uma deficiência, a terminologia poderá ser modificada por empréstimos, calcos, neologismos, transferências semânticas e, finalmente, por circunlóquios. É desta forma que, na recente língua literária dos Chunkchees do nordeste da Sibéria, "parafuso" é expresso por "prego giratório", "aço" por "ferro duro", "estanho" por "ferro delgado", "giz" por "sábão de escrever", "relógio" (de bôlso) por "coração martelador". Mesmo circunlocações aparentemente contraditórias, como *električeskaja konka* ("veículo a cavalo elétrico"), o primeiro nome russo do bonde sem cavalos, ou *jenaparaqot* ("vapor voador"), o nome *koryak* do aeroplano, designam simplesmente o análogo elétrico do bonde a cavalos e o análogo voador do barco a vapor, e não estorvam a comunicação, do mesmo modo que não há perturbação ou "ruído" semântico no duplo oximoro: *cold beef-and-pork hot dog* ("cachorro-quente frio de carne de vaca e de porco").

A ausência de certos processos gramaticais na linguagem para a qual se traduz nunca impossibilita uma tradução literal da totalidade da informação conceitual contida no original. Às conjunções tradicionais *and* (e) e *or* (ou) veio juntar-se em inglês um nôvo conectivo, *and/or* (e/ou), que foi discutido há alguns anos no espirituoso livro *Federal*

(5) Niels Bohr, "On the Notions of Causality and Complementarity", *Dialectica*, I (1948), p. 317 ss.

Prose, How to Write in and/or for Washington ("A Prosa Federal — Como escrever em e/ou Para Washington").⁶ Dessas três conjunções, somente a última existe numa das línguas samoíedicas⁷. Apesar dessas diferenças no inventário das conjunções, os três tipos de mensagens observados na "prosa federal" podem traduzir-se distintamente tanto em inglês (ou em português) tradicional quanto na língua samoíedica em questão. Suponhamos, em "prosa federal": 1) João e Pedro virão; 2) João ou Pedro virá; 3) João e/ou Pedro virão. Em português tradicional, isso dá: 3) João e Pedro virão, ou então só um deles. E em samoiedo: 1) João e Pedro virão ambos; 2) João e/ou Pedro, um dos dois virá. Se alguma categoria gramatical não existe numa língua dada, seu sentido pode ser traduzido nessa língua com a ajuda de meios lexicais. Formas duais como o russo antigo *brata* serão traduzidas com a ajuda do adjetivo numeral: "dois irmãos". É mais difícil permanecer fiel ao original quando se trata de traduzir, para uma língua provida de determinada categoria gramatical, de uma língua carente de tal categoria. Quando traduzimos a sentença em português "ela tem irmãos" para uma língua que distinga o dual e o plural, somos obrigados, ou a escolher entre duas orações: "ela tem dois irmãos" — "ela tem mais de dois irmãos", ou a deixar a decisão ao ouvinte, e dizer: "ela tem dois ou mais de dois irmãos". Da mesma forma, se traduzimos, de uma língua que ignora o número gramatical, para o português, somos obrigados a escolher uma das duas possibilidades — *irmão* ou *irmãos* — ou a colocar o receptor da mensagem diante de uma escolha binária: "ela tem um ou mais de um irmão".

Como Boas observou finamente, o sistema gramatical de uma língua (em oposição a seu estoque lexical) determina os aspectos de cada experiência que devem obrigatoriamente ser expressos na língua em questão: "É preciso

(6) James R. Masterson and Wendell Brooks Phillips, *Federal Prose* (Chapel Hill, N.C., 1948) p. 40 ss.

(7) Cf. Knut Bergsland, "Finsk-ugrisk og almen sprogvidenskab", *Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskab*, XV (1949), p. 374 ss.

escolhermos entre êsses aspectos, e um ou outro tem de ser escolhido”⁸. Para traduzir corretamente a sentença inglêsa *I hired a worker* (“Contratei (-ava) um operário / uma operária”), um russo tem necessidade de informações suplementares — a ação foi completada ou não? o operário era um homem ou uma mulher? — porque êle deve escolher entre um verbo de aspecto completivo ou não completivo — *nanjal* ou *nanimal* — e entre um substantivo masculino ou feminino *rabotnika* ou *rabotnicu*. Se eu perguntar ao enunciador da sentença em inglês se o operário é homem ou mulher, êle poderá julgar minha pergunta não-pertinente ou indiscreta, ao passo que, na versão russa dessa mesma frase, a resposta a tal pergunta é obrigatória. Por outro lado, sejam quais forem as formas gramaticais russas escolhidas para traduzir a mensagem inglêsa em questão, a tradução não dará resposta à pergunta de se *I hired* ou *I have hired a worker*, ou se o operário (ou operária) era um operário determinado ou indeterminado (“o” ou “um”, *the* ou *a*). Porque a informação requerida pelos sistemas gramaticais do russo e do inglês é dessemelhante, achamo-nos confrontados com conjuntos completamente diferentes de escolhas binárias; é por isso que uma série de traduções sucessivas de uma mesma frase isolada, do inglês para o russo e vice-versa, poderia acabar privando completamente tal mensagem de seu conteúdo inicial. O lingüista genebrino S. Karcevski costumava comparar uma perda gradual desse gênero a uma série circular de operações de câmbio desfavoráveis. Mas, evidentemente, quanto mais rico fôr o contexto de uma mensagem, mais limitada será a perda de informação.

As línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar. Numa língua dada, cada verbo implica necessariamente um conjunto de escolhas binárias específicas, como por exemplo: o evento enunciado é concebido com ou sem referência à sua conclusão?; o evento enunciado é apresentado ou não como

(8) Franz Boas, “Language”, *General Anthropology*, Boston, 1938, pp. 132 ss.

anterior ao processo da enunciação? Naturalmente, a atenção dos enunciadores e ouvintes estará constantemente concentrada nas rubricas que sejam obrigatórias em seu código verbal.

Em sua função cognitiva, a linguagem depende muito pouco do sistema gramatical, porque a definição de nossa experiência está numa relação complementar com as operações metalingüísticas — o nível cognitivo da linguagem não só admite mas exige a interpretação por meio de outros códigos, a recodificação, isto é, a tradução. A hipótese de dados cognitivos inefáveis ou intraduzíveis seria uma contradição nos termos. Mas nos gracejos, nos sonhos, na magia, enfim, naquilo que se pode chamar de mitologia verbal de todos os dias, e sobretudo na poesia, as categorias gramaticais têm um teor semântico elevado. Nessas condições, a questão da tradução se complica e se presta muito mais a discussões.

Mesmo uma categoria como a de gênero gramatical, que tão amiúde foi tida como puramente formal, desempenha papel importante nas atitudes mitológicas de uma comunidade lingüística. Em russo, o feminino não pode designar uma pessoa do sexo masculino, e o masculino não pode caracterizar uma pessoa como pertencente especificamente ao sexo feminino. As maneiras de personificar ou de interpretar metafóricamente os substantivos inanimados são influenciadas pelo gênero destes. No Instituto Psicológico de Moscou, em 1915, um teste mostrou que russos propensos a personificar os dias da semana representavam sistematicamente a segunda, a terça e a quarta-feira como seres masculinos, e a quinta, a sexta-feira e o sábado como seres femininos, sem perceber que essa distribuição era devida ao gênero masculino dos três primeiros substantivos (*ponedel'nik, vtornik, četverg*) que se opõe ao gênero feminino dos outros três (*sreda, pjatnica, subbota*). O fato de a palavra que designa sexta-feira ser masculina em certas línguas eslavas e feminina em outras reflete-se nas tradições populares dos respectivos povos, que diferem em seu ritual da sexta-feira. A superstição generalizada na Rússia, de que uma faca caída pressagia um convidado e um garfo caído

uma convidada, é determinada pelo gênero masculino de *nož* (“faca”) e pelo gênero feminino de *vilka* (“garfo”) em russo. Nas línguas eslavas, e em outras línguas em que “dia” é masculino e “noite” é feminino, o dia é representado pelos poetas como o amante da noite. O pintor russo Repin se desconcertava de ver o pecado representado como uma mulher pelos artistas alemães: ele não se dava conta de que “pecado” é feminino em alemão (*die Sünde*), mas, masculino em russo (*grex*). Da mesma forma, uma criança russa, ao ler uma tradução de contos alemães, ficou estupefata ao descobrir que a Morte, seguramente uma mulher (em russo *smert*, feminino), era representada por um velho (em alemão *der Tod*, masculino). *Minha Irmã a Vida*, título de uma coletânea de poemas de Boris Pasternak, é naturalíssimo em russo, onde “vida” é feminino (*žizn*), mas foi o bastante para fazer desesperar o poeta checo Josef Hora, que tentou traduzir tais poemas, pois em checo êsse substantivo é masculino (*život*). Qual foi o primeiro problema que surgiu logo nos primórdios das literaturas eslavas? De maneira assaz curiosa, a dificuldade do tradutor em preservar o simbolismo dos gêneros, e a falta de pertinência dessa dificuldade, do ponto de vista cognitivo, parecem ser o tema principal da mais antiga obra original eslava, o prefácio à primeira tradução do *Evangelarium*, feita pouco depois de 860 pelo fundador das letras e da liturgia eslavas, Constantino o Filósofo, e recentemente reconstituída e interpretada por A. Vaillant.⁹ “O grego, traduzido para outra língua, nem sempre pode ser reproduzido de maneira idêntica, e é o que acontece com toda língua ao ser traduzida”, diz o apóstolo eslavo. “Substantivos como *potamos*, “rio”, e *aster*, “estrela”, masculinos em grego, são femininos em outra língua, como *reka* e *zvezda* em eslavo.” Conforme o comentário de Vaillant, essa divergência anula a identificação simbólica dos rios com os demônios e das estrelas com os anjos na tradução eslava de dois versículos de Mateus (7:25 e 2:9). Mas a êsse obstáculo poético São

(9) André Vaillant, “Le Préface de l’Evangeliare vieux-slave”, *Revue des Études Slaves*, XXIV (1948), p. 5 ss.

Constantino opõe resolutamente o preceito de Dionísio o Areopagita, segundo o qual deve-se estar atento, sobretudo aos valores cognitivos (*silĕ razumu*), e não às palavras propriamente ditas.

Em poesia, as equações verbais são elevadas à categoria de princípio construtivo do texto. As categorias sintáticas e morfológicas, as raízes, os afixos, os fonemas e seus componentes (traços distintivos) — em suma, todos os constituintes do código verbal — são confrontados, justapostos, colocados em relação de contigüidade de acôrdo com o princípio de similaridade e de contraste, e transmitem assim uma significação própria. A semelhança fonológica é sentida como um parentesco semântico. O trocadilho, ou, para empregar um tĕrmo mais erudito e talvez mais preciso, a paronomásia, reina na arte poética; quer esta dominação seja absoluta ou limitada, a poesia, por definição, é intraduzível. Só é possível a transposição criativa: transposição intralingual — de uma forma poética a outra —, transposição interlingual ou, finalmente, transposição inter-semiótica — de um sistema de signos para outro, por exemplo, da arte verbal para a música, a dança, o cinema ou a pintura.

Se fôsse preciso traduzir para o português a fórmula tradicional *Tradutore, traditore* por “O tradutor é um traidor”, privaríamos o epigrama rimado italiano de um pouco de seu valor paronomástico. Donde uma atitude cognitiva que nos obrigaria a mudar êsse aforismo numa proposição mais explícita e a responder às perguntas: tradutor de que mensagens? traidor de que valores?

LINGÜÍSTICA E TEORIA DA COMUNICAÇÃO *

Norbert Wiener se recusa a admitir “qualquer oposição fundamental entre os problemas que nossos engenheiros encontram na medida da comunicação e os problemas de nossos filólogos”¹. É fato que as coincidências e convergências são notáveis entre as etapas mais recentes da análise lingüística e a abordagem da linguagem na teoria matemática da comunicação. Como cada uma dessas duas disciplinas se ocupa, embora por vias diferentes e assaz autônomas, do mesmo domínio da comunicação verbal, um estreito contato entre elas revelou-se útil a ambas e não há dúvida de que se tornará cada vez mais proveitoso.

O fluxo da linguagem falada, fisicamente contínuo, colocou em princípio a teoria da comunicação diante de uma situação “consideravelmente mais complicada” do que no caso de um conjunto finito de elementos discretos que a linguagem escrita apresentava². Entretanto, a análise lingüística conseguiu resolver o discurso oral numa série finita de unidades elementares de informação. Estas unidades discretas finais, os chamados “traços distintivos”, acham-se

(*) Trabalho apresentado ao “Symposium on Structure of Language and Its Mathematical Aspects”, Nova Iorque, 15 de abril de 1960, e publicado, com o título de “Linguistics and Communication Theory” em *Proceedings of Symposia in Applied Mathematics*, XII (1961).

(1) *Journal of the Acoustical Society of America*, vol. 22 (1950), p. 697.

(2) C.E. Shannon e Weaver, *The Mathematical Theory of Communication* (Urbana, The University of Illinois Press, 1949), pp. 74 e 112 ss.

agrupadas em feixes simultâneos denominados “fonemas”, que, por sua vez, se encadeiam em seqüências. Destarte, a forma, na linguagem, tem uma estrutura claramente granular e é suscetível de descrição quântica.

A finalidade primeira da teoria da informação, tal como a formula por exemplo D. M. McKay, é “isolar de seus contextos particulares aqueles elementos abstratos de representações que possam ficar invariáveis em nova formulação”³. O análogo lingüístico dêste problema é a pesquisa fonológica dos invariantes relacionais. As diversas possibilidades de medida da quantidade de informação fonológica que os engenheiros de comunicações entrevêem (quando distinguem entre conteúdo de informação “estrutural” e “métrica”) podem fornecer à Lingüística, tanto sincrônica quanto histórica, dados preciosos, particularmente importantes para a tipologia das línguas, quer do ponto de vista puramente fonológico como do da interseção da Fonologia com o nível léxico-gramatical.

A descoberta progressiva, pela Lingüística, de um princípio dicotômico, que está na base de todo o sistema dos traços distintivos da linguagem, foi corroborada pelo fato de os engenheiros de comunicações empregarem signos binários (*binary digits*, ou *bits*, para usar a “palavra-valise”) como uma unidade de medida. Quando êles definem a informação seletiva de uma mensagem como o número mínimo de decisões binárias que permitam ao receptor reconstruir aquilo que precisa extrair da mensagem, com base nos dados já à sua disposição⁴, esta forma realista é perfeitamente aplicável ao papel exercido pelos traços distintivos na comunicação verbal. Tão logo se procurara “o meio de reconhecer universais pelos seus invariantes”, e se esboçara uma classificação de conjunto dos traços distintivos, com base nesses princípios, o problema de traduzir os critérios propostos pelos lingüistas “numa linguagem matemática e ins-

(3) *Cybernetics: Transactions of the Eight Conference* (Nova Iorque, Josiah Macy Jr. Foundation, 1952), p. 224.

(4) *Communication Theory*, org. por W. Jackson (Nova Iorque, Academic Press, 1953), p. 2.

trumental” foi imediatamente suscitado por D. Gabor em suas conferências sobre a teoria da comunicação⁵. E recentemente se publicou um instrutivo estudo de G. Ungeheuer, que apresenta um ensaio de interpretação matemática dos traços distintivos e de sua estrutura binária.⁶

A noção de “redundância”, tomada pela teoria da comunicação a um ramo retórico da Lingüística, adquiriu lugar de importância no desenvolvimento dessa teoria e foi audaciosamente redefinida como equivalendo a “um menos a entropia relativa”; sob esse novo aspecto, reingressou na Lingüística atual, para tornar-se um dos seus temas centrais. Percebe-se agora a necessidade de uma estreita distinção entre diferentes tipos de redundância, tanto na teoria da comunicação como na Lingüística, em que o conceito de redundância compreende, por um lado, os meios pleonásticos enquanto se opõem à concisão explícita (*brevitas*, na nomenclatura tradicional da Retórica), e, por outro lado, o que é explícito, em contraposição à elipse. No nível fonológico, os lingüistas se habituaram a discernir os traços fonológicos distintivos das variantes contextuais, combinatórias (alofones), mas o tratamento, pela teoria da comunicação, de problemas estreitamente ligados entre si, como a redundância, a predizibilidade e as probabilidades condicionais, permitiu aclarar as relações entre as duas principais classes lingüísticas de qualidades fônicas — os traços distintivos e os traços redundantes.

Uma análise fonológica, quando implique a eliminação sistemática das redundâncias, fornece, necessariamente, uma solução plenamente satisfatória e sem ambigüidades. A crença supersticiosa de certos teóricos poucos versados em Lingüística, de que “não há razão alguma para a distinção entre traços distintivos e redundantes”⁷, é claramente contestada por inúmeros dados lingüísticos. Se, por exemplo, em russo, a diferença entre vogais anteriores e suas corres-

(5) *Lectures on communication theory* (M. I. T., Cambridge, Mass., 1951), p. 82.

(6) *Studia Linguistica*, vol. 13 (1959), p. 69-97.

(7) *Word*, vol. 13 (1957), p. 328.

pondentes posteriores é sempre acompanhada de uma diferença entre consoantes precedentes, que são palatizadas diante das vogais anteriores, e não palatizadas diante das vogais posteriores, e se, por outro lado, a diferença entre consoantes palatizadas e não-palatizadas não se confina à proximidade vocálica, o lingüista é obrigado a concluir que, em russo, a diferença entre a presença e a ausência de palatização consonantal é um traço distintivo, enquanto que a diferença entre vogais anteriores e vogais posteriores aparece como simplesmente redundante. O caráter distintivo e a redundância, longe de serem postulados arbitrários do investigador, estão objetivamente presentes e delimitados na linguagem.

O preconceito que considera os traços redundantes não pertinentes e os traços distintivos os únicos pertinentes está desaparecendo da Lingüística, e é mais uma vez a teoria da comunicação, particularmente quando trata das probabilidades transicionais, que ajuda os lingüistas a superarem a tendência de ver os traços distintivos e redundantes como sendo respectivamente pertinentes e não-pertinentes.

Segundo McKay, “a frase-chave da teoria da comunicação” são as possibilidades preconcebidas; a Lingüística diz a mesma coisa. Em nenhuma das duas disciplinas houve a menor dúvida acêrca do papel fundamental desempenhado pelas operações de seleção nas atividades verbais. O engenheiro admite um “sistema de classificação” de possibilidades pré-fabricadas mais ou menos comuns entre o emissor e o receptor de uma mensagem verbal, e, do mesmo modo, a lingüística saussuriana fala da *langue*, que possibilita uma troca de *parole* entre os interlocutores. Tal conjunto de possibilidades já previstas e preparadas⁸ implica a existência de um código, e êsse código é concebido pela teoria da comunicação como “uma transformação convencionalizada, habitualmente de termo a termo e reversível”⁹, por meio da

(8) *Cybernetics: Transactions of the Eight Conference* (Nova Iorque, The Technology Press of M. I. T., 1952), p. 183.

(9) C. Cherry, *On human communication* (Nova Iorque-Londres, 1957), p. 7.

qual um dado conjunto de unidades de informação se converte em outros: por exemplo, uma unidade gramatical numa seqüência de fonemas e vice-versa. O código combina o *signans* (significante) com o *signatum* (significado) e êste com aquêle. Hoje, no que respeita ao tratamento dos problemas de codificação na teoria da comunicação, a dicotomia saussuriana entre *langue* e *parole* pode ser reformulada de maneira muito mais precisa, o que lhe dá um nôvo valor operacional. Reciprocamente, na Lingüística moderna, a teoria da comunicação pode encontrar informações esclarecedoras sôbre a estrutura estratificada do intrincado código lingüístico em seus vários aspectos.

Embora a Lingüística já tenha descrito adequadamente, em suas linhas gerais, a estrutura do código lingüístico, ainda se esquece amiúde que o conjunto finito de "representações padronizadas" se limita aos símbolos lexicais, aos seus constituintes gramaticais e fonológicos, e às regras gramaticais e fonológicas de combinação. Sômente êste setor da comunicação pode ser definido como uma simples "atividade de reprodução das representações". Por outro lado, é oportuno lembrar que o código não se limita àquilo que os engenheiros de comunicações chamam de "conteúdo puramente cognitivo do discurso", mas que, de igual maneira, a estratificação estilística dos símbolos léxicos, bem como as variações pretensamente "livres", na sua constituição como nas regras de suas combinações, são "previstas e preparadas" pelo código.

Em seu programa para a futura ciência dos signos (a Semiótica), Charles Peirce notava o seguinte: "Um Legissigno é uma lei que é um Signo. Essa lei é comumente estabelecida pelos homens. Todo signo convencional é um legissigno."¹⁰ Os símbolos verbais são citados como um exemplo notável de legissignos. Os interlocutores pertencentes à mesma comunidade lingüística podem ser definidos como os usuários efetivos de um único e mesmo código lingüístico, que compreende os mesmos legissignos. Um código comum

(10) *Collected papers*, vol. 2 (Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1932), p. 142 ss.

é o seu instrumento de comunicação, que fundamenta e possibilita efetivamente a troca de mensagens. É aí que reside a diferença essencial entre a Linguística e as ciências físicas, diferença ressaltada nítida e repetidamente na teoria da comunicação, sobretudo pela sua escola inglesa, que insiste numa linha precisa de demarcação entre a teoria da comunicação e a da informação. Contudo, tal delimitação, por estranho que pareça, é às vezes negligenciada pelos linguistas. “Os estímulos recebidos da Natureza”, como o indica sàbiamente Colin Cherry, “não são imagens da realidade, mas os documentos a partir dos quais construímos nossos modelos pessoais.”¹¹ Enquanto o físico cria suas construções teóricas, aplicando seu próprio sistema hipotético de novos símbolos aos *índices* extraídos, o linguista recodifica apenas, traduz nos símbolos de uma metalinguagem os *símbolos* já existentes, que estão em uso na língua da comunidade linguística em questão.

Os constituintes do código, por exemplo, os traços distintivos, ocorrem literalmente e funcionam realmente na comunicação falada. Tanto para o receptor como para o emissor, como observa R. M. Fano, a operação de seleção constitui a base dos “processos de transmissão da informação”¹². O conjunto de escolhas por sim ou não que está subjacente em cada feixe desses traços discretos não é combinado arbitrariamente pelo linguista mas efetuado realmente pelo destinatário da mensagem, na medida em que as sugestões do contexto, verbal ou não verbalizado, não tornem inútil o reconhecimento dos traços.

Nos dois planos, gramatical e fonológico, não só o destinatário, quando decifra a mensagem, mas também o codificador podem praticar a elipse; particularmente o codificador pode omitir certos traços ou mesmo alguns de seus agrupamentos e seqüências. Mas a elipse também é regida por

(11) *Op. cit.*, p. 62. Cf. W. Meyer-Eppler, *Grundlagen und Anwendungen der Informationstheorie* (Berlin-Goetinguen-Heidelberg, Springer-Verlag, 1959), p. 250 ss.

(12) *The transmission of information* (Massachusetts Institute of Technology, Research Laboratory of Electronics, Technical Report N.º 65, 1949), p. 3 ss.

leis codificadas. A linguagem nunca é monolítica; seu código total inclui um conjunto de subcódigos: questões como a das regras de transformação do código central, plenamente satisfatório e explícito, em subcódigos elípticos. e a da comparação quanto ao teor de informação veiculada. exigem ser tratadas ao mesmo tempo pelos lingüistas e pelos engenheiros. O *código conversível* da língua, com tôdas as suas flutuações de subcódigo para subcódigo e tôdas as mudanças que sofre continuamente, exige uma descrição sistemática e conjunta pela Lingüística e pela teoria da comunicação. Uma visão compreensiva da simetria dinâmica da língua, implicando as coordenadas de espaço e tempo, deve substituir o modelo tradicional das descrições arbitrariamente limitadas ao aspecto *estático*.

O observador lingüístico que possua ou adquira o domínio da língua que observa é ou progressivamente se torna um parceiro potencial ou atual da troca de mensagens verbais entre os membros da comunidade lingüística; êle se converte num membro passivo, ou mesmo ativo, dela. O engenheiro de comunicações está certo quando defende, contra "certos filólogos", a necessidade absolutamente imperativa de "trazer o Observador para dentro da cena", e ao sustentar, com Cherry, que "a descrição mais completa será a do observador participante"¹³. Ao contrário do participante, o espectador isolado e exterior se comporta como um criptanalista, que recebe mensagens das quais não é o destinatário e cujo código não conhece¹⁴. Êle procura decifrar o código pelo exame das mensagens. Na medida do possível, êste nível de pesquisa lingüística deve constituir apenas etapa preliminar de uma abordagem interna da língua estudada, quando então o observador se adapta aos que a falam como idioma materno, traduzindo-lhes as mensagens por meio do seu código.

Enquanto o pesquisador não conhecer nenhum *signatum* e tiver acesso apenas aos *signans*, deve resolver-se, quer

(13) *For Roman Jakobson* (Haia, Mouton & Co., 1956), p. 61 ss.

(14) Cf. R. Jakobson e M. Halle, *Fundamentals of language* (Haia, Mouton & Co., 1956) pp. 17-19.

queira ou não, a apelar para suas qualidades de detetive e tirar dos dados externos o máximo de informações que lhe possam fornecer sobre a estrutura da língua. O estado atual da Etruscologia oferece bom exemplo desta técnica. Mas se o lingüista já está familiarizado com o código, isto é, se já domina o sistema de transformação por meio do qual um conjunto de significantes (*signantia*) se converte num conjunto de significados (*signata*), então torna-se supérfluo êle bancar o Sherlock Holmes, a não ser que deseje determinar precisamente até que ponto este processo artificial pode fornecer dados seguros. É difícil, no entanto, simular ignorância de um código familiar: as significações escamoteadas falseiam uma atitude que se pretendia criptanalítica.

Obviamente, o “caráter inseparável do conteúdo objetivo e do sujeito que observa”, assinalado por Niels Bohr como uma premissa de todo conhecimento bem definido¹⁵, tem por força de ser levado em conta em Lingüística e a posição do observador em relação à língua observada e descrita deve ser indicada com exatidão. Antes de mais nada, como o indicou Jurgen Ruesh, a informação que um observador pode colher depende de sua situação dentro ou fora do sistema¹⁶. Além disso, se o observador estiver situado *dentro* do sistema de comunicação, será mister compreender que a linguagem apresenta dois aspectos muito diferentes conforme seja vista de uma ou outra extremidade do canal de comunicação. *Grosso modo*, o processo de codificação vai do sentido ao som, e do nível léxico-gramatical ao nível fonológico, enquanto que o processo de decodificação exhibe direção inversa — do soma ao sentido e dos elementos aos símbolos. Enquanto que a orientação (*Einstellung, set*) para os constituintes imediatos está em primeiro plano na produção do discurso, para a sua percepção a mensagem é antes de tudo um processo estocástico. O aspecto probabilístico do discurso encontra insigne expressão na maneira pela qual

(15) *Atomic physics and human knowledge* (Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1958), p. 30.

(16) *Toward a unified theory of human behavior*, org. por R. R. Grinker (Nova Iorque, Basic Books, 1956), p. 54.

o ouvinte considera os homônimos, ao passo que, para quem fala, a homonímia não existe. Quando se diz “vão”, sabe-se de antemão se se quer dizer “vão” (adjetivo) ou “vão” (do verbo *ir*), ao passo que o ouvinte depende das probabilidades condicionais do contexto¹⁷. Para o receptor, a mensagem apresenta grande número de ambigüidades onde não havia qualquer equívoco para o emissor. As ambigüidades do trocadilho e da poesia utilizam, para a emissão, esta propriedade da recepção.

Sem dúvida alguma, existe uma realimentação (*feedback*) entre a fala e a audição, mas a hierarquia dos dois processos se inverte para o codificador e o decodificador. Estes dois aspectos distintos da linguagem são irredutíveis um ao outro; ambos são igualmente essenciais e devem ser vistos como *complementares*, no sentido em que Niels Bohr emprega o termo. A autonomia relativa do padrão de recepção é ilustrada pela generalizada prioridade temporal da aquisição passiva da linguagem, tanto entre as crianças como entre os adultos. A reivindicação de L. Scerba, de que se delimitem e se elaborem duas gramáticas — uma “ativa” e outra “passiva” — foi recentemente posta na ordem do dia por jovens estudiosos russos e tem igual importância para a teoria lingüística, o ensino das línguas e a Lingüística aplicada¹⁸.

Quando um lingüista trata de um dos dois aspectos da linguagem à *la Jourdain*, isto é, sem se dar conta de se suas observações concernem à fonte ou à recepção, isso é menos perigoso que os compromissos arbitrários que se fazem frequentemente entre as análises referentes à emissão e a recepção; é o que acontece, por exemplo, no caso de uma gramática que estude as operações gerais sem fazer apêlo aos sentidos, a despeito da necessária prioridade do sentido para o codificador. Atualmente, a Lingüística recebe da teoria da comunicação sugestões particularmente valiosas para o estudo um tanto negligenciado da recepção verbal.

(17) V. *International Journal of Slavic Linguistics and Poetics*, vol. 1 e 2 (1959), p. 286 ss.

(18) V. I. Revzin, *Tezisy Konferencii po mašinomu perevodu* (Moscou, Pervyj Moskov, Gos. Ped. Inst. Inostrannyx Jazykov, 1958), pp. 23-25.

McKay nos previne contra a confusão entre a troca de mensagens verbais e a extração de informação do mundo físico, duas coisas que foram abusivamente unificadas sob a etiqueta de "comunicação"; para McKay, esta palavra tem inevitavelmente uma conotação *antropomórfica* que "embrulha toda a questão"¹⁹. Um perigo semelhante existe quando se interpreta a intercomunicação humana em termos de informação física. As tentativas de construir um modelo da linguagem sem relação alguma com quem a fale ou ouça, e de hipostasiar assim um código desligado da comunicação efetiva, ameaçam reduzir a linguagem a uma ficção escolástica.

Ao lado da codificação e da decodificação, também o processo de recodificação, a passagem de um código a outro (*code switching*), em suma, os variados aspectos da tradução, convertem-se numa das principais preocupações da Linguística e da teoria da comunicação, tanto nos Estados Unidos como na Europa ocidental e oriental. Só agora é que problemas tão fascinantes quanto o dos modos e graus da compreensão mútua entre pessoas que falam certas línguas estreitamente aparentadas, como por exemplo o dinamarquês, o norueguês e o sueco, começam a chamar a atenção dos lingüistas²⁰, prometendo aclarar o fenômeno conhecido em teoria da comunicação pelo nome de "ruído semântico", e o problema, teoricamente e pedagogicamente importante, de superá-lo.

Sabe-se que durante certo período a Linguística e a teoria da comunicação foram tentadas a tratar toda consideração relativa ao sentido como uma espécie de ruído semântico e a excluir a semântica do estudo das mensagens verbais. Atualmente, no entanto, os lingüistas evidenciam uma tendência de reintroduzir a significação, ao mesmo tempo que utilizam a experiência muito instrutiva propiciada por esse ostracismo temporário. Uma tendência semelhante pode ser igualmente observada na teoria da comunicação.

(19) *Cybernetics: Transactions of the Eighth Conference* (Nova Iorque, 1952), p. 221.

(20) Veja-se particularmente E. Haugen, *Nordisk Tidsskr.*, vol. 29 (1953), pp. 225-249.

Segundo Weaver, a análise da comunicação “clarificou de tal forma o ambiente que estamos agora prontos, quiçá pela primeira vez, para uma teoria real do significado, e, particularmente, em condições de examinar um dos aspectos mais importantes, mas também mais difíceis, da questão do sentido, a saber, a influência do contexto”²¹. Os lingüistas descobrem progressivamente como tratar as questões de sentido, e em especial a da relação entre significação geral e significação contextual, como tema intrinsecamente lingüístico e claramente distinto dos problemas ontológicos da denotação.

A teoria da comunicação, que agora dominou o campo da informação fonemática, pode abordar a tarefa de medir a quantidade de informação gramatical, já que o sistema das categorias gramaticais, das categorias morfológicas em particular, tal como o sistema dos traços distintivos, acha-se baseado numa escala de oposições binárias. Assim é que há, por exemplo, 9 escolhas binárias na base de mais de 100 formas conjugadas, simples e compostas, de um verbo inglês, que aparecem, por exemplo, em combinação com o pronome *I* (“eu”) ²². O teor de informação gramatical veiculada pelo verbo em inglês poderá ser confrontado posteriormente com os dados correspondentes relativos ao substantivo em inglês, ou ao verbo e ao substantivo em diversas línguas: a relação entre a informação morfológica e a informação sintática em inglês deverá ser comparada com a relação equivalente em outras línguas, e todos êsses dados comparativos propiciarão importante material complementar para uma tipologia das línguas e para a pesquisa de leis lingüísticas universais.

(21) Shannon e Weaver, *op. cit.*, p. 116. Cf. D. M. McKay “The place of “meaning” in the theory of information”, *Information Theory*, org. por C. Cherry (Nova Iorque, Basic Books, 1956).

(22) 1. Pretérito (oposto a não-pretérito), 2. perfeito, 3. progressivo, 4. expectivo 5. moralmente decidido, 6. contingente, 7. potencial, 8. assertivo, 9. passivo. Cf. Roman Jakobson, *American Antropologist*, vol. 61, n.º 5, Parte 2 (1959), pp. 139-141, e W. F. Twaddell, *The English verbs auxiliares* (Providence, Brown University Press, 1960).

Faltar ainda confrontar o teor de informao gramatical potencialmente contida nos paradigmas de uma dada lngua (estudo estatstico do cdigo) com o teor de informao similar nos atos de fala, nas ocorrncias efetivas das diversas formas gramaticais no interior de um certo corpo de mensagens. Qualquer tentativa de ignorar esta dualidade e de confinar a anlise e o clculo lingsticos apenas ao cdigo ou apenas ao corpo, empobrecer a pesquisa. No se pode omitir a questo crucial da relao entre a estrutura dos constituintes do cdigo verbal e sua freqncia relativa tanto no cdigo como no uso que dle se faz.

A definio semitica do significado de um smbolo como sendo sua traduo em outros smbolos tem uma aplicao eficaz no exame lingstico da traduo intra e interlingual; e tal abordagem da informao semntica concorda com a proposta de Shannon de definir a informao como "aquilo que fica invarivel atravs de tdas as operaes reversveis de codificao ou traduo", numa palavra, como "a classe de equivalncia de tdas essas tradues" ²³.

No estudo das significaes, gramaticais ou lexicais, precisamos tomar muito cuidado para no fazer mau uso das noes polares de "regularidade" e "desvio". Frequentemente,  porque se perde de vista a estrutura estratificada, hierarquizada, da linguagem, que se recorre  idia de desvio. Existe contudo substancial diferena entre posio secundria e desvio. No se justifica que consideremos como aberrantes nem a "derivao sinttica" com relao  "funo primria" ²⁴, de Kurylowicz, nem a oposio de Chomsky entre "transformaes" e "ncleos" ²⁵, nem as significaes "marginais" ("transferidas") face  significao "central" da palavra, de Bloomfield ²⁶. As criaes metafricas no representam desvios; so processos regulares de certas variedades

(23) *Cybernetics: Transactions of the Seventh Conference* (Nova Iorque, 1951), p. 157.

(24) *Bulletin de la Socit de Linguistique de Paris*, n. 110 (1936), pp. 79-92.

(25) *Syntactic structures* (Haia, Mouton & Co., 1957).

(26) *Language* (Nova Iorque, Henry Holt & Co., 1933), p. 149.

estilísticas que são subcódigos de um código total; e no interior de um subcódigo dêste gênero não há desvio quando Marvell designa com um epíteto concreto um nome abstrato (o que é, pròpriamente uma hipálage) — *a green thought in a green shade* (“um verde pensamento numa sombra verde”) — nem quando Shakespeare transpõe metafòricamente um nome inanimado para o gênero feminino — *the morning opens her golden gates* (“a manhã (neutra em inglês) abre suas (dela) portas de ouro”) — nem quando Dylan Thomas, como o nota a comunicação de Putnam, emprega metonimicamente “dor” em lugar de “momento doloroso” — *A grief ago I saw him there* (Há uma dor atrás eu o vi lá)”²⁷. Contrariamente às construções agramaticais do tipo “as meninas dorme”, as frases citadas são dotadas de sentido, e tôda frase dotada de sentido pode ser submetida a uma prova de veracidade, exatamente da mesma maneira por que a afirmativa “Pedro é uma velha rapôsa” poderia provocar a réplica: “Pedro não é uma rapôsa, mas um porco. João é que é um rapôsa.” Seja dito de passagem que nem a elipse nem a reticência nem o anacoluto podem ser considerados estruturas divergentes; da mesma forma que o estilo obscuro, subcódigo braquilógico a que pertencem, são apenas derivados regulares das formas centrais contidas no padrão explícito. Uma vez mais essa “variabilidade do código”, que permite compreender por que o padrão corrente não se acha realizado numa conduta patente foi negligenciada mais pelos lingüistas que pelos engenheiros de comunicações, menos embaraçados por preconceitos.

Em resumo, existe um vasto conjunto de questões que reclamam a cooperação das duas disciplinas distintas e independentes de que se trata aqui. As primeiras etapas percorridas nesse sentido revelaram-se auspiciosas. Eu gostaria de concluir evocando o que é, provàvelmente, o exemplo mais antigo, e talvez o mais espetacular há até bem pouco tempo, da colaboração entre a Lingüística, em particular o estudo da linguagem poética, de um lado, e a análise matemática dos processos estocásticos, de outro lado. A escola russa

(27) *Proceedings of Symposia in Applied Mathematics*, XII (1961).

de métrica deve algumas de suas realizações de repercussão internacional ao fato de que, há uns quarenta anos, pesquisadores como B. Tomachevski, versados ao mesmo tempo em Matemática e Filologia, souberam utilizar as cadeias de Markov para o estudo estatístico do verso; tais dados, completados por uma análise lingüística da estrutura do verso, propiciaram, no comêço da década de 1920, uma teoria do verso baseada no cálculo de suas probabilidades condicionais e das tensões entre antecipação e surpresa consideradas como valores rítmicos mensuráveis; o cálculo dessas tensões que batizamos de "expectativas frustradas", forneceu indicações surpreendentes para o estabelecimento, sôbre uma base científica, da métrica descritiva, histórica, comparativa e geral²⁸.

Estou convencido de que os métodos recentemente desenvolvidos em Lingüística estrutural e teoria da comunicação, aplicados à análise do verso e a muitas outras províncias da linguagem, poderão abrir vastas perspectivas para uma coordenação ulterior dos esforços das duas disciplinas. Confiemos em que nossas expectativas não se frustrem²⁹.

(28) Cf. B. Tomasevskij, *O stixe* (Leningrado, 1929); R. Jakobson, *O ccesskom stixe* (Berlim-Moscov, 1923); e "Lingüística and poetica". *Style in Language* (Nova Iorque, The Technology Press of Massachussets Institute of Technology, 1960).

(29) Gostaria de dedicar êste artigo à memória do engenheiro O. A. Jakobson.

A CONCEPÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO GRAMATICAL SEGUNDO BOAS *

The man killed the bull (“O homem matou o touro”). As glosas que Boas fêz desta frase no seu epítome *Language* (1938) constituem uma de suas contribuições mais penetrantes à teoria lingüística. “Na linguagem”, diz Boas, “a experiência a ser comunicada é classificada de acôrdo com certo número de aspectos distintos” (1938, p. 127). Assim, nas sentenças “o homem matou o touro” e “o touro matou o homem”, duas seqüências opostas de palavras exprimem uma experiência diferente. Os “tópicos” (têrmo genérico sugerido por Yuen Ren Chao para designar o sujeito e o objeto) são os mesmos, homem e touro, mas o agente e o paciente se distribuem de forma diversa.

A Gramática, segundo Boas, seleciona, classifica e exprime os diversos aspectos da experiência e, além disso, realiza outra importante função: “determina aquêles aspectos de cada experiência que *devem* ser expressos.” Boas revela, sagazmente, a obrigatoriedade das categorias gramaticais como o traço específico que as distingue das significações lexicais:

“Quando dizemos: *The man killed the bull*, entendemos que um homem único e definido matou, no

(*) Publicado com o título de “Boas’ view of gramatical meaning” em *The Anthropology of Franz Boas*, org. por W. Goldschmidt, *American Anthropologist*, vol. 61, n.º 5, part 2, October 1959, Memoir n.º 89 of the American Anthropological Association.

passado, um touro único e definido. Não podemos exprimir esta experiência de maneira tal que permaneçamos em dúvida quanto se se trata de uma pessoa definida ou indefinida, de um touro definido ou indefinido, de uma ou mais pessoas ou touros, do presente ou do passado. Temos de escolher entre os aspectos, e um ou outro deve ser escolhido. Os aspectos obrigatórios são expressos por meio de procedimentos gramaticais. (1938, p. 132).”

Em nossa comunicação verbal, defrontamos um conjunto de escolhas binárias. Se a ação referida é *kill* e se *the man* e *the bull* funcionam como agente e paciente respectivamente, a pessoa que fala tem, em inglês, de escolher entre (A) uma construção *Passiva* e uma construção *Ativa*, a primeira enfocada no paciente, a segunda no agente. Neste último caso, o paciente, e no anterior, o agente, podem ou não ser designados: *The man killed (the bull)* e *The bull was killed (by the man)*. De vez que a menção do agente é facultativa nas construções passivas, a omissão não pode ser encarada como elíptica, ao passo que numa sentença como *Was killed by the man* constitui uma elipse saliente. Tendo escolhido a construção ativa, a pessoa que fala deve, ademais, fazer uma série de escolhas binárias entre, por exemplo, (B) *Préterito* (remoto) ou *Não-Préterito*: *killed* contraposto a *kills*; (C) *Perfeito* — na interpretação de Otto Jespersen (1924, 1954) retrospectivo, “permanensivo”, inclusivo — ou *Não-Perfeito*: *has killed* contraposto a *kills*, *had killed* contraposto a *killed*; (D) *Progressivo* (expandido, continuativo) ou *Não-Progressivo*: *is killing* contraposto a *kills*, *was killing* contraposto a *killed*, *has been killing* contraposto a *has killed*, *had been killing* contraposto a *had killed*; (E) *Potencial* ou *Não-Potencial*: *will kill* contraposto a *kills*, *would kill* contraposto a *killed*, *will have killed* contraposto a *has killed*, *would have killed* contraposto a *had killed*, *will be killing* contraposto a *is killing*, *would be killing* contraposto a *was killing*, *will have been killing* contraposto a *has been killing*, *would have been killing* contraposto a *had been killing* (omito os outros verbos auxiliares

da série dupla *will — shall* e *can — may*, que, da mesma maneira, têm apenas uma forma no pretérito e uma forma no não-pretérito).¹

O verbo auxiliar *do*, empregado nas construções assertivas, verificativas — afirmação ostensiva, “negação nexal” e “interrogação nexal” (têrmos de Jespersen, 1924) —, não se pode combinar com outros verbos auxiliares e, por isso, o número de escolhas possíveis entre (F) *Assertivo* e *Não-Assertivo* é consideravelmente reduzida: *does kill* contraposto a *kills* e *did kill* contraposto a *killed*.² Visto que tôda negação nexal e tôda pergunta nexal têm uma modalidade assertiva, verificativa (uma modalidade “veredictiva”, conforme a sugestão terminológica de Willard Quine), nesses casos uma forma verbal simples (*kills, killed*) é obrigatoriamente substituída por uma construção com *do* e não há escolha binária, ao passo que a distinção entre uma confirmação e uma simples enunciação positiva requer escolha de uma de duas construções possíveis — *the man does kill the bull* ou *the man kills the bull, he did kill* ou *he killed*. Destarte, a ausência (ou pelo menos o caráter assaz inusitado) de construções interrogativas como *killed he* ou *read you* no sistema formal do inglês, tem uma motivação semântica.

Um diagrama pode resumir êste panorama das categorias verbais seletivas nas construções pessoais positivas: tôda vez, de cada dois têrmos opostos, a categoria mais especificada, “marcada”, é designada por um sinal de mais, e a menos especificada, “não-marcada”, por um sinal de menos; sinais de menos entre parênteses indicam a não-existência de sinais de mais correspondentes.

A escolha de uma forma gramatical pelo que fala confronta o que ouve com um número definido de unidades (*bits*) de informação. O caráter compulsório dessa espécie

(1) Nem o perfeito progressivo nem o potencial progressivo são usados na passiva, porque duas formas não-conjugadas do verbo auxiliar *to be* são incompatíveis.

(2) Além do indicativo, êste verbo auxiliar é usado somente em construções imperativas: *do kill* contraposto a *kill!*

de informação para qualquer intercâmbio verbal dentro de uma dada comunidade lingüística, e a considerável diferença entre a informação gramatical veiculada pelas diferentes línguas, foram plenamente compreendidas por Franz Boas. graças ao seu espantoso domínio dos múltiplos padrões semânticos do mundo lingüístico:

“Os aspectos escolhidos em diferentes grupos de línguas variam fundamentalmente. Para dar um exemplo: enquanto, para nós, o conceito de definido ou indefinido (*definiteness*), de número e de tempo são aspectos obrigatórios, encontramos em outras línguas localização — perto do que fala ou alhures —, fonte de informação — vista, ouvida (isto é, sabida por ouvir dizer) ou inferida — como aspectos obrigatórios. Em vez de dizer “O homem matou o touro”, eu teria de dizer: “Este homem (ou homens) matou (tempo indefinido) visto por mim aquêle touro (ou touros)” (Boas, 1938, p. 13).

Aquêles que tenham pendor para tirar inferências acerca da cultura a partir de uma série de conceitos gramaticais são imediatamente advertidos por Boas: os aspectos que devam ser expressos podem ser abundantes em algumas línguas e raros em outras, mas “paucidade de aspectos obrigatórios não implica, de modo algum, obscuridade do discurso”. Quando necessário, a clareza pode ser obtida pela adição de palavras explicativas. Para exprimir tempo ou pluralidade, as línguas que não tenham tempo ou número gramatical recorrem a meios lexicais. Destarte, a verdadeira diferença entre as línguas não reside no que se possa ou não exprimir, mas no que deve ou não ser expresso pelos que falam. Se um russo diz: *Ja napisal prijatelju* (“Escrevi a um amigo”), a distinção entre o caráter definido ou indefinido do complemento (“o” contraposto a “um”) não é expressa, ao passo que o aspecto verbal indica que a carta foi terminada, e o sexo do amigo é indicado pelo gênero masculino. Como, em russo, tais conceitos são gramaticais, não podem ser omitidos na comunicação, ao passo que, diante da mesma frase em inglês: *I wrote a friend*, as perguntas

FORMA VERBAL

CATEGORIAS SELETIVAS

	A	B	C	D	E	F
<i>kills</i>	—	—	—	—	—	—
<i>killed</i>	—	+	—	—	—	—
<i>has killed</i>	—	—	+	—	—	(—)
<i>had killed</i>	—	+	+	—	—	(—)
<i>will kill</i>	—	—	—	—	+	(—)
<i>would kill</i>	—	+	—	—	+	(—)
<i>will have killed</i>	—	—	+	—	+	(—)
<i>would have killed</i>	—	+	+	—	+	(—)
<i>is killing</i>	—	—	—	+	—	(—)
<i>was killing</i>	—	+	—	+	—	(—)
<i>has been killing</i>	—	—	+	+	—	(—)
<i>had been killing</i>	—	+	+	+	—	(—)
<i>will be killing</i>	—	—	—	+	+	(—)
<i>would be killing</i>	—	+	—	+	+	(—)
<i>will have been killing</i>	—	—	+	+	+	(—)
<i>would have been killing</i>	—	+	+	+	+	(—)
<i>does kill</i>	+	—	(—)	(—)	(—)	+
<i>did kill</i>	+	+	(—)	(—)	(—)	+
<i>is killed</i>	+	—	—	—	—	(—)
<i>was killed</i>	+	+	—	—	—	(—)
<i>has been killed</i>	+	—	+	(—)	—	(—)
<i>had been killed</i>	+	+	+	(—)	—	(—)
<i>will be killed</i>	+	—	—	(—)	+	(—)
<i>would be killed</i>	+	+	—	(—)	+	(—)
<i>will have been killed</i>	+	—	+	(—)	+	(—)
<i>would have been killed</i>	+	+	+	(—)	+	(—)
<i>is being killed</i>	+	—	—	+	—	(—)
<i>was being killed</i>	+	+	—	+	—	(—)

de se a carta foi concluída e de se foi endereçada a um amigo ou a uma amiga podem ser abruptamente respondidas com um “Não é da sua conta.”

A Gramática, verdadeira *ars obligatoria*, conforme os escolásticos costumavam chamá-la, impõe a quem fala decisões do tipo sim-ou-não. Segundo observou Boas repetidas vezes, os conceitos gramaticais de uma dada língua dirigem a atenção da comunidade lingüística numa direção determinada e, mercê do seu caráter compulsivo, obstrutor, exercem influência sôbre a poesia, as crenças e até mesmo

o pensamento especulativo, sem, contudo, invalidarem a capacidade de qualquer língua de adaptar-se às necessidades de conhecimentos avançados.

Além desses conceitos, que são gramaticalizados e por conseguinte obrigatórios em certas línguas, mas lexicalizados e meramente facultativos em outras, Boas dividiu outras categorias relacionais que são obrigatórias no mundo todo: “os métodos por meio dos quais tais relações se exprimem variam muito, mas eles constituem elementos necessários da Gramática.” É o caso, por exemplo, da distinção entre sujeito e predicado, e entre predicado e atributo, bem como da referência gramatical ao remetente e ao destinatário. Esse problema de categorias gramaticais indispensáveis e universais foi esboçado por Boas e por seu indagador discípulo Sapir (1921) em desafio à aversão dos neogramáticos por toda pesquisa de leis universais; tornou-se um problema crucial para a Linguística, hoje.

Quais aspectos da informação são obrigatórios para qualquer comunicação verbal, no mundo todo, e quais o são apenas para um certo número de línguas? Esta era, para Boas, a questão decisiva, que separava a gramática universal da descrição gramatical de línguas isoladas e que, outrossim, o capacitava a traçar uma linha de demarcação entre o domínio da morfologia e da sintaxe, com suas regras obrigatórias, e o campo mais livre do vocabulário e da fraseologia. Em inglês, tão logo a pessoa use um substantivo, duas escolhas — uma entre o plural e o singular, a outra entre o definido e o indefinido — são necessariamente feitas, ao passo que em uma língua indígena dos Estados Unidos, que não tem recursos gramaticais para exprimir o número e o conceito de definido, a distinção entre “a coisa”, “uma coisa”, “as coisas” e “coisas” pode ser simplesmente omitida ou deliberadamente expressa por meios lexicais.

Estava claro, para Boas, que toda diferença nas categorias gramaticais conduz informação semântica. Se a linguagem é um instrumento que serve para transmitir informação, não se podem descrever as partes constituintes de tal instrumento sem referir-lhes as funções, assim como a

descrição de um automóvel sem qualquer menção às tarefas de suas partes ativas seria incompleta e inadequada. Boas jamais renunciou à questão-chave: qual é a diferença informacional entre os processos gramaticais observados? Ele não aceitava uma teoria não-semântica da estrutura gramatical, e qualquer alusão derrotista à imaginária obscuridade da noção de significação parecia a Boas obscura e sem sentido ela própria.

Seu trabalho com informantes nativos, particularmente com um membro de uma tribo Kwakiutl, que foi seu hóspede durante longo tempo, revela o método objetivo e escrupuloso de Boas. Ele observou atentamente de que modo a inusitada experiência do índio em Nova Iorque interferia com seus modelos indígenas. Na conversação, Boas gostava de descrever a indiferença desse homem de Vancouver pelos arranha-céus de Manhattan (“nós construímos as casas uma ao lado da outra, e vocês as empilham uma em cima da outra”), pelo Aquário (“peixes assim nós jogamos de volta ao lago”), ou pelo cinema, que lhe parecia tedioso e destituído de sentido. Por outro lado, o estrangeiro ficava horas a fio, fascinado, em Times Square, a contemplar os gigantes e anões, as mulheres barbadas e moças com caudas de rapôsa das barracas de diversões, ou a apreciar os restaurantes automáticos, onde bebidas e sanduíches surgiam miraculosamente e onde ele se sentia transportado para o universo dos contos de fadas kwakiutl. Da mesma maneira, sua caprichosa mistura de fala índia e inglês fornecia a Boas indicações valiosas acerca das particularidades dos conceitos gramaticais dos Kwakiutl.

As equações bilingües, mas antes e acima de tudo, a interpretação de conceitos através de expressões equivalentes, eis exatamente o que os lingüistas entendem por “significado” e o que corresponde à definição semiótica de Charles Peirce (1934), do significado de um símbolo como sua “tradução em outros símbolos”. Dessarte, o significado pode e deve ser expresso em termos de discriminações e identificações lingüísticas, assim como, de outra parte, as discriminações lingüísticas são sempre feitas em função de seu valor semântico. As reações das pessoas às línguas que

falam, ou — como se poderia dizer hoje —, as “operações metalingüísticas”, são proposições equacionais que surgem tão logo haja incerteza quanto a se ambos os interlocutores usam o mesmo código verbal e em que medida o discurso de um é compreendido pelo outro. Tais interpretações metalingüísticas de uma mensagem, através de paráfrases ou de efetiva tradução em outra língua, ou mesmo num diferente conjunto de signos, desempenham papel de enorme importância em qualquer processo de aprendizado de linguagem, tanto nas crianças como nos adultos. Essas proposições equacionais ocupam posição importante no corpo total dos enunciados, e, juntamente com outros espécimes de um dado corpo, podem ser submetidas a análise distribucional (diz-se, e em quais contextos, que “A é B”, que “B é A”, e/ou que “A não é B” e “B não é A”?). Assim, a técnica estritamente lingüística da análise distribucional se revela totalmente aplicável aos problemas de significado, tanto no plano gramatical quanto no léxico, e os significados não mais podem ser encarados como “imponderáveis subjetivos”. Extrair significados, através de operações metalingüísticas, de pessoas que falem determinada língua como sua língua materna é um procedimento mais objetivo e fidedigno do que pedir-lhes que julguem se determinadas sentenças são ou não aceitáveis em sua língua. As elipses e anacolutos, inadmissíveis num estilo explícito e meticoloso, poderiam ser facilmente condenados por um informante, a despeito de seu uso coloquial, emotivo ou poético.

Chomsky fez uma tentativa engenhosa de construir uma “teoria completamente não-semântica da estrutura gramatical”. Esse intrincado experimento constitui realmente um magnífico *argumentum a contrario*, particularmente útil às investigações em curso acerca da hierarquia das significações gramaticais. Os exemplos trazidos à discussão no livro de Chomsky *Syntactic Structures* (1957) podem servir como interessantes ilustrações para a delimitação que Boas fez da classe das significações gramaticais. Dessarte, analisando a sentença pretendidamente absurda *Colorless green ideas sleep furiously*, “Incolores idéias verdes dormem furiosamente” (1957, p. 15), extraímos seu sujeito plural “idéias”, das quais se diz que desenvolvem uma atividade, “dormir”.

e ambos os termos são caracterizados — as “idéias” como “incolores verdes” e o “sono” como “furioso”. Tais relações gramaticais criam uma sentença dotada de sentido que pode ser submetida a uma prova de verdade: coisas como verde incolor, idéias verdes, idéias que dormem, ou sono furioso existem ou não? “Verde incolor” é uma expressão sinônima de “verde pálido”, com o efeito ligeiramente epigramático de um oximoro aparente. O epíteto metafórico em “idéias verdes” faz lembrar o famoso *green thought in a green shade*, “verde pensamento numa sombra verde”, de Andrew Marvell, ou a expressão russa “tédio verde” (*zelenaja skuka*) ou “horror vermelho, branco e quadrado” (*Vse tot zhe uzhas krasnyj, belyj, kvadratnyj*), de Tolstói. Em sentido figurado, o verbo “dormir” significa “estar num estado semelhante ao sono, tal como o de inércia, letargia, torpor”: por exemplo, “seu ódio nunca dorme”; por que, então, não podem as idéias de alguém dormir? E, finalmente, por que não pode o atributo “furioso” exprimir enfaticamente um frenesi de sono? Dell Hymes encontrou de fato uma aplicação para esta sentença num poema plenamente dotado de sentido, escrito em 1957 e intitulado “Incolores Idéias Verdes Dormem Furiosamente”.

Todavia, mesmo que censuremos, por pedantismo, tôda expressão através de imagens e neguemos a existência de idéias verdes, mesmo então, como no caso da “quadratura do círculo” ou “leite de pato”, a não-existência, o caráter fictício dessas entidades, não tem relação alguma com a questão de seu valor semântico. A possibilidade mesma de pôr sua existência em dúvida é a melhor advertência contra uma confusão de irrealidade ontológica com ausência de sentido. Não existe, ademais, nenhuma razão para atribuir à espécie de construções aqui discutidas “um grau inferior de gramaticalidade”. Num importante dicionário russo, o adjetivo que significa “prenhe” foi classificado como unicamente feminino, porque — *beremennyj muzhchina nemyslím* “um macho prenhe é inconcebível”. Esta sentença russa, contudo, usa a forma masculina do adjetivo, e o “macho prenhe” aparece em lendas folclóricas, em piadas de jornal e no poema de David Burliuk: *Mne nraivitsja beremennyj muzhchina, prislonivshijsja k pamjatniku Pushkina*, “Gosto

do homem preenhe que se apóia no monumento de Pushkin". O masculino ocorre, além disso, num uso figurado do mesmo adjetivo. De maneira semelhante, uma menina francesa, numa escola primária, sustentou que em sua língua materna não apenas os substantivos, mas também os verbos têm gênero; por exemplo, o verbo *couver*, "chocar", é feminino porque "as galinhas chocam, mas os galos não". Tampouco para níveis graduais de gramaticalidade podemos usar o argumento ontológico com o fito de excluir pretensas "não-sentenças inversas" como *golf plays John*, "o golfe joga João" (Chomsky, 1957, p. 42; cf. enunciados claros como *John does not play golf; golf plays John*).*

A agramaticalidade efetiva priva um enunciado de sua informação semântica. Quanto mais as formas sintáticas e os conceitos relacionais que elas veiculam parecerem estar obliterados, mais difícil será submeter a mensagem a uma prova de verdade, e somente a entonação de frase manterá juntos *mots en liberté* como *silent no night by silently unday*, "silenciosa não-noite por silenciosamente não-dia" (e. e. cummings) ou *Furiously sleep ideas green colorless*, "Furiamente dormem idéias verdes incolores" (N. Chomsky). Um enunciado como "Parece estar perto do fim", na versão agramatical "Estar fim perto parece", dificilmente poderá ser seguido da pergunta: "É verdade?" ou "Está certo disso?". Enunciados totalmente destituídos de gramática são, de fato, contra-sensos. O poder coercitivo do modelo gramatical, reconhecido por Boas e por êle contraposto à nossa relativa liberdade na escolha das palavras, torna-se particularmente manifesto por via de uma investigação semântica no domínio do contra-senso.

(*) Jôgo de palavras com base na dupla acepção do verso *to play* e que se poderia literalmente traduzir por: "João não joga golfe; o golfe é que zomba de João" (N. dos T.).

REFERÊNCIAS CITADAS

- Boas, Franz, "Language". In *General anthropology* (Boston, 1938).
- Chao, Y. R., "How Chinese logic operates", *Anthropological Linguistics* I: 1-8, 1959.
- Chomsky, N., *Syntactic Structures* (Haia, Mouton e Cia., 1957).
- Jaspersen, O., *The philosophy of modern grammar* (Londres, Nova Iorque, 1924).
- , *A modern English grammar on historic principles* (Reprinted (Reedição) (Londres, Copenhagen, 1954).
- Peirce, C. S., *Collected Papers*, Vol. 5 (Cambridge, Harvard University Press, 1934).
- Sapir, E., *Language* (Nova Iorque, Harcourt, Brace and Co., 1921).

À PROCURA DA ESSÊNCIA DA LINGUAGEM *

Considerando-se o fato de que “no discurso humano, sons diferentes têm uma significação diferente”, o famoso manual que Leonard Bloomfield publicou em 1933 concluía que “estudar a coordenação entre certos sons e certas significações é estudar a língua.” Já um século antes, Wilhelm von Humboldt ensinava que “existe entre o som e o significado uma conexão aparente, a qual, entretanto, só raramente se presta a uma elucidação exata; muitas vêzes, é apenas entrevista e na maioria dos casos permanece obscura”. Desde a Antigüidade, essa conexão constituiu, para a ciência da linguagem, um eterno problema. O total esquecimento em que, entretanto, o haviam deixado os lingüistas do passado recente, pode ser ilustrado pelos freqüentes louvores dirigidos à pretensa novidade da interpretação que Ferdinand de Saussure fez do signo, particularmente do signo verbal, como unidade indissolúvel de dois constituintes — o *significante* e o *significado* —, quando essa concepção, como também a terminologia na qual se exprimia, fôra inteiramente retomada da teoria dos estóicos, a qual data de mil e duzentos anos atrás. Essa doutrina considerava o signo (*sêmeion*) como uma entidade constituída pela relação entre o significante (*sêmeinon*) e o significado (*sêmeinomenon*). O primeiro era definido como “sensível” (*aisthêton*) e o segundo como “inteligível” (*noêton*), ou então,

(*) Traduzido de: “*A la recherche de l'essence du Langage*”, “traduzido do inglês por Jacques Havel” e publicado em *Diogene*, N.º 51, julho-setembro de 1965, Gallimard, Paris.

para utilizar um conceito mais familiar aos lingüistas, “traduzível”. Além disso, a referência aparecia claramente distingüida da significação pelo termo *tynkhanon*. Encontra-se, nos escritos de Santo Agostinho, uma adaptação e desenvolvimento mais avançado das pesquisas dos estóicos sôbre a ação dos signos (*sêmeiôsis*), adaptação que recorre a termos decalcados do grego, o *signum*, por exemplo, sendo constituído pelo *signans* e pelo *signatum*. É bom notar, a tal respeito, que êsse par de conceitos e de etiquêtas correlatos só foi adotado por Saussure em meio a seu último curso de Lingüística geral, por intermédio talvez da *Noologia*, de H. Gomperz (1908). A doutrina citada está na base da filosofia medieval da linguagem, cujo desenvolvimento, profundidade e variedade de pontos de vista cumpre admirar. O duplo caráter de qualquer signo e, para retomar os termos de Ocam, a “dupla cognição” que disso resulta, foram perfeitamente assimilados pelo pensamento científico da Idade Média.

Entre os pensadores norte-americanos, o mais inventivo e universal foi provavelmente Charles Sanders Peirce; tão grande foi que universalidade alguma lhe encontrou um cargo à altura. Sua primeira tentativa de classificação dos signos, notável pela perspicácia — “Sôbre Uma Nova Lista de Categorias” — apareceu nas *Atas da Academia Norte-Americana das Artes e das Ciências* do ano de 1867, e quarenta anos mais tarde, ao resumir “o trabalho de uma vida inteira sôbre a natureza dos signos”, declarava êle: “Sou, tanto quanto sei, um pioneiro, ou antes, um desbravador, na empresa de limpar o terreno e traçar o caminho daquilo a que eu chamo *semiótica*, isto é, a doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais da *semiosis* possível; penso que o domínio é vasto demais e a tarefa imensa para um iniciador.” Tinha êle consciência aguda do caráter inadequado das premissas teóricas gerais sôbre as quais se fundamentavam as pesquisas de seus contemporâneos. O próprio nome da sua ciência dos signos remonta à antiga *sêmeiotikê*; Peirce tinha em alta estima e explorou bastante a experiência dos lógicos antigos e medievais, “pensadores da mais alta ordem”, não sem condenar severamente o “furor bárbaro” com que comumente se tratava “a mara-

vilhosa finura dos escolásticos”. Em 1903, expressou êle a firme convicção de que se, em vez de deixar cair no esquecimento a velha “doutrina dos signos”, houvésemos empreendido sua elaboração com ardor e gênio, o século XX teria podido, desde seu comêço, dispor de ciências particulares de importância tão vital quanto, por exemplo, a Lingüística. “ciências essas que já estariam notavelmente mais avançadas do que se pode esperar estejam ao fim da primeira metade do século”.

A partir do fim do século passado, Saussure advogou uma disciplina análoga. Estimulado, por sua vez, pelo impulso helênico, deu-lhe o nome de *Semiologia* e esperou dêsse nôvo ramo do saber uma elucidação da vida dos signos e das leis que os regem. Segundo Saussure, a Lingüística estava destinada a não ser mais que uma parte dessa ciência geral; seu papel seria o de definir o que torna a língua um sistema especial no conjunto dos “fatos semiológicos”. Seria interessante estabelecer se teria havido filiação direta, ou apenas convergência, entre os esforços dêsses dois sábios para fundar tal estudo comparado dos sistemas de signos.

As notas de Semiótica que Peirce pôs no papel ao longo de meio século possuem significação de importância histórica, e se elas não tivessem permanecido inéditas, na sua maior parte, até 1930 e anos seguintes, ou se, pelo menos, suas obras publicadas tivessem sido conhecidas dos lingüistas, suas pesquisas teriam, sem dúvida, exercido influência única no desenvolvimento internacional da teoria lingüística.

Peirce, como Saussure, estabeleceu uma distinção nítida entre as “qualidades materiais”, o significante de todo signo e seu “intérprete imediato”, isto é, o significado. A diferença que se manifesta na relação entre o significante e o significado permite-lhe discernir três variedades fundamentais de signos (ou de *representamen*, na sua terminologia). 1) O *icone* opera, antes de tudo, pela semelhança de fato entre seu significante e seu significado, por exemplo, entre a representação de um animal e o animal representado: a primeira equivale ao segundo “simplesmente porque se parece

com êle”. 2) O *índice* opera, antes de tudo, pela contigüidade de fato, vivida, entre seu significante e seu significado; por exemplo, a fumaça é índice de fogo; a noção, passada em provérbio, de que “não há fumaça sem fogo” permite a qualquer intérprete da fumaça inferir a existência do fogo, quer êste tenha ou não sido acendido intencionalmente com o propósito de atrair a atenção de alguém; Robinson Crusoe encontrou um índice: seu significante era o vestígio de um pé sôbre a areia, e o significado inferido a partir dessa pegada, a presença de um ser humano em sua ilha; a aceleração do pulso considerada como provável sintoma de febre é igualmente um índice, e, em casos dêsse gênero, a Semiótica de Peirce coincide com o estudo médico dos sintomas das doenças, que traz o nome de semiótica, semiologia ou sintomatologia. 3) O *símbolo* opera, antes de tudo, por contigüidade instituída, apreendida, entre significante e significado. Esta conexão “consiste no fato de que constitui uma regra” e não depende da presença ou da ausência de qualquer similitude ou contigüidade de fato. O intérprete de um símbolo, qualquer que seja, deve obrigatoriamente conhecer esta regra convencional, e “é só e exclusivamente por causa desta regra” que o signo será efetivamente interpretado. Na sua origem, o termo *símbolo* era empregado em sentido análogo também por Saussure e seus discípulos; mais tarde, porém, Saussure recusou-o por implicar, ordinariamente, “um rudimento de liame natural entre o significante e o significado” (por exemplo, o símbolo da justiça, a balança), e, nas suas notas, os signos convencionais pertencentes a um sistema convencional receberam, a título de prova, o nome de *sema* — termo que Peirce tinha reservado para um uso específico e totalmente diferente. Basta confrontar o emprêgo, por Peirce, do termo *símbolo*, com as diferentes acepções da palavra *simbolismo*, para medir o risco de perigosas ambigüidades; a ausência de um termo melhor, todavia, nos obriga, por enquanto, a conservar a etiquêta introduzida por Peirce.

O ressurgimento de controvérsias relativas à Semiótica recoloca na ordem do dia a questão discutida com sagacidade no *Crátilo*, apaixonante diálogo de Platão: a linguagem liga a forma ao conteúdo “por natureza” (*physei*), como

o quer a personagem cujo nome forneceu o título ao diálogo, ou “por convenção” (*thesei*), conforme os argumentos contrários de Hermógenes? No diálogo de Platão, o condutor, Sócrates, inclina-se a reconhecer que a representação por semelhança é superior ao emprêgo de signos arbitrários, mas, a despeito do poder de sedução da semelhança, êle julga ter que admitir a intervenção de um fator complementar: a convenção, o costume, o hábito.

Entre os estudiosos que, neste ponto, seguiram as pegadas do Hermógenes de Platão, é preciso atribuir um lugar de primeira plana ao lingüista de Yale Dwight Whitney (1827-1894), que exerceu influência considerável sôbre o pensamento lingüístico europeu, desenvolvendo a tese de que a língua é uma instituição social. Nas suas obras capitais de 1867 e 1874, a língua era definida como um sistema de signos arbitrários e convencionais (*epitykhonta* e *synthêmata*, conforme a terminologia de Platão). Esta doutrina foi retomada e desenvolvida por F. de Saussure e ocupou seu lugar na edição póstuma do *Curso de Lingüística Geral*, organizado por seus discípulos C. Bally e A. Sechehaye (1916). O mestre declara: “No ponto essencial, o lingüista norte-americano nos parece ter razão: a língua é uma convenção e a natureza do signo que se convencionou é indiferente.” O arbitrário é declarado o primeiro dos dois princípios gerais que permitem definir a natureza do signo lingüístico: “O liame que une o significante ao significado é arbitrário.” O comentário do mestre leva a concluir que “êste princípio não é contestado por ninguém; mas, frequentemente, é mais fácil descobrir uma verdade que determinar o lugar que lhe cabe. O princípio enunciado mais acima domina tôda a lingüística da língua [no sentido saussuriano do termo, quer dizer, o código verbal]; suas conseqüências são inumeráveis.” De acôrdo com Bally e Sechehaye, A. Meillet e J. Vendryés puseram igualmente em foco “a ausência de relação entre sentido e som”, e Bloomfield repetiu o mesmo ponto de doutrina: “As formas da língua são arbitrárias”.

Todavia, em realidade, o acôrdo com o dogma saussuriano do caráter arbitrário do signo estava longe de ser

unânime. Na opinião de Otto Jespersen (1916), o papel do arbitrário na língua fôra infinitamente exagerado, e nem Whitney nem Saussure tinham conseguido resolver o problema de relação entre o som e o significado. As contribuições polêmicas de J. Damourette e E. Pichon e de D. L. Bolinger traziam um título idêntico: "O signo não é arbitrário" (1927), *The sign is not arbitrary* (1949). No seu artigo muito oportuno, "Natureza do Signo Lingüístico", E. Benveniste colocou em relêvo o fato de importância crucial de que sòmente ao olhar do observador desligado, estranho, é que o liame entre o significante e o significado constitui uma simples contingência, pois para quem utiliza a mesma língua materna, tal relação se torna uma necessidade.

Em verdade, o programa fundamental, traçado por Saussure, de uma análise lingüística intrínseca de todo sistema idiossincrônico, proibiu que se invocassem as diferenças de som e de significado devidas ao fator espaço ou tempo em apoio do caráter arbitrário da conexão entre os dois constituintes do signo verbal. A camponesa suíça-alemã que perguntava por que seus compatriotas de língua francesa dizem *Fromage* ("queijo") — *Käse is doch viel natürlicher!* — manifesta uma atitude muito mais autenticamente saussureana que aquêles que sustentam ser tôda palavra um signo arbitrário, que se poderia trocar por qualquer outro para designar a mesma coisa. Mas esta necessidade natural deve ser atribuída exclusivamente ao puro hábito? Os símbolos verbais — porque êles são símbolos — operam "sòmente em virtude do hábito que associa" o significado dêles com seu significante?

Um dos traços mais importantes da classificação semiótica de Peirce reside na perspicácia com que êle reconheceu que a diferença entre as três classes fundamentais de signos era apenas uma diferença de lugar no seio de uma hierarquia tôda relativa. Não é a presença ou a ausência absolutas de similitude ou de contigüidade entre o significante e o significado, nem o fato de que a conexão habitual entre êsses constituintes seria da ordem do fato puro, que constituem o fundamento da divisão do conjunto de signos

em ícones, índices e símbolos, mas somente a predominância de um desses fatores sobre os outros. É assim que esse sábio fala de “ícones para os quais a semelhança é assistida por regras convencionais”; e lembrem-se as diversas técnicas concernentes à perspectiva que o espectador deve assimilar para chegar à compreensão desta ou daquela escola de pintura; a diferença de tamanho das silhuetas se reveste de significados opostos conforme os códigos picturais; em certas tradições medievais, as personagens viciosas são expressa e uniformemente representadas de perfil, e somente de frente na arte do antigo Egito. Peirce adianta que “seria difícil, se não impossível, citar um exemplo de índice absolutamente puro, assim como encontrar um signo que seja completamente desprovido de qualidade indicativa”. Mesmo um índice tão típico quanto um dedo apontado numa direção recebe, em diferentes culturas, significações diferentes; por exemplo, para certas tribos da África do Sul, indicar um objeto com o dedo é amaldiçoá-lo. Quanto ao símbolo, “êle implica necessariamente uma espécie de índice”, e “sem recorrer a índices, é impossível designar aquilo de que se fala”.

A preocupação que teve Peirce de esclarecer o lugar desempenhado pelo acúmulo das três funções, com diferenças de grau, em cada um dos três tipos de signos, e, em particular, a escrupulosa atenção que dedicou aos componentes indicativo e icônico dos símbolos verbais, estão intimamente ligados à sua tese de que “os mais perfeitos dos signos” são aqueles nos quais o caráter icônico, o caráter indicativo e o caráter simbólico “estão amalgamados em proporções tão iguais quanto possível”. Reciprocamente, a insistência de Saussure no caráter puramente convencional da linguagem está ligada à sua asserção de que “Os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico”.

Os elementos indicativos da linguagem foram examinados em meu estudo intitulado: “As Embreagens, as Categorias Verbais e o Verbo Russo” (1957); esforcemo-nos agora por examinar a estrutura lingüística sob seu aspecto icônico e propor uma resposta à questão suscitada por Pla-

tão: em virtude de que espécie de imitação (*mimêsis*) a língua liga o significante ao significado?

Se a cadeia de verbos *veni, vidi, vici* nos informa acêrca da ordem das ações de César, é primeiramente porque a seqüência de perfeitos coordenados é utilizada para reproduzir a sucessão dos acontecimentos relatados. A ordem temporal dos processos de enunciação tende a refletir a ordem dos processos do enunciado, quer se trate de uma ordem na duração ou de uma ordem segundo a posição. Uma seqüência como “O Presidente e o Ministro tomaram parte na reunião” é bem mais corrente de que a seqüência inversa, porque a escolha do termo colocado em primeiro lugar na frase reflete a diferença de posição oficial entre as personagens.

A correspondência que existe quanto à ordem entre o significante e o significado encontra o lugar que lhe cabe no quadro das “variedades fundamentais da *semiosis* possível” esboçado por Peirce. Êste distinguia entre os ícones duas subclasses diferentes: as *imagens* e os *diagramas*. Na imagem, o significante representa as “qualidades simples” do significado, enquanto que no diagrama a semelhança entre o significante e o significado “concerne apenas às relações entre suas partes”. Peirce definia um diagrama como “um *representamen* que é, de maneira predominante, um ícone de relação, e que convenções ajudam a desempenhar êsse papel”. Um exemplo dêste gênero de “ícone de relações inteligíveis” é dado por um par de retângulos de tamanhos diferentes, que ilustram uma comparação quantitativa entre a produção de aço dos Estados Unidos e da União Soviética. As relações no seio do significante correspondem às relações no seio do significado. Num diagrama típico como as curvas estatísticas, o significante apresenta com o significado uma analogia icônica no que concerne às relações entre suas partes. Se, num diagrama cronológico, a taxa de crescimento de uma população é representada por uma linha pontilhada e a taxa de mortalidade por uma linha contínua, estas são, na linguagem de Peirce, traços “simbolóides” (*Symbolide features*). A teoria dos diagramas ocupa um lugar importante na pesquisa semiótica de Peirce; êste

lhe reconhece méritos consideráveis, devidos ao fato de que eles são “veridicamente icônicos, naturalmente análogos à coisa representada”. O exame crítico de diferentes conjuntos de diagramas o conduz ao reconhecimento de que “tôda equação algébrica é um ícone, na medida em que torna perceptíveis, por meio de signos algébricos (os quais não são, êles próprios, ícones), as relações existentes entre as quantidades visadas”. Tôda fórmula algébrica aparece como um ícone, e “aquilo que a torna tal são as regras de comutação, de associação e de distribuição de símbolos”. É assim que “a Algebra não é outra coisa senão uma espécie de diagrama”. Peirce via nitidamente que, “por exemplo, para que uma frase possa ser compreendida, é mister que a colocação das palavras no seio dela tenha a função de *ícone*”.

Examinando de maneira crítica os universais e quase-universais (*near-universals*) gramaticais descobertos por J. H. Greenberg, notei que a ordem dos elementos significativos, em virtude do seu caráter manifestamente icônico, testemunha uma tendência universalística particularmente nítida (conforme o relatório *Universals of Language*, publicado sob a direção de J. H. Greenberg, 1963). É por isso que, precisamente, a prioridade da proposição condicional em relação à conclusão constitui, nas frases condicionais de tôdas as línguas, a única ordem neutra, não marcada, a ser admitida ou a ter um caráter primário. Se quase sempre, de acôrdo com os dados reunidos por Greenberg, a única ordem — ou pelo menos a ordem fundamental predominante — nas frases enunciativas que comportem um sujeito e um objeto nominais, é uma ordem na qual o sujeito precede o objeto, é evidente que tal procedimento gramatical reflete a hierarquia dos conceitos gramaticais. O sujeito a quem a ação é atribuída pelo predicado (*predicated*) é, segundo os termos de Edward Sapir, “concebido como o ponto de partida, o agente da ação” por oposição ao “ponto final, o “objeto” da ação”. É o sujeito, único termo independente da oração, que põe em evidência aquilo a que se aplica a mensagem. Qualquer que seja, com efeito, a posição do agente, êle é necessariamente promovido à dignidade de herói da mensagem logo que assume o papel

de sujeito dela. "O subordinado ouve seu superior". Não obstante a hierarquia das posições, a atenção é primeiramente centralizada no subordinado como agente, depois volta-se para aquêle que sofre sua ação, vale dizer, o superior a quem se dirige a obediência. Se, ao contrário, o predicado sublinha uma ação não efetuada, mas recebida, é o paciente que assume o papel de sujeito. "O superior é ouvido por seu subordinado." O caráter não omissível do sujeito e o caráter facultativo do complemento sublinham a hierarquia em discussão: "O subordinado ouve; o superior é ouvido." Como o colocaram em evidência séculos de minuciosa investigação gramatical e lógica, a predicação é um ato semântico de tal modo diferente de todos os outros que se faz mister rejeitar o raciocínio forçado que tende a pôr no mesmo plano o sujeito e objeto.

O estudo dos diagramas encontrou a oportunidade de um nôvo desenvolvimento na teoria moderna dos gráficos (*graphes*). Lendo o interessante trabalho de F. Harary, R. Z. Norman e D. Cartwright, *Structural models* (1965), que descreve de maneira profunda os gráficos dirigidos de dimensões múltiplas, o lingüista se impressiona por suas analogias manifestas com os esquemas gramaticais. A composição isomórfica do significante e do significado mostra, num e noutro domínio semiológico, dispositivos inteiramente similares, que facilitam uma transposição exata das estruturas gramaticais, em particular sintáticas, para gráficos. Propriedades lingüísticas como a conexão essencial das entidades lingüísticas entre si e com os limites inicial e final da seqüência, a vizinhança imediata e a distância, o caráter central e o caráter periférico, as relações simétricas e assimétricas, e a supressão elíptica de uma parte de componentes, encontram equivalentes muito exatos na constituição dos gráficos. A tradução literal de um sistema sintático inteiro em um conjunto de gráficos nos permite destacar as formas diagramáticas, icônicas, dos traços estritamente convencionais, simbólicos, de tal sistema.

Verifica-se a existência de um nítido caráter diagramático não sòmente na combinação de palavras em grupos sintáticos, mas também na combinação de morfemas em pala-

vas. Tanto na sintaxe como na morfologia, qualquer relação entre as partes do todo se conforma com a definição que Peirce dá dos diagramas e de sua natureza icônica. O contraste semântico fundamental entre as raízes enquanto morfemas lexicais e os afixos enquanto morfemas gramaticais, encontra uma expressão gráfica na diferença de suas posições no seio da palavra; os afixos, em particular as desinências, nas línguas onde existem, diferem habitualmente dos outros morfemas por sua utilização restrita e seletiva dos fonemas e de suas combinações. É assim que as únicas consoantes utilizadas nas desinências produtivas do inglês são as dentais contínua e oclusiva, e seu par *-st*. Das vinte e quatro consoantes “ruidosas” (não-soantes) do russo, só quatro fonemas, expressamente opostos uns aos outros, funcionam nas desinências.

A morfologia apresenta numerosos exemplos de signos substitutivos, que mostram uma relação equivalente entre seus significantes e seus significados. Assim, nas diversas línguas indo-européias, os graus de comparação dos adjetivos — positivo, comparativo, superlativo — apresentam um crescimento gradual do número de fonemas; por exemplo, *high* — *higher* — *highest*; *altus* — *altior* — *altissimus*. Desta maneira, os significantes refletem a gama de gradações dos significados.

Existem línguas nas quais as formas do plural se distinguem da singular pela adição de um morfema, enquanto, segundo Greenberg, não existe língua alguma onde esta relação seja inversa e onde, por oposição à forma do singular, as do plural sejam inteiramente desprovidas de tal morfema adicional. O significante do plural tende a responder à significação de um aumento numérico por um acréscimo na longura da forma. Veja-se por exemplo, em francês, as formas verbais pessoais do singular e as formas correspondentes do plural, que apresentam desinências mais longas: 1. *je finis*—*nous finissons*, 2. *tu finis*—*vous finissez*, 3. *il finit*—*ils finissent*; ou, em polonês: 1. *znam* (eu sei)—*znamy*, 2. *znasz*—*znacie*, 3. *zna*—*znaja*. Na declinação dos nomes russos, as terminações reais (não-zero) são mais longas na forma do plural que na do singular, por um caso gramatical

idêntico. Quando se recenseiam os diversos procedimentos históricos que não cessaram de reconstituir, nas diferentes línguas eslavas, o diagrama: formas mais longas no plural/formas mais breves no singular, é-se atraído pelos numerosos fatos da experiência lingüística do mesmo gênero que elas e que contradizem a tese saussureana de que “o significante, na sua estrutura fônica, não tem nada que lembre nem o valor nem o significado do signo”.

O próprio Saussure atenuou seu “princípio fundamental do arbitrário” distinguindo em cada língua aquilo que é “radicalmente” arbitrário daquilo que só o é “relativamente”. Ele atribuiu a esta última categoria os signos que podemos dissociar segundo o eixo sintagmático em constituintes identificáveis segundo o eixo paradigmático (ou “associativo”). Mas, além disso, certas formas, como a palavra francesa *berger* (do latim *berbicarius*), que Saussure considera “completamente imotivada”, poderiam ser submetidas a uma análise análoga, já que *-er* está associado com as outras espécies dêsse sufixo, que indica o agente e que ocupa o mesmo lugar em outras palavras da série paradigmática, tais como *vacher*, etc. Além disso, quando procuramos a conexão entre o significante e o significado dos morfemas gramaticais, é conveniente guardar não somente os exemplos nos quais sua identidade formal é completa, mas também as situações nas quais afixos diferentes têm em comum certa função gramatical e um traço fonológico constante. É assim que, apesar das suas terminações, que diferem segundo os gêneros, os números e as partes do discurso, o caso instrumental, em polonês, apresenta invariavelmente o traço de nasalidade na última consoante ou na última vogal. Em russo, o fonema *m* (representado por dois alternantes automáticos — um com palatização e o outro sem palatização) aparece na desinência dos casos marginais (instrumental, dativo, locativo), nunca, porém em outras classes de casos gramaticais. De onde se segue que fonemas separados ou traços distintivos no seio de morfemas gramaticais podem servir de indicadores autônomos para certas categorias gramaticais. A observação feita por Saussure acêrca d’“o papel do relativamente motivado” pode ser aplicada a estas ações

de subunidades morfêmicas: “O espírito consegue introduzir um princípio de ordem e de regularidade em certas partes da massa dos signos.”

Saussure distinguiu “duas correntes opostas que dividem entre si o movimento da língua: a tendência a empregar o instrumento lexicológico, o signo imotivado, e a preferência dada ao instrumento gramatical, isto é, à regra de construção”. O sânscrito lhe aparecia como um espécime do ultragramatical, motivado ao máximo, enquanto que no francês, em relação ao latim, êle encontrava êsse “arbitrário absoluto, que é, aliás, a condição essencial do signo linguístico”. É digno de nota que, nesta classificação, êle recorra somente a critérios morfológicos, deixando de lado a sintaxe. Tal esquema bipolar, de uma simplificação excessiva, foi melhorado de maneira substancial pelas luzes que Peirce, Sapir e Whorf derivaram de seu estudo de problemas mais vastos, de ordem sintática. Em particular Whorf, chamando a atenção para “a natureza algébrica da linguagem”, soube abstrair das frases individuais os “desenhos da estrutura da frase”, e sustentou que “o aspecto de estruturação (*patternment*) da linguagem domina e governa sempre seu aspecto de *lexation* ou de nominação”. Assim, acontece que os constituintes incontestavelmente diagramáticos do sistema de símbolos verbais são universalmente impostos ao vocabulário.

Deixando de parte a gramática e examinando os problemas estritamente lexicais relativos às raízes e às palavras indissociáveis, isto é, constituídas por um só morfema (os *stoikheia* lexicológicos e os *prôta onomata*, conforme os termos do *Crátilo*), devemos-nos perguntar, como o fizeram os interlocutores do diálogo de Platão, se, ao chegar a êste ponto, teríamos razão de parar e abandonar a discussão da conexão interna entre o significante e o significado, ou se, sem procurar fugir hábilmente do problema, deveríamos “levar o jôgo até o fim e aprofundar o exame destas questões”.

Em francês, *ennemi*, conforme o diz Saussure, “não está motivado por nada” e no entanto, em face da expressão *ami* e *ennemi*, um francês não pode ficar insensível à

afinidade entre as duas palavras que rimam. *Father, mother* e *brother* não se dividem em raiz e sufixo; todavia a identidade de sonoridade destes termos de parentesco — na segunda sílaba — é sentida como uma espécie de alusão fonológica à sua proximidade semântica. Em inglês, não existe nenhuma regra sincrônica que governe a conexão etimológica entre *-ten, -teen* (sufixo dos numerais entre treze e dezenove) e *-ty* (sufixo de dezena), assim como entre *three* (três), *thirty* (trinta) e *third* (terceiro) ou entre *two* (dois), *twelve* (doze), *twenty* (vinte), *twi-* (o prefixo *bi-*) e *twin* (gêmeos), mas permanece uma relação paradigmática evidente, que continua a reunir estas formas em séries cerradas. Por mais opaco que seja o vocábulo *eleven* (onze), uma ligeira conexão com a forma sonora de *twelve* (doze), sustentada pela posição imediatamente vizinha dos dois algarismos, pode, apesar de tudo, ser percebida.

Em nome de uma aplicação grosseira da teoria da informação, poderíamos esperar que se verificasse uma tendência à dissimilação dos nomes de números contíguos, como a substituição de *zwei* (dois) por *zwo*, levada a cabo pelo guia telefônico de Berlim, a fim de evitar confusão com *drei* (três). Bem ao contrário, todavia, é uma tendência à assimilação que prevalece no tocante a números cardinais adjacentes. Assim é que, em russo, ocorre uma atração gradual no seio de cada par de números simples, por exemplo, entre *sem'* (sete) e *vosem'* (oito), entre *devjat'* (nove) e *desjat'* (dez). A semelhança entre os significantes dá mais força à união dos numerais assim emparelhados.

Térmos novos como em inglês *slithy* (liso, viscoso e ras-tejante, tratando-se de um animal), tirado de *slimy* (coberto de lodo, pegajoso) e de *lithe* (flexível, ágil), e as inúmeras variedades de palavras contaminadas ou fundidas (*blends and portmanteaus*) revelam, entre as palavras simples, uma afinidade mútua, que provoca interação conjunta de seus significantes e de seus significados.

O artigo de D. L. Bolinger citado acima ilustra, com exemplos convincentes, “a imensa importância das influências cruzadas” entre o som e o sentido, e as “constelações de palavras que apresentam sentidos similares aliados a sons si-

milares”, qualquer que possa ser a origem de tais constelações (por exemplo, *bash*, golpe; *mash*, touca; *smash*, golpe duro, vôo alto; *crash*, fragor, desmoronamento; *dash*, choque. travessão, ataque súbito, etc.; *lash*, chicotada; *hash*, confusão, estafa; *rash*, erupção; *brash*, ruínas, escombros; *clash*, choque violento e sonoro, afronta; *trash*, repelente, desperdício, detrito; *plash*, marulho, barulho de um corpo caindo na água; *splash*, enlameadura, salpico, poça, mancha; e *flash*, relâmpago). Tais vocábulos estão confinados à onomatopéia e ainda aqui as questões de origem não são de molde a invalidar a análise sincrônica.

A paronomásia, confrontação semântica de palavras similares do ponto de vista fônico, independentemente de toda conexão etimológica, desempenha papel considerável na vida da linguagem. É numa apofonia vocálica que se baseia o título-trocadilho de um artigo de jornal: “Fôrça ou farsa multilateral?” No provérbio russo *Síla solómu lómít* (a fôrça quebra a palha), a conexão entre o predicado *lómít* e o objeto *solóm-* é interiorizada por uma quase incorporação da raiz *lóm-* à raiz *solóm*; o fonema *l* adjacente à vogal acentuada invade e une os três termos da frase; as duas consoantes do sujeito *síla* são repetidas na mesma ordem pelo objeto, o qual, por assim dizer, sintetiza a montagem fônica da palavra inicial e da palavra final do provérbio. E entretanto, ao simples nível léxico, o jôgo mútuo do som e do sentido possui apenas um caráter latente e virtual, enquanto do ponto de vista da sintaxe e da morfologia (no que concerne, ao mesmo tempo, à flexão e à derivação), a correspondência diagramática intrínseca entre o significante e significado é patente e obrigatória.

Uma semelhança parcial entre dois significados pode ser representada por uma semelhança parcial entre os significantes, como nos exemplos estudados acima, ou, ainda, por uma identidade total entre os significantes, como no caso dos tropos lexicais. *Astro* (*star*) significa ou um corpo celeste ou uma pessoa — ambos dotados de um brilho soberano. A hierarquia instituída entre dois sentidos — um primário, central, próprio, independente do contexto; e o outro secundário, marginal, figurado, emprestado, ligado

ao contexto — constitui um traço característico dêste gênero de pares assimétricos. A metáfora (ou a metonímia) é a vinculação de um significante a um significado secundário, associado por semelhança (ou por contigüidade) com o significado primário.

As alternâncias gramaticais nas raízes nos levam ao domínio dos métodos morfológicos regulares. A escolha de fonemas alternantes pode ser puramente convencional, como o é, por exemplo, o emprêgo de vogais palatais nos plurais ídiches metafônicos citados por Sapir: *tog*, dia — *teg*, dias; *fus*, pé — *fis*, pés, etc. Mas existem espécimes de “diagramas” gramaticais análogos, que apresentam, nos próprios alternantes, um valor claramente icônico, como, por exemplo, a reduplicação parcial ou total do radical nas formas do plural, do iterativo, do durativo ou do aumentativo de diversas línguas africanas e americanas. Nos dialetos bascos, a palatização, que eleva a tonalidade das consoantes, introduz uma idéia de diminuição. A substituição de vogais ou consoantes graves por vogais ou consoantes agudas, de vogais ou consoantes compactas por vogais ou consoantes difusas, de consoantes contínuas por consoantes descontínuas e de consoantes não-bloqueadas por consoantes bloqueadas (glotalizadas) — substituição utilizada num pequeno número de línguas americanas para “acrescentar ao sentido da palavra uma idéia de diminuição”, e a substituição inversa, com vistas a exprimir um grau de aumento ou de intensificação — se fundam no valor sinestético latente de certas oposições de fonemas. Este valor, que é facilmente comprovável por testes e estudos experimentais acêrca da percepção dos sons, e que se evidencia particularmente na linguagem infantil, pode, em certos casos, estar na base de escalas de sentidos “diminuvisados” ou “aumentativisados”, por oposição ao sentido neutro. A presença de um fonema grave ou agudo na raiz de uma palavra dakota ou chinookan não indica, por si só, um grau superior ou inferior de intensidade, ao passo que a coexistência de duas formas sonoras alternantes de uma só e mesma raiz cria um paralelismo diagramático entre a oposição dos dois níveis tonais no seio dos significantes e a dos dois valores de gradação nos seus significados respectivos.

Com exceção desses raros casos de utilização gramatical, o valor icônico autônomo das oposições fonológicas fica amortecido nas mensagens puramente cognitivas, mas torna-se particularmente evidente na língua poética. Stéphane Mallarmé, que tinha uma sensibilidade surpreendente para a textura sonora da língua, fez a seguinte observação no seu ensaio *Crise de vers*: “Ao lado de *ombre*, termo opaco, *tenèbres* escurece pouco; que decepção diante da perversidade que confere a *jour* e a *nuît*, contraditòriamente, timbres escuros num caso, claros noutra.” O verso, entretanto, como o queria o poeta, “remunera o defeito das línguas”. Uma leitura atenta das imagens noturnas e diurnas na poesia francesa mostra como *nuît* (“noite”) se escurece e *jour* (“dia”) se aclara quando o primeiro é colocado num contexto de vogais graves e bemolizadas, e quando o segundo se dissolve numa seqüência de fonemas agudos. Mesmo na linguagem comum, como notou o semanticista Stephen Ullman, um envolvimento fônico conveniente pode reforçar a qualidade expressiva de uma palavra. Se a distribuição das vogais, em latim, entre *dies* e *nox*, ou, em tcheco, entre *den* e *noc*, assenta ao claro-escuro poético, a poesia francesa carrega de roupagem os vocábulos “contraditòrios”, ou substitui as imagens da luz do dia e da sombra da noite pelo contraste entre o dia pesado, abafante, e a noite etérea, porque tal contraste é sustentado por um outro complexo sinestético, que associa a tonalidade surda dos fonemas graves com a pesadez, e a tonalidade viva dos fonemas agudos com a leveza.

A linguagem poética revela a existência de dois elementos que agem no agenciamento fônico: a escolha e a constelação dos fonemas e de seus componentes; o poder evocador destes dois fatores, ainda que fique escondido, existe entretanto de maneira implícita no nosso comportamento verbal habitual.

O capítulo final dos *Amours enfantines* de Jules Romains se intitula *Rumeur de la rue Réamur*. O próprio nome da rua, diz-nos o autor, “assemelha-se a um canto de rodas e de muralhas” e evoca diversos outros ruídos da cidade: “trepidação”, “vibração”, “zumbido”. Estes motivos, estrei-

tamente unidos ao tema de fluxo e refluxo que é a base do livro, encarnam-se na forma sonora *rue Réamur*. No número de fonemas consonânticos dêste nome, encontram-se somente soantes; a seqüência consiste em quatro soantes (S) e quatro vogais (V): SVSV-VSVS, simetria em espelho, com o grupo *ru* no começo e sua forma inversa *ur* no fim. A sílaba inicial e a sílaba final do nome são três vezes refletidas em eco pela vizinhança verbal: *rue Réamur, rumeur, roues... murailles, trépidation d' immeubles*. As vogais destas sílabas correspondentes manifestam três oposições fonológicas: 1) grave (velar) contra aguda (palatal); 2) bemolizada (arredondada) contra não-bemolizada (não-arredondada); 3) difusa (fechada) contra não-difusa (aberta):

	RU	MEUR	RU	RÉ	AU	MUR	ROU	MUR	RÉ	MEU
<i>grave</i>	-		-		+	-	+	-	-	
<i>bemolizada</i>	+		+	-	+		+			
<i>difusa</i>	+	-	+	-		+	+		-	

O hábil entrelaçamento dos traços idênticos e dos traços contrastantes neste “canto de rodas e de muralhas”, sugerido por um trivial nome de rua, responde de maneira conclusiva à palavra de ordem de Alexandre Pope: “O som deve fazer eco ao sentido”.

Atribuindo condição de postulado a dois caracteres primordiais da língua — o arbitrário do signo e o caráter linear do significante —, Saussure conferia a ambos uma importância igualmente fundamental. Ele estava cômico de que, se fôsem verdadeiras, essas leis teriam “conseqüências incalculáveis” e determinariam “todo o mecanismo da língua”. Todavia, o “sistema de diagramatização”, de um lado evidente e obrigatório em tôda a estrutura sintática e morfológica da linguagem, de outro latente e virtual no seu aspecto lexical, arruína o dogma saussureano do arbitrário, enquanto o segundo dêstes dois “princípios gerais” — o caráter linear do significante — ficou abalado

pela dissociação dos fonemas em traços distintos. Uma vez abolidos êsses dois princípios de base, seus corolários, por sua vez, exigem uma revisão.

É assim que a idéia sugestiva e luminosa de Peirce, de que “um símbolo pode comportar um ícone ou um índice [acrescentemos, de nossa parte, “ou os dois ao mesmo tempo”] a êle incorporados”, propõe à ciência da linguagem tarefas novas e urgentes e abre-lhe vastas perspectivas. Os preceitos formulados por êsse “desbravador” da Semiótica estão repletos de conseqüências vitais para a teoria e a prática lingüísticas. Os constituintes icônico e indicial dos símbolos verbais foram muito freqüentemente subestimados ou mesmo ignorados; por sua vez, o caráter primordialmente simbólico da linguagem, e a diferença radical que, por conseguinte, a separa dos outros conjuntos de símbolos, principalmente indicativos ou icônicos, esperam igualmente encontrar seu exato lugar na metodologia lingüística moderna.

Foi do *Metalogicus* de Jean de Salisbury que Peirce tomou emprestada sua citação favorita: *Nominantur singularia, sed universalia significantur*. Quantas polêmicas fúteis e banais poderiam ter sido evitadas pelos especialistas da linguagem se êstes tivessem levado em conta a *Speculative Grammar* de Peirce e particularmente sua tese de que “um símbolo autêntico é um símbolo que tem uma significação geral” e, por sua vez, esta significação não pode ser senão um símbolo, “pois *omne symbolum de simbolo*”. Não só um símbolo é incapaz de designar alguma coisa particular, pois “designa necessariamente uma espécie de coisa”, como também “êle próprio é uma espécie e não uma coisa singular”. Um símbolo, por exemplo uma palavra, é uma “regra geral” que só preenche sua função significante através de diferentes casos particulares aos quais se aplica, a saber, as *réplicas*, enunciadas ou escritas, as quais são da ordem da coisa. Por mais variadas que sejam tais encarnações da palavra, esta permanece, em tôdas as ocorrências, “uma só e mesma palavra”.

Os signos para os quais o valor simbólico prevalece são os únicos que podem formar proposições, por possuírem uma significação geral, ao passo que “os ícones e os índi-

ces não afirmam nada”. Uma das obras póstumas de Charles Peirce, *Existential Graphs*, que traz o subtítulo de “Minha obra-prima”, conclui a análise e a classificação dos símbolos com uma vista de olhos no poder criador (*energeia*) da linguagem: “Portanto, o modo de ser do símbolo é diferente do do ícone e do do índice. O ser de um ícone pertence à nossa experiência passada. O ícone só existe como uma imagem no espírito. O ser de um índice é o da experiência presente. Mas o ser de um símbolo consiste no fato real de que qualquer coisa será certamente conhecida por experiência se se preencherem determinadas condições. Isto quer dizer que influenciará o pensamento e a conduta de seu intérprete. Tõda palavra é um símbolo. Tõda frase é um símbolo. Todo livro é um símbolo. (...) O valor de um símbolo é servir para tornar racionais o pensamento e a conduta e permitir-nos predizer o futuro.” Essa idéia não cessou de ser aprofundada pelo filósofo: ao *hic et nunc* indicial, êle opõs constantemente a “lei geral” que está na base de todo símbolo. “Tudo aquilo que é verdadeiramente geral relaciona-se com o futuro indeterminado, porque o passado contém apenas uma coleção de casos particulares que efetivamente se realizaram. O passado é de fato puro. Mas uma lei geral não se pode realizar plenamente. É uma potencialidade; e seu modo de ser é *esse in futuro*.” Neste ponto, o pensamento do lógico norte-americano se entrecruza com a visão de Velimir Khlebnikov, o poeta mais original dêste século, que em 1919 escreveu, comentando suas próprias obras: “Compreendi que a pátria da criação está situada no futuro; é de lá que procede o vento que nos enviam os deuses dos verbos.”

LINGÜÍSTICA E POÉTICA *

Felizmente, as conferências científicas e políticas nada têm em comum. O êxito de uma convenção política depende do acôrdo geral da maioria ou da totalidade de seus participantes. O uso de votos e vetos, todavia, é estranho à discussão científica, em que o desacôrdo se mostra, via de regra, mais produtivo que o acôrdo. O desacôrdo revela antinomias e tensões dentro do campo em discussão e exige novas explorações. As conferências científicas se parecem menos às conferências políticas que às expedições à Antártida: os especialistas internacionais nas diversas disciplinas tentam cartografar uma região desconhecida e descobrir onde se situam os maiores obstáculos para o explorador, os picos e precipícios infranqueáveis. Tal cartografiação parece ter sido a principal tarefa de nossa conferência, e nesse particular seu trabalho alcançou pleno êxito. Pois não concluímos quais sejam os problemas mais cruciais e controversos? Pois não aprendemos também a cambiar nossos códigos, a explicitar ou mesmo evitar certos têrmos a fim de prevenir mal-entendidos com pessoas que usem jargão diferente? Creio que tais questões se apresentam hoje, para a maioria dos participantes desta conferência, se não para todos, um pouco mais claras do que há três dias atrás.

Foram-me solicitadas observações sumárias acêrca da Poética em sua relação com a Lingüística. A Poética trata fundamentalmente do problema: *Que é que faz de uma*

(*) Publicado originalmente em *Style in Language*, org. por Thomas A. Sebeok (Nova Iorque, M. I. T., 1960).

mensagem verbal uma obra de arte? Sendo o objeto principal da Poética as *differentia specifica* entre a arte verbal e as outras artes e espécies de condutas verbais, cabe-lhe um lugar de preeminência nos estudos literários.

A Poética trata dos problemas da estrutura verbal, assim como a análise de pintura se ocupa da estrutura pictorial. Como a Lingüística é a ciência global da estrutura verbal, a Poética pode ser encarada como parte integrante da Lingüística.

Devem-se discutir pormenorizadamente os argumentos contrários a tal pretensão. É evidente que muitos dos procedimentos estudados pela Poética não se confinam à arte verbal. Podemos reportar-nos à possibilidade de converter *O Morro dos Ventos Uivantes* em filme, as lendas medievais em afrescos e miniaturas, ou *L'après-midi d'un faune* em música, balé, ou arte gráfica. Por mais irrisória que possa parecer a idéia da *Iliada* e da *Odisséia* transformadas em histórias em quadrinhos, certos traços estruturais de seu enredo são preservados, malgrado o desaparecimento de sua configuração verbal. O fato de discutir-se se as ilustrações de Blake para a *Divina Commedia* são ou não adequadas, é prova de que as diferentes artes são comparáveis. Os problemas do barroco ou de qualquer outro estilo histórico desbordam do quadro de uma única arte. Ao haver-nos com a metáfora surrealista, dificilmente poderíamos deixar de parte os quadros de Max Ernst ou os filmes de Luís Buñuel, *O Cão Andaluz* e *A Idade de Ouro*. Em suma, numerosos traços poéticos pertencem não apenas à ciência da linguagem, mas a toda a teoria dos signos, vale dizer, à Semiótica geral. Esta afirmativa, contudo, é válida tanto para a arte verbal como para todas as variedades de linguagem, de vez que a linguagem compartilha muitas propriedades com alguns outros sistemas de signos ou mesmo com todos eles (traços pansemióticos).

De igual maneira, uma segunda objeção nada contém que seja específico da literatura: a questão das relações entre a palavra e o mundo diz respeito não apenas à arte verbal, mas realmente a todas as espécies de discurso. É de se esperar que a Lingüística explore todos os problemas

possíveis de relação entre o discurso e o “universo do discurso”: o que, dêste universo, é verbalizado por um determinado discurso e de que maneira. Os valores de verdade, contudo, na medida em que sejam — para falar com os lógicos — “entidades extralingüísticas”, ultrapassam obviamente os limites da Poética e da Lingüística em geral.

Ouvimos dizer, às vêzes, que a Poética, em contraposição à Lingüística, se ocupa de julgamentos de valor. Esta separação dos dois campos entre si se baseia numa interpretação corrente, mas errônea, do contraste entre a estrutura da poesia e outros tipos de estrutura verbal: afirma-se que estas se opõem, mercê de sua natureza “casual”, não intencional, à natureza “não casual”, intencional, da linguagem poética. De fato, qualquer conduta verbal tem uma finalidade, mas os objetivos variam e a conformidade dos meios utilizados com o efeito visado é um problema que preocupa permanentemente os investigadores das diversas espécies de comunicação verbal. Existe íntima correspondência, muito mais íntima do que o supõem os críticos, entre o problema dos fenômenos lingüísticos a se expandirem no tempo e no espaço e a difusão espacial e temporal dos modelos literários. Mesmo uma expansão descontínua como a ressurreição de um poeta negligenciado ou esquecido — por exemplo, a descoberta póstuma e a subsequente canonização de Gerard Manley Hopkins (m. 1889), a fama tardia de Lautreamont (m. 1870) entre os poetas surrealistas, e a notável influência do até então ignorado poeta Cyprian Norwid (m. 1883) sobre a poesia polonesa moderna — encontra um paralelo na história das línguas correntes, que estão propensas a reviver modelos obsoletos, por vêzes de há muito esquecidos, como foi o caso do tcheco literário, o qual, nos primórdios do século XIX, se voltou para os modelos do século XVI.

Infelizmente, a confusão terminológica de “estudos literários” com “crítica” induz o estudioso de literatura a substituir a descrição dos valores intrínsecos de uma obra literária por um veredito subjetivo, censório. A designação de “crítico literário” aplicada a um investigador de literatura é tão errônea quanto o seria a de “crítico gramatical (ou lé-

xico)” aplicada a um lingüista. A pesquisa morfológica e sintática não pode ser suplantada por uma gramática normativa, e de igual maneira, nenhum manifesto, impingindo os gostos e opiniões próprios do crítico à literatura criativa, pode substituir uma análise científica e objetiva da arte verbal. Esta afirmativa não deve ser confundida com o princípio quietista do *laissez faire*; tôda cultura verbal implica empenhos normativos de programação e planejamento. Então, por que se faz uma distinção rigorosa entre Lingüística pura e aplicada ou entre Fonética e Ortoépia, mas não entre estudos literários e crítica?

Os estudos literários, com a Poética como sua parte focal, consistem, como a Lingüística, de dois grupos de problemas: sincronia e diacronia. A descrição sincrônica considera não apenas a produção literária de um período dado, mas também aquela parte da tradição literária que, para o período em questão, permaneceu viva ou foi revivida. Assim, por exemplo, Shakespeare, de um lado, e Donne, Marvell, Keats e Emily Dickinson, de outro, constituem presenças vivas no atual mundo poético da língua inglêsa, ao passo que as obras de James Thomson e Longfellow não pertencem, no momento, ao número dos valores artísticos viáveis. A escolha de clássicos e sua reinterpretação à luz de uma nova tendência é um dos problemas essenciais dos estudos literários sincrônicos. A Poética sincrônica, assim como a Lingüística sincrônica, não deve ser confundida com a estática; tôda época distingue entre formas mais conservadoras e mais inovadoras. Tôda época contemporânea é vivida na sua dinâmica temporal, e, por outro lado, a abordagem histórica, na Poética como na Lingüística, não se ocupa apenas de mudanças, mas também de fatores contínuos, duradouros, estáticos. Uma Poética história ou uma história da linguagem verdadeiramente compreensiva é uma superestrutura a ser edificada sôbre uma série de descrições sincrônicas sucessivas.

A insistência em manter a Poética separada da Lingüística se justifica sômente quando o campo da Lingüística pareça estar abusivamente restringido, como: por exemplo, quando a sentença é considerada, por certos lingüistas, como

a mais alta construção analisável, ou quando o escopo da Lingüística se confina à gramática ou unicamente a questões não-semânticas de forma externa ou ainda ao inventário dos recursos denotativos sem referência às variações livres. Voegelin assinalou claramente os dois problemas mais importantes, e correlacionados, com que se defronta a Lingüística estrutural, a saber, uma revisão da “hipótese monolítica da linguagem” e o reconhecimento da “interdependência das diversas estruturas no interior de uma mesma língua”. Indubitavelmente, para tôda comunidade lingüística para tôda pessoa que fala, existe uma unidade de língua, mas êsse código global representa um sistema de subcódigos relacionados entre si; tôda língua encerra diversos tipos simultâneos, cada um dos quais é caracterizado por uma função diferente.

Devemos evidentemente concordar com Sapir em que, no conjunto, “a ideação reina, suprema, na linguagem. (...)”¹; todavia, essa supremacia não autoriza os lingüistas a negligenciarem os “fatores secundários”. Os elementos emotivos do discurso, que, como se inclina Joos a acreditar, não podem ser descritos “por meio de um número finito de categorias absolutas”, são por êle classificados “como elementos não-lingüísticos do mundo real”. Dessarte, “para nós, êles permanecem fenômenos vagos, protéticos, flutuantes”, conclui Joos, “que nos recusamos a tolerar em nossa ciência”². Joos é verdadeiramente um especialista brilhante em experimentos de redução, e sua exigência enfática de uma “expulsão” dos elementos emotivos “da ciência lingüística” constitui um experimento radical de redução — *reductio ad absurdum*.

A linguagem deve ser estudada em tôda a variedade de suas funções. Antes de discutir a função poética, devemos definir-lhe o lugar entre as outras funções da linguagem. Para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo pro-

(1) E. Sapir, *Language* (Nova Iorque, 1921).

(2) M. Joos, “Description of Language Design”, *Journal of the Acoustical Society of America*, XXII (1950), 701-708.

cesso lingüístico, de todo ato de comunicação verbal. O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. Todos êstes fatores inalienavelmente envolvidos na comunicação verbal podem ser esquematizados como segue:

CONTEXTO

REMETENTE	MENSAGEM	DESTINATÁRIO
-----------	----------	--------------

.....

CONTACTO

CÓDIGO

Cada um dêses seis fatores determina uma diferente função da linguagem. Embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, difficilmente lograríamos, contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função. A diversidade reside não no monopólio de alguma dessas diversas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções. A estrutura verbal de uma mensagem depende básicamente da função predominante. Mas conquanto um pendor (*Einstellung*) para o referente, uma orientação para o CONTEXTO — em suma, a chamada função REFERENCIAL, “denotativa”, “cognitiva” — seja a tarefa dominante de numerosas mensagens, a participação adicional de outras funções em tais mensagens deve ser levada em conta pelo lingüista atento.

A chamada função EMOTIVA ou “expressiva”, centrada no REMETENTE, visa a uma expressão direta da atitude de

quem fala em relação àquilo de que está falando. Tende a suscitar a impressão de uma certa emoção, verdadeira ou simulada; por isso, o termo “função emotiva”, proposto e defendido por Marty³, demonstrou ser preferível a “emocional”. O estrato puramente emotivo da linguagem é apresentado pelas interjeições. Estas diferem dos procedimentos da linguagem referencial tanto pela sua configuração sonora (seqüências sonoras peculiares ou mesmo sons alhures incomuns). “*Tut! Tut!* disse McGinty”: a expressão completa da personagem de Conan Doyle consistia de dois cliques de sucção. A função emotiva, evidenciada pelas interjeições, colore, em certa medida, tôdas as nossas manifestações verbais, ao nível fônico, gramatical e lexical. Se analisarmos a linguagem do ponto de vista da informação que veicula, não poderemos restringir a noção de informação ao aspecto cognitivo da linguagem. Um homem que use elementos expressivos para indicar sua ira ou sua atitude irônica transmite informação manifesta e evidentemente tal conduta verbal não pode ser assimilada a atividades não-semióticas, nutritivas tais como a de “comer toronja” (malgrado o arrojado símile de Chatman). A diferença entre [grande] e o prolongamento enfático da vogal [gra:nde] é um elemento lingüístico convencional, codificado, assim como em tcheco a diferença entre a vogal breve e a longa, em pares como [vi] “você” e [ví:] “sabe”; todavia, neste último par, a informação diferencial é fonológica e no primeiro emotiva. Na medida em que nos interessemos as invariantes fonológicas, o /a e /a: em português parecem ser meras variantes de um só e mesmo fonema, mas se nos ocupamos de unidades emotivas, a relação entre a invariante e as variantes se inverte: longura e brevidade são invariantes realizadas por fonemas variáveis. Supor, com Saporta, que a diferença emotiva seja uma característica não-lingüística, “atribuível à enunciação da mensagem e não à própria mensagem” reduz arbitrariamente a capacidade informacional das mensagens.

(3) Mar A. Marty, *Untersuchungen zur Grundlegung der Allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie*, Vol. 1 (Halle, 1908).

Um antigo ator do Teatro Stanislavski de Moscou contou-me como, na sua audição, o famoso diretor lhe pediu que tirasse quarenta diferentes mensagens da frase *Segodnja vecerom*, “esta noite” com variar-lhe a nuance expressiva. Ele fez uma lista de cerca de quarenta situações emocionais, e então pronunciou a frase dada de acordo com cada uma dessas situações, que sua audiência tinha de reconhecer somente através das alterações na configuração sonora das duas mesmas palavras. Para o nosso trabalho de pesquisa, de descrição e análise do russo contemporâneo (pesquisa realizada sob os auspícios da Fundação Rockefeller), pediu-se a esse ator que repetisse a prova de Stanislavski. Ele anotou por escrito cerca de cinquenta situações implicando a mesma sentença elíptica e desta extraiu cinquenta mensagens correspondentes, registradas num gravador de fita. Em sua maior parte, as mensagens foram corretas e circunstanciadamente decodificadas por ouvintes moscovitas. Seja-me permitido acrescentar que todas essas deixas emotivas são fáceis de submeter à análise linguística.

A orientação para o DESTINATÁRIO, a função CONATIVA, encontra sua expressão gramatical mais pura no vocativo e no imperativo, que sintática, morfológica e amiúde até fonologicamente, se afastam das outras categorias nominais e verbais. As sentenças imperativas diferem fundamentalmente das sentenças declarativas: estas podem e aquelas não podem ser submetidas à prova de verdade. Quando, na peça de O'Neill *A Fonte (The Fountain)*, Nano “(numa voz violenta de comando)” diz “Beba!” — o imperativo não pode ser contestado pela pergunta “é verdadeiro ou não?”, que se pode, contudo, fazer perfeitamente no caso de sentenças como “alguém bebeu”, “alguém beberá”, “alguém beberia”. Em contraposição às sentenças imperativas, as sentenças declarativas podem ser convertidas em interrogativas: “bebeu alguém?” “beberá alguém?”, “beberia alguém?”

O modelo tradicional da linguagem, tal como o elucidou Bühler⁴ particularmente, confinava-se a essas três funções

(4) K. Bühler, “Die Axiomatik der Sprachwissenschaft”, *Kant-Studien*, XXXVIII (Berlim, 1933), 19-90.

— emotiva, conativa e referencial — e aos três ápices desse modelo — a primeira pessoa, o remetente; a segunda pessoa, o destinatário; e a “terceira pessoa” propriamente dita, alguém ou algo de que se fala. Certas funções verbais adicionais podem ser facilmente inferidas desse modelo triádico. Assim, a função mágica, encantatória, é sobretudo a conversão de uma “terceira pessoa” ausente ou inanimada em destinatário de uma mensagem conativa. “Que este terço seque. *tfu, tfu, tfu*” (fórmula mágica lituana⁶). “Água rainha do rio, aurora! Manda a dor para além do mar azul, para o fundo do mar; que como um seixo pardo que jamais sobe do fundo do mar, a dor nunca venha oprimir o coração ligeiro do servo de Deus; que a dor se vá e seja sepultada longe daqui.” (Encantamento do Norte da Rússia⁶) “Sol, detém-te em Gibeon, e tu, Lua, no vale de Ajalon. O sol se deteve, e a lua parou (...)” (Josué, 10:12). Observamos, contudo, três outros fatores constitutivos da comunicação verbal e três funções correspondentes da linguagem.

Há mensagens que servem fundamentalmente para prolongar ou interromper a comunicação, para verificar se o canal funciona (“Alô, está me ouvindo?”), para atrair a atenção do interlocutor ou confirmar sua atenção continuada (“Está ouvindo?” ou, na dicção shakespereana, “Prestai-me ouvidos!” — e, no outro extremo do fio, “Hm-hm!”) Este pendor para o CONTACTO ou, na designação de Malinowski, para a função FÁTICA,⁷ pode ser evidenciada por uma troca profusa de fórmulas ritualizadas, por diálogos inteiros cujo único propósito é prolongar a comunicação. Dorothy Parker apanhou exemplos eloqüentes: “— Bem — disse o rapaz. — Bem! — respondeu ela. — Bem, cá estamos — disse êle. — Cá estamos — confirmou ela, — não estamos? — Pois estamos mesmo — disse êle, — Upa! Cá estamos.

(5) V. T. Mansikka, *Litauische Zaubersprüche, Folklore Fellows Communications* 87 (1929), p. 69.

(6) P. N. Rybnikov, *Pensi*, Vol. 3 (Moscou, 1910), p. 217 s.

(7) B. Malinowski, “The Problem of Meaning in Primitive Languages”, in C. K. Ogden e I. A. Richards, *The Meaning of Meaning* (Nova Iorque e Londres, 9.ª edição, 1953), pp. 296-336.

— Bem! — disse ela. — Bem! — confirmou êle — bem!” O empenho de iniciar e manter a comunicação é típico das aves falantes; dessarte, a função fática da linguagem é a única que partilham com os seres humanos. É também a primeira função verbal que as crianças adquirem; elas têm tendência a comunicar-se antes de serem capazes de enviar ou receber comunicação informativa.

Uma distinção foi feita, na Lógica moderna, entre dois níveis de linguagem, a “linguagem-objeto”, que fala de objetos, e a “metalinguagem”, que fala da linguagem. Mas a metalinguagem não é apenas um instrumento científico necessário, utilizado pelos lógicos e pelos lingüistas; desempenha também papel importante em nossa linguagem cotidiana. Como o Jourdain de Molière, que usava a prosa sem o saber, praticamos a metalinguagem sem nos dar conta do caráter metalingüístico de nossas operações. Sempre que o remetente e/ou o destinatário têm necessidade de verificar se estão usando o mesmo código, o discurso focaliza o Códico; desempenha uma função METALINGÜÍSTICA (isto é, de glosa) “Não o estou compreendendo — que quer dizer?”, pergunta quem ouve, ou, na dicção shakespereana, “Que é que dizeis?” E quem fala, antecipando semelhantes perguntas, indaga: “Entende o que quero dizer?” Imagino êste diálogo exasperante: “O “*sophomore*” foi ao pau.” “Mas que quer dizer *ir ao pau*?” “A mesma coisa que *levar bomba*.” “E *levar bomba*?” “Levar bomba é *ser reprovado no exame*.” “E o que é “*sophomore*”?”, insiste o interrogador ignorante do vocabulário escolar em inglês. “Um “*sophomore*” é (ou quer dizer) um *estudante de segundo ano*.” Tôdas essas sentenças equacionais fornecem informação apenas a respeito do código lexical do idioma; sua função é estritamente metalingüística. Todo processo de aprendizagem da linguagem, particularmente a aquisição, pela criança, da língua materna, faz largo uso de tais operações metalingüísticas; e a afasia pode ser definida, amiúde, como uma perda da capacidade de realizar operações metalingüísticas.

Destacamos todos os seis fatores envolvidos na comunicação verbal, exceto a própria mensagem. O pendor (*Einstellung*) para a MENSAGEM como tal, o enfoque da mensa-

gem por ela própria, eis a função *poética* da linguagem. Essa função não pode ser estudada de maneira proveitosa desvinculada dos problemas gerais da linguagem. e, por outro lado, o escrutínio da linguagem exige consideração minuciosa da sua função poética. Qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora. A função poética não é a única função da arte verbal, mas tão somente a função dominante, determinante, ao passo que, em tôdas as outras atividades verbais, ela funciona como um constituinte acessório, subsidiário. Com promover o caráter palpável dos signos, tal função aprofunda a dicotomia fundamental de signos e objetos. Daí que, ao tratar da função poética, a Linguística não possa limitar-se ao campo da poesia.

“Por que é que você sempre diz *Joana e Margarida*, e nunca *Margarida e Joana*? Será porque prefere Joana à sua irmã gêmea?” “De modo nenhum; só porque assim soa melhor.” Numa seqüência de nomes coordenados, na medida em que não interfira nenhum problema de hierarquia, a precedência do nome mais curto parece àquele que fala, sem que o possa explicar, dar melhor configuração à mensagem.

Uma môça costumava falar do “horrendo Henrique”. “Por que horrendo?” “Porque eu o detesto.” “Mas por que não *terrível, medonho, assustador, repelente*?” “Não sei por que, mas *horrendo* lhe vai melhor.” Sem se dar conta, ela se aferrava ao recurso poético da paronomásia.

O slogan político “*I like Ike*” (*ai laic aic*, “eu gosto de Ike”), sucintamente estruturado, consiste em três monossílabos e apresenta três ditongos/ai/, cada um dos quais é seguido, simetricamente, de um fonema consonantal /.. l .. k .. k/. O arranjo das três palavras mostra uma variação: não há nenhum fonema consonantal na primeira palavra, há dois à volta do ditongo, na segunda, e uma consoante final na terceira. Um núcleo dominante similar /ai/ foi observado por Hymes em alguns dos sonetos de Keats. Ambas as terminações da fórmula trissilábica “*I like / Ike*” rimam entre si, e a segunda das duas palavras que rimam está

incluída inteira na primeira (rima em eco), /laic/ — /aic/, imagem paronomástica de um sentimento que envolve totalmente o seu objeto. Ambas as terminações formam uma aliteração, e a primeira das duas palavras aliterantes está incluída na segunda: /ai/ — /ai/, uma imagem paronomástica do sujeito amante envolvido pelo objeto amado. A função poética, secundária dêste chamariz eleitoral reforça-lhe a impressividade e a eficácia.

Conforme dissemos, o estudo lingüístico da função poética deve ultrapassar os limites da poesia, e, por outro lado, o escrutínio lingüístico da poesia não se pode limitar à função poética. As particularidades dos diversos gêneros poéticos implicam uma participação, em ordem hierárquica variável, das outras funções verbais a par da função poética dominante. A poesia épica, centrada na terceira pessoa, põe intensamente em destaque a função referencial da linguagem; a lírica, orientada para a primeira pessoa, está intimamente vinculada à função emotiva; a poesia da segunda pessoa está imbuída de função conativa e é ou súplice ou exortativa, dependendo de a primeira pessoa estar subordinada à segunda ou esta à primeira.

Agora que nossa sumária descrição das seis funções básicas da comunicação verbal está mais ou menos completa, podemos completar nosso esquema dos fatores fundamentais com um esquema correspondente das funções:

	REFERENCIAL	
EMOTIVA	POÉTICA	CONATIVA
	FÁTICA	
	METALINGÜÍSTICA	

Qual é o critério lingüístico empírico da função poética? Em particular, qual é o característico indispensável, inerente a toda obra poética? Para responder a esta pergunta, devemos recordar os dois modos básicos de arranjo utilizados no comportamento verbal, *seleção* e *combinação*. Se “criança” fôr o tema da mensagem, o que fala seleciona, entre os

nomes existentes, mais ou menos semelhantes, palavras como criança, guri(a), garôto(a), menino(a), todos êles equivalentes entre si, sob certo aspecto e então para comentar o tema, êle pode escolher um dos verbos semânticamente cognatos — dorme, cochila, cabeceia, dormita. Ambas as palavras escolhidas se combinam na cadeia verbal. A seleção é feita em base de equivalência, semelhança e dessemelhança, sinonímia e antonímia, ao passo que a combinação, a construção da seqüência, se baseia na contigüidade. *A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação.* A equivalência é promovida à condição de recurso constitutivo da seqüência. Em poesia, uma sílaba é igualada a tôdas as outras sílabas da mesma seqüência; cada acento de palavra é considerado igual a qualquer outro acento de palavra, assim como ausência de acento iguala ausência de acento; longo (prosòdicamente) iguala longo, breve iguala breve; fronteira de palavra iguala fronteira de palavra, ausência de fronteira iguala ausência de fronteira; pausa sintática iguala pausa sintática, ausência de pausa iguala ausência de pausa. As sílabas se convertem em unidades de medida, e o mesmo acontece com as moras ou acentos.

Pode-se objetar que a metalinguagem também faz uso seqüencial de unidades equivalentes quando combina expressões sinônimas numa sentença equacional: $A=A$ (“A égua é a fêmea do cavalo”). Poesia e metalinguagem, todavia, estão em oposição diametral entre si; em metalinguagem, a seqüência é usada para construir uma equação, ao passo que em poesia é usada para construir uma seqüência.

Em poesia, e, em certa medida, nas manifestações latentes da função poética, seqüências delimitadas por fronteiras de palavra se tornam mensuráveis, quer sejam sentidas como isocrônicas ou graduais. “Joana e Margarida” mostrou-nos o princípio poético da gradação silábica, o mesmo princípio que nas cadências das epopéias populares sérvias foi elevado à categoria de lei compulsória⁸. Sem suas duas pa-

(8) T. Maretić, “Metrika Narodnih Nasih Pjesama”, *Rad Jugoslavenske Akademije* (Zagreb), 1907, 168, 170.

lavras dactílicas, a combinação em inglês “*innocent bystander*” dificilmente se teria tornado um chavão. A simetria dos três versos dissilábicos, com idêntica consoante inicial e idêntica vogal final, deu esplendor à lacônica mensagem de vitória de César: “*Veni, vidi, vici.*”

A medida de seqüências é um recurso que, fora da função poética, não encontra aplicação na linguagem. Sòmente em poesia, com sua reiteração regular de unidades equivalentes, é que se tem experiência do fluxo verbal, como acontece — para citar outro padrão semiótico — com o tempo musical. Gerard Manley Hopkins, eminente estudioso da ciência da linguagem poética, definia o verso como um “discurso que repete, total ou parcialmente, a mesma figura sonora”⁹. A pergunta subsequente de Hopkins, “mas será todo verso poesia?” pode ser definitivamente respondida tão logo a função poética deixe de estar arbitrariamente confinada ao domínio da poesia. Os versos mnemônicos citados por Hopkins (como “Trinta dias tem setembro”), os modernos *jingles* de propaganda, e as leis medievais versificadas, mencionadas por Lotz, ou, finalmente os tratados científicos sânscritos em verso, que a tradição indiana distingue estritamente da verdadeira poesia (*kavya*) — todos êsses textos métricos fazem uso da função poética sem, contudo, atribuir-lhe o papel coercitivo, determinante, que ela tem na poesia. Dessarte, o verso de fato ultrapassa os limites da poesia; todavia, êle sempre implica função poética. E, aparentemente, nenhuma cultura humana ignora a versificação, ao passo que existem muitos tipos de cultura sem verso “aplicado”; e mesmo naquelas culturas que possuem versos tanto puros como aplicados, êstes parecem constituir um fenômeno secundário, indubitavelmente derivado. A adaptação dos meios poéticos a algum propósito heterogêneo não lhes esconde a essência primeira, assim como elementos da linguagem emotiva, quando utilizados em poesia, conservam ainda sua nuance emotiva. Um obstrucionista par-

(9) G. M. Hopkins, *The Journals and Papers*, H. House, org. (Londres, 1959).

lamentar pode recitar *Hiawatha* apenas porque é longo; entretanto, a poeticidade continua a ser o intento básico do próprio texto em questão. É evidente por si só que a existência de anúncios versificados, musicais e pictóricos não aparta as questões do verso ou da forma musical e pictórica do estudo da poesia, da música e das belas-artes.

Em resumo, a análise do verso é inteiramente da competência de Poética, e esta pode ser definida como aquela parte da Lingüística que trata a função poética em sua relação com as demais funções da linguagem. A Poética, no sentido mais lato da palavra, se ocupa da função poética não apenas na poesia, onde tal função se sobre põe às outras funções da linguagem, mas também fora da poesia, quando alguma outra função se sobreponha à função poética.

A "figura de som" reiterativa, que Hopkins via como o princípio constitutivo do verso, pode ser determinada de maneira mais precisa. Tal figura utiliza pelo menos um (ou mais de um) contraste binário de uma proeminência relativamente alta e relativamente baixa, assumida pelas diferentes secções de uma seqüência fonológica.

Dentro de uma sílaba, a parte mais proeminente, nuclear, silábica, que constitui o ápice da sílaba, se opõe aos fonemas menos proeminentes, marginais, não-silábicos. Toda sílaba contém um fonema silábico, e o intervalo entre dois fonemas silábicos sucessivos é, em algumas línguas sempre, noutras muito freqüentemente, preenchido por fonemas marginais, não-silábicos. Na versificação dita silábica, o número de fonemas silábicos numa cadeia métricamente delimitada (série temporal) é uma constante, ao passo que a presença de um fonema ou de um grupo de fonemas entre duas sílabas consecutivas de uma cadeia métrica só se constitui em constante nas línguas em que seja indispensável a ocorrência de fonemas não-silábicos entre os silábicos e, além disso, naqueles sistemas de versificação em que o hiato seja proibido. Outra manifestação de tendência para o modelo silábico uniforme consiste em evitar sílabas fechadas no fim do verso, tal como se observa, por exemplo, nas canções épicas da Sérvia. O verso silábico italiano mostra tendência

de tratar a seqüência de vogais não separadas por fonemas consonantais como uma única sílaba métrica ¹⁰.

Em alguns tipos de versificação, a sílaba é a única unidade constante de medida do verso, e o limite gramatical constitui a única linha de demarcação constante entre as seqüências medidas, ao passo que, em outros tipos, as sílabas, por sua vez, são dicotomizadas em sílabas mais ou menos proeminentes, e/ou se distinguem dois níveis de limites gramaticais em sua função métrica, fronteiras de palavras e pausas sintáticas.

Excetuadas as variedades do chamado *vers libre*, que se baseiam apenas em pausas e entonações conjugadas, todo metro usa a sílaba como unidade de medida, pelo menos em certas secções do verso. Assim, no verso puramente acentual (*sprung rhythm*, no vocabulário de Hopkins), o número de sílabas no tempo fraco (chamado *slack*, "frouxo" por Hopkins) pode variar, mas o tempo forte (ictus) contém sempre uma única sílaba.

Em todo verso acentual, o contraste entre maior ou menor proeminência é alcançado por meio de sílabas acentuadas e não-acentuadas. A maioria dos tipos acentuais se vale basicamente do contraste de sílabas que apresentem ou não o acento de palavra, mas algumas variedades de verso acentual utilizam acentos sintáticos ou de frase, aquêles que Wimsatt e Beardsley citam como "os acentos principais das principais palavras" e que se opõem, por proeminentes, a sílabas sem tal acento sintático principal.

No verso quantitativo ("cronemático"), sílabas longas e breves se opõem mutuamente como mais ou menos proeminentes. Esse contraste é habitualmente assegurado pelos núcleos de sílabas, fonologicamente longos e breves. Mas em tipos métricos como os do grego e árabe antigos, que igualam longura "por posição" a longura "por natureza", as sílabas mínimas, que consistem num fonema consonantal e uma vogal de mora, se opõem a sílabas dotadas de um

(10) A. Levi, "Della Versificazione Italiana", *Archivum Romanicum*, XIV (1930), secs. VIII-IX.

excedente (uma segunda mora ou uma consoante terminal) como sílabas mais simples e menos proeminentes, opondo-se a sílabas mais complexas e proeminentes.

Permanece em aberto a questão de saber se, além do verso acentual e quantitativo, existe um tipo "tonemático" de versificação nas línguas em que diferenças de entonação sejam usadas para distinguir os significados das palavras¹¹. Na poesia clássica chinesa¹², sílabas com modulações (em chinês *tsê*, "tons defletidos") se opõem a sílabas não-moduladas (*p'ing*, "tons nivelados"); aparentemente, porém, um princípio quantitativo está subjacente a essa oposição, conforme fôra suscitado por Polianov¹³ e agudamente interpretado por Wang Li¹⁴; na tradição métrica chinesa, os tons nivelados se revelam em oposição aos tons defletidos, assim como os longos picos tonais de sílabas se contrapõem aos breves, de modo que o verso se baseia na oposição de longura e brevidade.

Joseph Greenberg chamou minha atenção para outra variedade de versificação tonemática — o verso dos enigmas efik, baseado na particularidade de nível. (Na amostra citada por Simmons¹⁵, a pergunta e a resposta formam dois octossílabos com uma mesma distribuição de fonemas silábicos de tons altos (*h*) e baixos (*l*) em cada hemistíquio, ademais, as últimas três das quatro sílabas apresentam um idêntico padrão tonemático: *lhhl/hhhl/lhhl/hhhl*). Enquanto a versificação chinesa se apresenta como uma variedade de verso quantitativo, o verso dos enigmas efik está vincula-

(11) R. Jakobson, *O Česskom Štixe Preimuščestvenno V Sopostavlenii S Russkim* (= Sborniki Po Teorii Poëticeskogo Jazyka, 5) (Berlim e Moscou, 1923).

(12) J. L. Bishop, "Prosodic Elements in T'ang Poetry", *Indiana University Conference on Oriental-Western Literary Relations* (Chapel Hill, 1955).

(13) E. D. Polivanov, "O Metričeskom Xaraktere Kitajskogo Stixosložénija", *Doklady Rossijskoj Akademii Nauk*, serija V (1924), 156-158.

(14) Wang Li, *Han-yii Shih-lü-hsüeh* (= Versification in Chinese) (Xangai, 1958).

(15) D. C. Simmons, "Specimens of Efik Folklore", *Folklore* (1955), p. 228.

do ao verso acentual comum por uma oposição de dois graus de proeminência (fôrça ou altura) do tom vocal. Dessarte, um sistema métrico de versificação pode basear-se apenas na oposição de picos e vertentes silábicos (verso silábico). no nível relativo dos picos (verso acentual) e na longitude relativa dos picos silábicos ou de sílabas inteiras (verso quantitativo).

Nos manuais de literatura, encontramos por vêzes uma contraposição supersticiosa do silabismo como mera contagem de sílabas à viva pulsação do verso acentual. Se examinarmos, contudo, os metros binários da acentuação estritamente silábica e, ao mesmo tempo, acentual, observamos duas sucessões homogêneas de picos e vales, semelhantes a ondas. Dessas duas curvas ondulatórias, a silábica conduz os fonemas nucleares na crista e os fonemas marginais comumente na base. Via de regra, a curva acentual, superposta à curva silábica, alterna sílabas acentuadas e não-acentuadas nas cristas e bases, respectivamente.

Para comparação com os metros inglêses que discutimos pormenorizadamente, chamo vossa atenção para as formas binárias russas, que lhes são semelhantes e que, nos últimos cinqüenta anos, foram objeto de uma investigação verdadeiramente exaustiva¹⁶. A estrutura do verso pode ser descrita e interpretada, de modo assaz completo, em têrmos de probabilidades encadeadas. Além da fronteira de palavras obrigatória entre os versos, que constitui uma invariante em todos os metros russos, no tipo clássico do verso russo acentual-silábico ("silabo-tônico", na nomenclatura nacional) observamos as seguintes constantes: (1) o número de sílabas no verso, de seu princípio até o último tempo marcado, é estável; (2) êste último tempo marcado sempre leva um acento de palavra; (3) uma sílaba acentuada não poderá cair no tempo não-marcado se um tempo marcado não fôr preenchido por uma sílaba não-acentuada da mesma palavra (de modo que um acento de palavra só poderá coincidir com um tempo não-marcado quando pertencer a uma palavra monossilábica).

(16) K. Taranovski, *Ruski Dvodelni Ritmovi* (Belgrado, 1955).

Ao lado destas características obrigatórias para qualquer verso composto num metro dado, há características que exibem alta probabilidade de ocorrência sem estar constantemente presentes. Além de sinais de ocorrência certa (“probabilidade um”), sinais de ocorrência possível (“probabilidades inferiores a um”) entram na noção de metro. Usando a descrição que Cherry fez da comunicação humana¹⁷, poderíamos dizer que o leitor de poesia obviamente “pode ser incapaz de vincular frequências numéricas” aos constituintes do metro, mas na medida em que conceber a forma do verso, inconscientemente terá uma vaga idéia de sua “ordem hierárquica” (*rank order*).

Nos metros binários russos, tôdas as sílabas ímpares, a contar para trás do último tempo marcado — em suma, todos os tempos não-marcados — são comumente preenchidas por sílabas não-acentuadas, se se excetuar uma porcentagem muito pequena de monossílabos acentuados. Tôdas as sílabas pares, contando-se novamente para trás a partir do último tempo marcado, mostram preferência bastante nítida por sílabas com acento de palavra, mas as probabilidades de sua ocorrência estão distribuídas de modo desigual entre os tempos marcados sucessivos do verso. Quanto maior fôr a frequência relativa dos acentos de palavra num determinado tempo marcado, menor será a proporção apresentada pelo tempo marcado precedente. Como o último tempo marcado é constantemente acentuado, o penúltimo apresenta a mais baixa porcentagem de acentos de palavra; no tempo marcado precedente, sua quantidade é de nôvo mais elevada sem atingir o máximo manifestado pelo tempo marcado final; mais um tempo marcado em direção do começo do verso, e a quantidade de acentos diminui outra vez, sem atingir o mínimo representado pelo penúltimo tempo marcado, e assim por diante. Dessarte, a distribuição de acentos de palavra entre os tempos marcados dentro do verso, a cisão em tempos marcados fortes e fracos, cria uma *curva ondulatória regressiva*, que se superpõe à alternância ondulosa de tempos marcados e tempos não-marcados. Inciden-

(17) C. Cherry, *On Human Communication* (Nova Iorque, 1957)

talmente, há a fascinante questão da relação entre tempos acentuados fortes e os acentos de frase.

Os metros russos binários revelam um arranjo estratificado de três curvas ondulatórias: (I) alternância de núcleos e margens silábicas; (II) divisão dos núcleos silábicos em tempos marcados e tempos não-marcados alternados; e (III) alternância de tempos marcados fortes e fracos. Por exemplo, o tetâmetro iâmbico masculino russo do século XIX e do século atual pode ser representado pela Figura 1, e um padrão triádico semelhante se encontra nas formas inglesas correspondentes.

Três de cinco tempos marcados são destituídos de acentos de palavra no verso iâmbico de Shelley "*Laugh with an inextinguishable laughter*" ("Ri com riso inextinguível") Sete de dezesseis tempos marcados não são acentuados na seguinte quadra do recente poema de Pasternak em teatrametros iâmbicos intitulado *Zmlja* ("A Terra"):

I úlica za panibráta
S okónnicej podslepovátoj,
I béloj nóci zakátu
Ne razminút u rekí.

Visto que a grande maioria dos tempos marcados coincide com os acentos de palavra, o leitor ou ouvinte de versos russos está preparado para encontrar, com alto grau de probabilidade, um acento de palavra em qualquer sílaba par de versos iâmbicos; todavia, logo ao começo da quadra de Pasternak, a quarta e, um pé adiante, a sexta sílaba, no primeiro verso e no seguinte, o colocam diante de uma *expectativa frustrada*. O grau de tal "frustração" é mais alto quando falta o acento num tempo marcado e se torna particularmente notável quando dois tempos marcados sucessivos caem sobre sílabas não-acentuadas. A não-acentuação de dois tempos marcados adjacentes é menos provável e se faz mais surpreendente quando abrange um hemistíquio inteiro, como é o caso num verso ulterior do mesmo poema: "Ctoby za gorodskjóu grán ju" [stəbyzəgərəkəju grán'ju]. A expectativa depende do tratamento de um tempo marcado

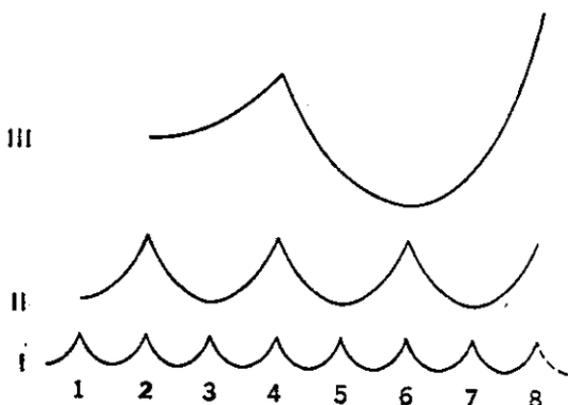


Figura 1

dado no poema, e, de modo mais geral, em tôda a tradição métrica existente. No penúltimo tempo marcado, a não-acentuação pode, contudo, sobrepujar a acentuação. Assim, neste poema, apenas 17 dos 41 versos têm acentos de palavra em sua sexta sílaba. No entanto, em casos que tais, a inércia das sílabas pares acentuadas, alternando com as sílabas ímpres não-acentuadas, suscita certa expectativa de acentuação também para a sexta sílaba do tetrâmetro iâmbico.

Muito naturalmente, foi Edgar Allan Poe, o poeta e teórico da antecipação malograda, quem, do ponto de vista métrico e psicológico, avaliou o sentimento humano de satisfação suscitado pelo aparecimento do inesperado no seio do esperado; não se pode pensar em um sem pensar no outro, “assim como o mal não pode existir sem o bem”¹⁸. No caso, poderíamos facilmente usar a fórmula de Robert Frost em “A figura que um Poema Faz”: “A figura é a mesma que para o amor”¹⁹.

As chamadas deslocções dos acentos de palavra, do tempo marcado para o tempo não-marcado, nas palavras polissilábicas, são desconhecidas nas formas tradicionais do

(18) E.A. Poe, “Marginalia”, *The Works*, Vol. 3 (Nova Iorque, 1857).

(19) R. Frost, *Collected Poems* (Nova Iorque, 1939).

verso russo; ocorrem, porém, com grande frequência na poesia inglesa, após uma pausa métrica e/ou sintática. Exemplo notável é a variação rítmica do mesmo adjetivo no verso de Milton *Infinite wrath and infinite despair* (“Cólera infinita e infinito desespero”). No verso *Nearer, my God, to Thee, nearer to Thee* (“Mais perto de Vós, meu Deus, mais perto de Vós”), a sílaba acentuada de uma mesma palavra ocorre duas vezes no tempo não-marcado, a primeira no começo do verso e a segunda no começo de uma frase. Esta licença, estudada por Jespersen²⁰, e corrente em muitas línguas, se explica inteiramente pela importância particular da relação entre um tempo não marcado e o tempo marcado que imediatamente o precede. Quando tal precedência imediata é impedida pela inserção de uma pausa, o tempo não-marcado torna-se uma espécie de *syllaba anceps*.

Além das regras que subjazem às características obrigatórias do verso, as regras que lhe governam os traços facultativos também pertencem ao metro. Tendemos a considerar fenômenos como a não-acentuação nos tempos marcados e a acentuação nos tempos não-marcados como desvios mas deve-se lembrar que são oscilações permitidas, desvios dentro dos limites da lei. Na linguagem parlamentar britânica, não se trata de uma oposição a sua majestade o metro, e sim de uma oposição de sua majestade. Quanto às eletivas violações das leis métricas, a discussão delas faz sempre lembrar Osip Brik, talvez o mais arguto dos formalistas russos, que costumava dizer que os conspiradores políticos são julgados e condenados somente por tentativas malogradas de golpes de força, visto serem os próprios conspiradores que assumem o papel de juizes e acusadores no caso de o golpe alcançar êxito. Se as violências contra o metro deitarem raízes, tornam-se elas próprias leis métricas.

Longe de ser um esquema abstrato, teórico, o metro — ou, em termos mais explícitos, o *modelo de verso* (*verse design*) — domina a estrutura de qualquer verso particular — ou, em terminologia lógica, todo *exemplo de verso* (*verse*

(20) O. Jespersen, “Cause Psychologique de Quelques Phénomènes de Métrique Germanique”, *Psychologie du Langage* (Paris, 1933).

instance). Modêlo e exemplo são conceitos correlativos. O modêlo de verso determina as características invariáveis dos exemplos de verso e estabelece o limite de variações. Um rapsodo, camponês da Sérvia, memoriza, recita e em grande parte, improvisa milhares, por vêzes dezenas de milhares de versos, e o metro lhe está vivo na mente. Incapaz de abstrair-lhe as regras, êle percebe e repudia, não obstante, a menor infração de tais regras. Qualquer verso de poesia épica sérvia contém precisamente dez sílabas e é seguido de uma pausa sintática. Existe, ademais, uma fronteira de palavra obrigatória antes da quinta sílaba e uma ausência obrigatória de fronteira de palavra antes da quarta e da décima sílabas. O verso tem, além disso, características quantitativas e acentuais significativas.²¹

Esta quebra épica sérvia, de par com muitos exemplos semelhantes apresentados pela métrica comparativa, é uma advertência persuasiva contra a errônea identificação de uma quebra com uma pausa sintática. A fronteira de palavra obrigatória não se deve combinar com a pausa e não pretende sequer ser perceptível ao ouvido. A análise de canções épicas da Sérvia registradas fonograficamente prova que não existem indícios audíveis obrigatórios da quebra, e, no entanto, qualquer tentativa de abolir a fronteira de palavra antes da quinta sílaba, mercê de insignificante alteração na ordem das palavras, é imediatamente condenada pelo narrador. O fato gramatical de a quarta e quinta sílabas pertencerem a duas palavras diferentes é quanto basta para que se perceba a quebra. Dessarte, o modêlo de verso ultrapassa as questões de mera forma sonora; constitui um fenômeno lingüístico muito mais vasto, que nenhum tratamento fonético isolado logra esgotar.

Eu disse “fenômeno lingüístico” embora Chatman declare que “o metro existe como um sistema fora da linguagem”. Sim, o metro aparece também em outras artes que

(21) R. Jakobson, “Studies in Comparative Slavic Metrics”, *Oxford Slavonic Papers*, III (1952), 21-66. Cf. também R. Jakobson, “Über den Versbau der Serbokroatischen Volksepen”, *Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, VII-IX (1933), 44-53.

utilizam a seqüência temporal. Há muitos problemas lingüísticos — por exemplo, a sintaxe — que, de igual maneira, ultrapassam o limite da linguagem e são comuns a diferentes sistemas semióticos. Podemos falar até da gramática dos sinais de tráfego. Existe um código de sinais, em que uma luz amarela, quando combinada com outra verde, adverte que a passagem livre está prestes a ser fechada e, quando combinada com outra vermelha, anuncia a iminente cessação do fechamento; tal sinal amarelo oferece uma estreita analogia com o aspecto completivo do verbo. O metro poético, contudo, tem tantas particularidades intrinsecamente lingüísticas, que o mais conveniente é descrevê-lo de um ponto de vista puramente lingüístico.

Acrescentemos que nenhuma propriedade lingüística do modelo de verso deve ser negligenciada. Assim, por exemplo, seria um engano deplorável negar o valor constitutivo da entonação nos metros ingleses. Mesmo sem falar no papel fundamental que exerce nos metros de um artista do verso livre em língua inglesa como o é Whitman, torna-se impossível ignorar a significação métrica da entonação de pausa (“juntura final”), seja “cadência” ou “anticadência”²², em poemas como *The Rape of the Lock*, (“O Roubo da Madeixa”) que evita intencionalmente o *enjambement*. Todavia, mesmo uma veemente acumulação de *enjambements* jamais lhes esconde o estado de digressão, de variação; êles sempre realçam a coincidência normal da pausa sintática e da entonação de pausa dentro do limite métrico. Qualquer que seja a maneira de ler de quem recita, a coerção da entonação permanece válida. O contorno de entonação inerente a um poema, a um poeta, a uma escola poética é um dos temas postos em discussão pelos formalistas russos²³.

O modelo de verso se encarna nos exemplos de verso. Via de regra, a variação livre desses exemplos é designada pelo termo um tanto equívoco de “ritmo”. Uma variação

(22) S. Karcevskij, “Sur la Phonologie de la Phrase”, *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, IV (1931), 188-223.

(23) B. Ejxenbaum, *Melodika Stixa* (Leningrado, 1922), e V. Zirmunskij, *Voprosy Teorii Literatury* (Leningrado, 1928).

de exemplos de verso dentro de um poema determinado deve ser estritamente diferenciada dos variáveis *exemplos de execução* (*delivery instances*). A intenção de “descrever o verso tal como é efetivamente declamado” é de menor utilidade para a análise sincrônica e histórica da poesia do que para o estudo de sua recitação no presente e no passado. Todavia, a verdade é simples e clara: “Há muitas recitações possíveis do mesmo poema — que diferem entre si de muitas maneiras. Uma recitação é um acontecimento, mas o poema propriamente dito, se é que um poema *existe*, deve ser alguma espécie de objeto duradouro.” Esta sábia observação de Wimsatt e Beardsley pertence, indubitavelmente, aos princípios essenciais da métrica moderna.

Nos versos de Shakespeare, a segunda sílaba, acentuada, da palavra *absurd* cai geralmente no tempo marcado, mas no terceiro ato de Hamlet ela cai no tempo não-marcado: *No, let the candied tongue lick absurd pomp* (“Não, que a língua açucarada lamba a absurda pompa”). O recitante pode escandir a palavra *absurd* nesse verso com um acento inicial na primeira sílaba ou observar o acento final de palavra de acôrdo com a acentuação corrente. Ele pode também subordinar o acento de palavra do adjetivo ao forte acento sintático da palavra principal que se segue, conforme o sugeriu Hill: “*Nó, lèt thĕ cándied tóngue lĭck äbsùrd pómp*”,²⁴ como na concepção de Hopkins dos antipastos ingleses — “regret néver.”²⁵ Há, finalmente, uma possibilidade de modificações enfáticas quer por meio de uma “acentuação flutuante” (*schwebende Betonung*) abrangendo ambas as sílabas, quer por meio de um refôrço exclamativo da primeira sílaba (*àb-súrd*). Mas qualquer que seja a solução escolhida pelo recitante, a deslocação do acento de palavra do tempo marcado para o tempo não-marcado sem pausa antecedente continua a ser impressivo, e o momento de expectativa frustrado permanece viável. Onde quer que o recitante coloque o acento, a discrepância entre a acentuação da palavra inglesa na segunda sílaba de *absurd* e o tempo marcado

(24) A. A. Hill, Review in *Language*, XXIX (1953), pp. 549-561.

(25) G. M. Hopkins, *The Journals and Papers*.

ligado à primeira sílaba permanece como um traço constitutivo do exemplo de verso. A tensão entre o ictó e o acento da palavra habitual é inerente a êsse verso, independentemente das diferentes interpretações que lhe possam dar os diversos atôres e leitores. Conforme observa Gerard Manley Hopkins, no prefácio aos seus poemas, “dois ritmos, de certo modo, se desdobram ao mesmo tempo”²⁶. Pode-se reinterpretar a descrição que êle faz dêsse desdobramento contrapontístico. A superposição de um princípio de equivalência à seqüência de palavras ou, em outros termos, a *montagem* da forma métrica sôbre a forma usual do discurso, comunica necessariamente a sensação de uma configuração dupla, ambígua, a quem quer que esteja familiarizado com a língua e com o verso em questão. Tanto as convergências quanto as divergências entre as duas formas, tanto as expectativas satisfeitas quanto as frustradas, provocam tal sensação.

A maneira por que um exemplo de verso é realizado por um dado exemplo de execução depende do *modelo de execução* do recitante; êste pode apegar-se a um estilo escandido, tender para uma prosódia semelhante à prosa, ou oscilar livremente entre êstes dois pólos. Devemos guardar-nos do binarismo simplista que reduz dois pares a uma só oposição, quer suprimindo a distinção cardinal entre modelo de verso e exemplo de verso (bem como entre modelo de execução e exemplo de execução) quer por uma errônea identificação de exemplo de execução e modelo de execução com o exemplo de verso e o modelo de verso.

*But tell me, child, your choice; what shall I buy
You? — Father, what you buy me I like best.*

(Mas diz-me, criança, a tua preferência; o que devo comprar para ti? — Pai, do que me comprares gostarei mais.)

(26) G. M. Hopkins, *Poems*, W. H. Gardiner, org. (Nova Iorque e Londres, terceira edição, 1948).

Êstes dois versos de *The Handsome Heart* (“A Bela Alma”), de Hopkins, contêm um pesado *enjambement* que coloca uma fronteira de verso diante do monossílabo terminal de uma frase, de uma proposição, de um enunciado. A recitação dêsses pentâmetros pode ser estritamente métrica, com uma pausa manifesta entre *buy* e *you*, e uma pausa suprimida após êste pronome. Ou, pelo contrário, pode-se adotar um estilo que tenda à prosa, sem fazer nenhuma separação entre as palavras *buy you* e estabelecendo uma acentuada entonação de pausa ao fim da pergunta. Nenhum dêsses estilos de recitação, contudo, esconde a discrepância entre a divisão métrica e a sintática. A configuração de verso de um poema permanece completamente independente de sua variável declamação, com o que não pretendo invalidar a fascinante questão, suscitada por Sievers, de *Autorenleser* e *Selbstleser* ²⁷.

Sem dúvida alguma, o verso é fundamentalmente uma “figura de som” recorrente. Fundamentalmente, sempre, mas nunca unicamente. Tôdas as tentativas de confinar convenções poéticas como metro, aliteração ou rima, ao plano sonoro são meros raciocínios especulativos, sem nenhuma justificação empírica. A projeção do princípio de equivalência na seqüência tem significação muito mais vasta e profunda. A concepção que Valéry tinha da poesia como “hesitação entre o som e o sentido” ²⁸ é muito mais realista e científica que tôdas as tendências do isolacionismo fonético.

Conquanto a rima, por definição, se baseie na recorrência regular de fonemas ou grupos de fonemas equivalentes, seria uma simplificação abusiva tratar a rima meramente do ponto de vista do som. A rima implica necessariamente uma relação semântica entre unidades rítmicas (“companheiros de rima”, *rhyme-fellows*, na nomenclatura de Hopkins). No exame da rima, deparamos com o problema de saber se se trata ou não de um homeoteuton, que confronta sufixos

(27) E. Sievers, *Ziele und Wege der Schallanalyse* (Heidelberg, 1924).

(28) P. Valéry, *The Art of Poetry*. Bollingen series 45 (Nova Iorque, 1958).

semelhantes do ponto de vista da derivação e/ou da inflexão (*congratulations-decorations*), ou se as palavras que rimam pertencem à mesma ou a diferentes categorias gramaticais. Assim, por exemplo, a rima quádrupla de Hopkins é uma concordância de dois substantivos — *kind* e *mind* — que contrastam, ambos, com o adjetivo *blind* e o verbo *find*. Existe acaso uma proximidade semântica, uma espécie de similitude entre unidades léxicas que rimam, como dor-amor, raro-claro, traço-espaço, lama-fama? Os elementos que rimam têm a mesma função sintática? A diferença entre a classe morfológica e a aplicação sintática pode ser assinalada na rima. Assim, nos versos de Poe, *While I nodded, nearly napping, suddenly there came a tapping. As of someone gently rapping*”, as três palavras que rimam, morfológicamente semelhantes, são, as três, sintaticamente diferentes. São as rimas total ou parcialmente homonímicas proibidas, toleradas ou favorecidas? Homônimos completos como hórto-orto, têsto-texto, pára-para, e, por outro lado, rimas em eco como parco-arco, inação-ação, sòmente-mente, combalido-balido? E as rimas compostas (como em Hopkins, *enjoyment-toy meant* ou *began some-ransom*), em que uma palavra concorda com um grupo de palavras?

Uma poeta ou uma escola poética pôde-se voltar para a rima gramatical ou ser contra ela; a rima deve ser ou gramatical ou antigramatical; uma rima agramatical, indiferente à relação entre som e estrutura gramatical, relevaria, como tôdas as formas de agramatismo, da patologia verbal. Se um poeta tende a evitar rimas gramaticais, para êle, no dizer de Hopkins, “Existem dois elementos na beleza que a rima oferece ao espírito, a semelhança ou igualdade de som e a dessemelhança ou diferença de significado.”²⁹ Qualquer que seja a relação entre som e significação nas diferentes técnicas de rima, ambas as esferas estão necessariamente implicadas. Após as elucidadoras observações de Wimsatt acérca da significatividade da rima³⁰, e os argutos estudos dos sistemas de rimas eslavas, um investigador de Poética

(29) G. M. Hopkins, *The Journal and Papers*.

(30) W. K. Wimsatt, *The Verbal Icon* (Lexington, 1954).

difícilmente poderia sustentar que as rimas têm significado, mas muito vago.

A rima é apenas um caso particular, condensado, de um problema muito mais geral, poderíamos mesmo dizer do problema fundamental, de poesia, a saber, o *paralelismo*. Neste ponto também Hopkins, nos seus escritos de estudante, de 1865, demonstrou uma prodigiosa compreensão da estrutura da poesia:

“A parte artificial da poesia, talvez fôsse justo dizer tôda forma de artifício, se reduz ao princípio do paralelismo. A estrutura da poesia é a de um contínuo paralelismo, que vai dos chamados paralelismos técnicos da poesia hebraica e das antífonas da música da Igreja à complexidade do verso grego, italiano ou inglês. Mas o paralelismo é necessariamente de duas espécies — aquêle em que a opposição é claramente acentuada e aquêle em que é antes da transição ou cromática. Sòmente a primeira espécie, a do paralelismo acentuado, está envolvida na estrutura do verso — no ritmo, recorrência de certa seqüência de sílabas, no metro, recorrência de certa seqüência de ritmo, na aliteração, na assonância e na rima. A fôrça desta recorrência está em engendrar outra recorrência ou paralelismo correspondente nas palavras ou nas idéias, e, *grosso modo*, e mais como uma tendência que como um resultado invariável, é o paralelismo mais acentuado na estrutura (seja na elaboração, seja na ênfase) que engendra mais acentuado paralelismo nas palavras e no sentido. (...) À espécie de paralelismo acentuado ou abrupto pertencem a metáfora, o símile, a parábola, etc., em que se procura um efeito de parecença entre as coisas, e a antítese, o contraste, etc., em que o que se procura é dessemelhança”³¹.

Em suma, a equivalência de som, projetada na seqüência como seu princípio constitutivo, implica inevitavelmente

(31) G. M. Hopkins, *The Journals and Papers*.

equivalência semântica, e em qualquer nível lingüístico, qualquer constituinte de uma seqüência que tal suscita uma das duas experiências correlativas que Hopkins define habilmente como “comparação por amor da parecença” e “comparação por amor da dessemelhança”.

O folclore oferece as formas poéticas de contôrno mais nítido e estereotipado, particularmente adequadas para o exame estrutural (conforme o mostrou Sebeok com exemplos cheremis). As tradições orais que usam o paralelismo gramatical para ligar versos consecutivos, por exemplo, as formas poéticas ugro-finesas⁸², e em grande parte também as da poesia folclórica russa, podem ser proveitosamente analisadas em todos os níveis lingüísticos — fonológico, morfológico, sintático e léxico: apuramos quais elementos são concebidos como equivalentes e de que modo a semelhança, em certos níveis, é temperada por diferenças marcantes em outros. Tais formas nos capacitam a comprovar a sagaz sugestão de Ramson de que “o processo do metro e do significado é o ato orgânico da poesia e implica tôdas as suas características importantes”⁸³. Tais estruturas tradicionais, de contornos nítidos, podem dissipar as dúvidas de Wimsatt acêrca da possibilidade de escrever-se uma gramática da interação entre o metro e o sentido, bem como uma gramática do arranjo das metáforas. Tão logo o paralelismo é promovido a cânone, a interação entre metro e sentido e o arranjo dos tropos deixam de ser “as partes livres, individuais e imprevisíveis da poesia”.

Vamos traduzir alguns versos típicos de canções matrimoniais russas acêrca da aparição do noivo:

*Um bravo rapaz se dirigia para o alpendre,
Vasilij caminhava para o solar.*

(32) R. Austerlitz, *Ob-Ugric Metrics. Folklore Fellows Communications*, CLXXIV (1958) e W. Steinitz, *Der Parallelismus in der Finnisch-Karelischen Volksdichtung. Folklore Fellows Communications*, CXV, (1934).

(33) J. C. Ranson, *The New Criticism* (Norfolk, Conn, 1941).

A tradução é literal; os verbos, todavia, se colocam em posição final nas duas proposições em russo (*Dobroj mó-lodec k séničkam privoráčival, // Vasilij k téremu prixázival*). Os versos apresentam perfeita correspondência sintática e etimológica entre si. Ambos os verbos predicativos têm os mesmos prefixos e sufixos e a mesma alternante vocálica no radical; são semelhantes em aspecto, tempo, número e gênero; e, além disso, são sinônimos. Ambos os sujeitos, o substantivo comum e o nome próprio, se referem à mesma pessoa e formam um grupo em relação de oposição. Os dois complementos de lugar são expressos por idênticas construções preposicionais, e a primeira está em relação de sinédoque com a segunda.

Esses versos podem aparecer precedidos de outro verso de estrutura gramatical (sintática e morfológica) semelhante: “Nenhum claro falcão voava além das colinas” ou “Nenhum árdego cavalo galopava em direção do pátio.” O “claro falcão” e o “árdego cavalo” dessas variantes são colocados em relação metafórica com o “bravo rapaz”. É o tradicional paralelismo negativo eslavo — a refutação do estado metafórico em favor do estado real. A negação *ne* pode, contudo, ser omitida: “*Jasjón sokol zá gory zaljótýval*” (Um claro falcão voava além das colinas) ou *Retív kon’ kó dvoru priskákival* (Um árdego cavalo galopava em direção do pátio). No primeiro dos dois exemplos, a relação metafórica se mantém: um bravo rapaz apareceu no alpendre, como um claro falcão vindo de trás das colinas. No outro exemplo, porém, a conexão semântica se torna ambígua. Uma comparação entre o noivo que aparece e o cavalo que galopa é sugerida, mas ao mesmo tempo o alto do cavalo no pátio antecipa em realidade a chegada do herói à casa. Dessarte, antes de apresentar o cavaleiro e o solar de sua noiva, a canção evoca as imagens contíguas, *metonímicas*, do cavalo e do pátio: a coisa possuída em lugar do possuidor, e o ar livre em lugar do interior. A apresentação do noivo pode ser cindida em dois momentos consecutivos mesmo sem substituir-se o cavalo pelo cavaleiro: “Um bravo rapaz vinha a galope para o pátio, // Vasilij caminhava para o solar.” Assim, o “árdego cavalo”, surgindo no verso precedente num lugar métrico e sintático

semelhante ao do “bravo rapaz”, figura simultaneamente como uma imagem e uma possessão representativa do rapaz, a bem dizer — *pars pro toto* para o cavaleiro. A imagem do cavalo está na linha fronteira entre a metonímia e a sinédoque. Destas sugestivas conotações do “árdego cavalo” se segue uma sinédoque metafórica: nas canções matrimoniais e em outras variedades das tradições eróticas russas, o masculino *retiv kon* se torna um símbolo fálico latente ou mesmo patente.

Já na década de 1880, Potebnja, um notável pesquisador no domínio da poética eslava, assinalou que na poesia popular o símbolo se encontra materializado (*overščestylen*), convertido em acessório da ambiência. “Símbolo ainda, é pôsto, contudo, em conexão com a ação. Dessa maneira, apresenta-se um símile sob a forma de uma seqüência temporal.”³⁴ Nos exemplos de Potebnja, tirados do folclore eslavo, o salgueiro sob o qual passa uma môça serve ao mesmo tempo como imagem dela; a árvore e a môça estão co-presentes no mesmo simulacro verbal do salgueiro. De modo bastante semelhante, o cavalo das canções de amor permanece um símbolo de virilidade, não apenas quando o rapaz pede à môça que lhe dê de comer ao corcel mas mesmo quando êste está sendo encilhado, levado ao estábulo ou amarrado a uma árvore.

Em poesia, não apenas a seqüência fonológica, mas, de igual maneira, qualquer seqüência de unidades semânticas, tende a construir uma equação. A similaridade superposta à contigüidade comunica à poesia sua radical essência simbólica, múltiplice, polissêmica, belamente sugerida pela fórmula de Goethe, *Alles Vergängliche ist nur ein Gleichnis* (“Tudo quanto seja transitório não passa de símbolo”). Dito em termos mais técnicos: tudo quanto é transitório é um símile. Em poesia, onde a similaridade se superpõe à contigüidade, tôda metonímia é ligeiramente metafórica e tôda metáfora tem um matiz metonímico.

A ambigüidade se constitui em característica intrínseca, inalienável, de tôda mensagem voltada para si própria, em

(34) A. Potebnja, *Ob' jasnenija Malorusskix i Srodnyx Narodnyx Pesen* (Varsóvia, I, 1883; II, 1887).

suma, num corolário obrigatório da poesia. Repitamos com Empson: "As maquinações da ambigüidade estão nas raízes mesmas da poesia."³⁵ Não somente a própria mensagem, mas igualmente seu destinatário e seu remetente se tornam ambíguos. Além do autor e do leitor, existe o "Eu" do herói lírico ou do narrador fictício e o "tu" ou "vós" do suposto destinatário dos monólogos dramáticos, das súplicas, das epístolas. Por exemplo, o poema *Wrestling Jacob* (A Luta Contra o Anjo) é endereçado, pelo seu herói, ao Salvador e simultâneamente funciona como uma mensagem subjetiva do poeta Charles Wesley aos seus leitores. Qualquer mensagem poética é, virtualmente, como que um discurso citado, com todos os problemas peculiares e intrincados que o "discurso dentro do discurso" oferece ao lingüista.

A supremacia da função poética sôbre a função referencial não oblitera a referência, mas torna-a ambígua. A mensagem de duplo sentido encontra correspondência num remetente cindido, num destinatário cindido e, além disso, numa referência cindida, conforme o expõem convincentemente os preâmbulos dos contos de fada dos diversos povos, como, por exemplo, o habitual exórdio dos contadores de história de Majorca: *Aixo era y no era* ("isso era e não era")³⁶. A repetência produzida pela aplicação do princípio de equivalência à seqüência torna reiteráveis não apenas as seqüências da mensagem poética, mas a totalidade desta. A capacidade de reiteração, imediata ou retardada, a reificação de uma mensagem poética e de seus constituintes, a conversão de uma mensagem em algo duradouro — tudo isto representa, de fato, uma propriedade inerente e efetiva da poesia.

Numa seqüência em que a similaridade se superpõe à contigüidade, duas seqüências fonêmicas semelhantes, próximas uma da outra, tendem a assumir função paronomá-

(35) W. Empson, *Seven Types of Ambiguity* (Nova Iorque, terceira edição, 1955).

(36) W. Giese, "Sind Märchen Lügen?" *Cahiera S. Puscarice I* (1952), p. 137 ss.

O poleiro do corvo, *the pallid bust of Pallas*, funde-se, mercê da paronomásia “sonora” /páləd/ — /páls/ num todo orgânico (comparável ao verso famoso de Shelley *Sculptured on alabaster obelisk* /sk.lp/ — /l.b.st/ — /b.l.sk/, (“Esculpida sôbre um obelisco de alabastro”). Ambas as palavras aqui confrontadas se haviam fundido antes em outro epíteto do mesmo busto — *placid*/plásId/ — uma palavra-valise poética, e o vínculo entre o pássaro empoleirado e o poleiro foi, por sua vez, atado por uma paronomásia: “bird or beast upon the . . . bust.” O pássaro está empoleirado “no alvo busto de Atena que há por sôbre (*just above*) os meus umbrais” e o corvo, sôbre o seu poleiro, a despeito da ordem imperativa do amante (*take they form from off my door*) está pregado ao lugar pelas palavras / žást əbáv /, ambas fundidas em / bást /.

A intérima estada do hóspede sinistro é expressa por uma cadeia de engenhosas paronomásias, parcialmente invertidas, como seria de esperar do *modus operandi* antecipatório, regressivo, dêsse experimentador, dêsse mestre do “escrever às avessas” que foi Edgar Allan Poe. No verso introdutório desta estrofe final, *raven*, palavra contígua ao desolado refrão *never*, surge mais uma vez como uma imagem especular corporificada dêste *never*: /n.v.r./ — /r.v.n./ Paronomásias salientes entreligam ambos os emblemas de perene desespêro, primeiro *the Raven*, *never flitting*, no comêço da derradeira estrofe, e depois, nos últimos versos, *that shadows that lies floating on the floor e shall be lifted — nevermore*: /névər flítŋ / — /flótŋ / (...)/flór/ (...)/lftəd névər/. As aliterações que impressionaram Valéry constróem uma cadeia paronomásica: /stí (...)/ — /sít (...)/ — /stí (...)/ — /sít (...)/. A invariabilidade do grupo é particularmente acentuada pela variação de sua ordem. Os dois efeitos luminosos no claro-escuro — *the fiery eyes* (os olhos ardentes) da ave negra e a luz lançando-lhe a “sombra no chão” — são evocados para aumentar a melancolia do quadro todo e se ligam mais uma vez pelo “vívido efeito” das paronomásias: /ólə šimŋ/ / (...)/dímənz/ (...)/Iz drimŋ/ / — / ərŋm strimŋ /.

That shadow that lies /láyz/ faz parêlha com *the eyes* /áyz/, numa rima em eco impressivamente deslocada.

Em poesia, qualquer similaridade notável no som é avaliada em função de similaridade e/ou dessemelhança no significado. Mas o preceito aliterativo de Pope aos poetas — “o som deve ser um Eco do sentido” — tem aplicação mais ampla. Na linguagem referencial, a conexão entre *signans* e *signatum* se baseia, na esmagadora maioria dos casos, em sua contigüidade codificada, a qual recebe amiúde uma denominação que se presta à confusão: “arbitrariedade do signo verbal”. A pertinência do nexó som-significado é um simples corolário da superposição da similaridade sobre a contigüidade. O simbolismo sonoro constitui uma relação inegavelmente objetiva, fundada numa conexão fenomenal entre diferentes modos sensoriais, em particular entre a experiência visual e auditiva. Se os resultados da pesquisa, neste terreno, têm sido por vêzes vagos ou controversos, isso se deve basicamente a cuidados insuficientes no que respeita aos métodos de investigação psicológica e/ou lingüística. Particularmente do ponto de vista lingüístico, deformou-se freqüentemente a realidade por falta de atenção ao aspecto fonológico dos sons da linguagem ou por operações inevitavelmente vãs com complexas unidades fônicas, quando se deveria ter recorrido aos seus componentes últimos. Mas quando se testam, por exemplo, oposições fonemáticas como as de grave/agudo, perguntando-se qual fonema /i/ ou /u/, é o mais sombrio, algumas pessoas podem responder que tal pergunta não tem sentido para elas, mas dificilmente alguém afirmaria que o /i/ é o mais sombrio.

A poesia não é o único domínio em que o simbolismo dos sons se faz sentir; é, porém, uma província em que o nexó interno entre som e significado se converte de latente em patente e se manifesta da forma a mais palpável e intensa, conforme o assinalou Hymes na sua estimulante comunicação. A acumulação, superior à média, de certa classe de fonemas, ou uma reunião contrastante de duas classes opostas na textura sonora de um verso, de uma estrofe, de um poema, funciona como uma “corrente subjacente de significado”, para usar a pitoresca expressão de Poe. Em

duas palavras polares, a relação fonemática pode estar concorde com a oposição semântica, como, em russo, /d,en/ “dia” e /noč/ “noite”, em que a vogal aguda e as consoantes duras da palavra diurna se opõem à correspondente vogal grave da palavra noturna. Um refôrço dêste contraste, que se obtém rodeando a primeira palavra de fonemas agudos e duros, em contraposição a uma vizinhança fonemática grave, qual a da segunda palavra, converte o som num eco completo do sentido. Mas nas palavras francesas *jour*, “dia”, e *nuît*, “noite”, a distribuição das vogais agudas e graves se inverte; assim é que, em *Divagations*, Mallarmé acusa sua língua materna de enganadora perversidade por atribuir a dia um timbre sombrio e a noite um timbre claro³⁸. Whorf declara que quando, no seu contôrno sonoro, “uma palavra tem similitude com seu próprio sentido, podemos percebê-lo. (...) Quando, porém, acontece o oposto, ninguém se dá conta.” A linguagem poética, contudo, e particularmente a poesia francesa, busca, na colisão entre som e significado percebida por Mallarmé, uma alternativa fonológica para tal discrepância; abafa a distribuição “conversa” de traços vocálicos rodeando *nuît* de fonemas graves e *jour* de fonemas agudos, ou então recorre a um deslocamento semântico: a imaginária de dia e noite substitui a imaginária de luz e treva por outros correlatos de oposição fonêmica grave/agudo, contrapondo, por exemplo, o calor pesado do dia ao frescor arejado da noite; “parece”, com efeito, “que as pessoas humanas têm a tendência de associar, por um lado, tudo quanto seja luminoso, pontiagudo, duro, alto, ligeiro, rápido, agudo, estreito, e assim por diante, numa longa série, e, inversamente, tudo quanto seja obscuro, quente, mole, doce, embotado, baixo, pesado, lento, grave, largo, etc., em outra longa série.”³⁹

Por efetiva que seja a ênfase na repetição, em poesia, a textura sonora está longe de confinar-se a combinações numéricas, e um fonema que apareça uma única vez, mas numa

(38) S. Mallarmé, *Divagations* (Paris, 1899).

(39) B. L. Whorf, *Language, Thought, and Reality*, J. B. Carrol, org. (Nova Iorque, 1956), p. 267 s.

palavra-chave, em posição pertinente, contra um fundo contrastante, pode adquirir relêvo significativo. Conforme costumavam dizer os pintores: "Um quilo de verde não é mais verde que meio quilo."

Uma análise da textura sonora da poesia deve levar sistematicamente em conta a estrutura fonológica da linguagem dada e, além do código global, também a hierarquia das distinções fonológicas na convenção poética dada. Desarte, as rimas assonantes usadas pelos povos eslavos em sua tradição oral e em alguns estágios de sua tradição escrita, admitem consoantes diferentes nos membros da rima (por exemplo, em tcheco, *boty, boky, stopy, kosy, sochy*), mas, conforme o notou Nitch, nenhuma correspondência mútua entre consoantes sonorizadas e não-sonorizadas é permitida⁴⁰, de forma que as palavras tchecas citadas não podem rimar com *body, doby, kozy, rohy*. Nas canções de certos povos índios da América, tais como os Pima-Papago e os Tepecano, segundo as observações de Herzog — só parcialmente divulgadas em letra de fôrma⁴¹ —, a distinção fonemática entre oclusivas sonorizadas e não-sonorizadas e entre elas e as nasais, é substituída por uma variação livre, ao passo que a distinção entre labiais, dentais, velares e palatais se mantém rigorosamente. Assim, na poesia dessas línguas, as consoantes perdem dois de seus quatro traços distintivos, sonorizadas/não-sonorizadas e nasais/orais, e preservam outros dois, graves/agudas e compactas/difusas. A seleção e a estratificação hierárquica de categorias válidas é um fator de importância fundamental para a Poética, tanto no nível fonológico quanto no gramatical.

Na antiga Índia e na Idade Média latina, a teoria literária distinguia com precisão dois pólos da arte verbal, chamados em sânscrito *Pāñcālī* e *Vaidarbhī* e correspondentemente em latim *ornatus difficilis* e *ornatus facilis*⁴², sendo

(40) K. Nitch, "Z Historii Polskich Rymów", *Wybór Pism Polonistycznych* I (Wrocław, 1954), 33-77.

(41) G. Herzog, "Some Linguistics Aspects of American Indian Poetry", *Word* II (1946), 82.

(42) L. Arbusow, *Colores Rhetorici* (Goettingue, 1948).

o último estilo, evidentemente, muito mais difícil de analisar lingüísticamente porque, nessas formas literárias, os recursos verbais são muito sóbrios e a linguagem parece uma vestimenta quase transparente. Mas é mister dizer, com Charles Sanders Peirce: “Tal vestimenta não pode ser jamais arrancada inteiramente; pode ser apenas substituída por algo mais diáfano.”⁴³ A “composição não-versificada” (*verseless composition*), conforme Hopkins chamou a variedade prosaica da arte verbal — em que os paralelismos não são tão estritamente marcados ou tão estritamente regulares quanto o “paralelismo contínuo” e em que não existe nenhuma figura de som dominante —, apresenta problemas mais complicados para a Poética, da mesma forma que qualquer domínio lingüístico de transição. Neste caso, a transição se situa entre a linguagem estritamente poética e a linguagem estritamente referencial. Mas a monografia pioneira de Propp acêrca da estrutura dos contos de fada⁴⁴ mostra-nos como uma abordagem sintática conseqüente pode-nos prestar ajuda decisiva, mesmo no classificar os enredos tradicionais e no determinar as leis intrigantes que subjazem à sua composição e seleção. Os novos estudos de Lévi-Strauss⁴⁵ revelam uma abordagem muito mais profunda, mas essencialmente parecida, do mesmo problema de construção.

Não é por acaso que as estruturas metonímicas são menos exploradas que o campo da metáfora. Seja-me permitido repetir minha antiga observação de que os estudos dos tropos poéticos se orientaram principalmente para o da metáfora, e a chamada literatura realista, intimamente ligada ao princípio metonímico, ainda desafia interpretação, embora a mesma metodologia lingüística utilizada pela Poética ao

(43) C. S. Peirce, *Collected Papers*, Vol. 1 (Cambridge, Mass., 1931), p. 171.

(44) V. Propp, *Morphology of the Folktale* (Bloomington, 1958).

(45) C. Lévi-Strauss, “Analyse Morphologique des Contes Russes”, *International Journal of Slavic Linguistics and Poetics*, III (1960); *La Geste d’Asdival, École Pratique des Hautes Études* (Paris, 1958); e “The Structural Study of Myth”, in T. A. Sebeok, org. *Myth: A Symposium* (Philadelphia, 1955), pp. 50-66.

analisar o estilo metafórico da poesia romântica seja inteiramente aplicável à textura metonímica da prosa realista.⁴⁶

Os manuais escolares acreditam na ocorrência de poemas desprovidos de imaginária, mas em realidade a parcimônia de tropos léxicos é contrabalançada pela abundância de tropos e figuras gramaticais. Os recursos poéticos ocultos na estrutura morfológica e sintática da linguagem, em suma, a poesia da gramática, e seu produto literário, a gramática da poesia, raramente foram reconhecidos pelos críticos e os lingüistas os negligenciaram de todo, embora fossem magistralmente dominados pelos escritores criativos.

A força dramática do exórdio de Antônio na oração fúnebre de César é alcançada principalmente pela maneira com que Shakespeare maneja as categorias e construções gramaticais. Marco Antônio desacredita o discurso de Brutus convertendo as alegações para o assassinio de César em puras ficções lingüísticas. A acusação que Brutus faz a César, *as he was ambitious, I slew him* ("como êle era ambicioso, eu o matei") é submetida a transformações sucessivas. Primeiramente, Antônio a reduz a uma mera citação, que atribui a responsabilidade da declaração ao orador citado: *The noble Brutus // Hath told you (...)* ("O nobre Brutus / Vos contou (...)"). Ao ser repetida, esta referência a Brutus é posta em contraste com as próprias afirmativas de Antônio por um adversativo *but* ("mas") e a seguir degradada por um concessivo *yet* ("todavia"). A referência à honra do elegante deixa de justificar a alegação quando repetida com um *and* ("e") meramente copulativo substituindo o anterior *for* ("porque") causal, e quando, finalmente, é posta em questão através da inserção maliciosa de um *sure* ("decerto") modal:

*The noble Brutus
Hath told you Caesar was ambitious;
For Brutus is an honourable man,
But Brutus says he was ambitious,*

(46) R. Jakobson, "The Metaphoric and Metonymic Poles", in *Fundamentals of Language* (SGravenhage, 1956), pp. 76-82.

*And Brutus is an honourable man.
 Yet Brutus says he was ambitious,
 And Brutus is an honourable man.
 Yet Brutus says he was ambitious,
 And, sure, he is an honourable man.*

(“O nobre Brutus / Disse-vos que César era ambicioso; / Porque Brutus é um homem honrado, / Mas Brutus diz que êle era ambicioso, / e Brutus é um homem honrado. / Todavia, Brutus diz que êle era ambicioso / E Brutus é um homem honrado. / Todavia, Brutus diz que êle era ambicioso. / E, de certo, é um homem honrado.”)

O poliptoto que se segue — *I speak (...) Brutus spoke (...) I am to speak* (“eu falei — Brutus falou — estou para falar”) — apresenta a alegação repetida como baseada em simples palavras, não em fatos. O efeito reside, diria a lógica modal, no contexto oblíquo dos argumentos aduzidos, que os converte em opiniões indemonstráveis:

*I speak not to disprove what Brutus spoke,
 But here I am to speak what I do know.*
 (“Falo não para refutar o que Brutus disse, / Mas aqui estou para falar do que sei.”)

O recurso mais eficaz da ironia de Antônio é o *modus obliquus* das citações de Brutus convertido em *modus rectus* a fim de mostrar que êsses atributos reificados não são mais que ficções lingüísticas. À afirmativa de Brutus, *he was ambitious*, Antônio primeiro replica transferindo o adjetivo do agente para a ação — *Did this in Caesar seem ambitious?* (“Parece isto em César ambicioso?”) —, depois trazendo à tona o substantivo abstrato *ambition* e convertendo-o em sujeito de uma construção passiva concreta — *Ambition should be made of sterner stuff* (“A ambição deveria ser feita de estôfo mais rude”) e, subsequëntemente, em atributo de uma sentença interrogativa: *Was this ambition?* (“Era isto ambição?”). O apêlo de Brutus, *hear*

me for my cause (“ouvi-me defender minha causa”), é respondido pelo mesmo substantivo *in recto*, sujeito hipostasiado de uma construção interrogativa, ativa: *What cause withholds you (...)?* (“Que causa vos impede?”). Enquanto Brutus grita: *awake your senses, that you may be better judge* (acordai vossa razão, para poderdes ser melhor juiz”), o substantivo abstrato derivado de *judge* torna-se um agente no relato de Antônio, o objeto de uma apóstrofe: *O judgement, thou art fled to brutish beasts (...)* (“Ó juízo, tu te refugiaste nas feras brutas”). A propósito, esta apóstrofe, com sua sanguinária paronomásia *Brutus-brutish*, faz lembrar a exclamação de despedida de César: *Et tu, Brute!* As qualidades e atividades são exibidas no modo reto, ao passo que seus portadores aparecem ou no modo oblíquo — *withholds you, to brutish beasts, back to me* — ou como sujeitos de ações negativas — *men have lost, I must pause*:

*You all did love him once, not without cause;
 What cause withholds you then to mourn for him?
 O judgement, thou art fled to brutish beasts,
 And men have lost their reason!*

(“Vós todos o amastes um dia, e não sem causa; / Que causa vos impede então de pranteá-lo? / Oh juízo, tu te refugiaste nas feras brutas, / E os homens perderam a razão!”)

Os dois últimos versos do exórdio de Antônio manifestam a ostensiva independência dessas metonímias gramaticais. A fórmula estereotipada “Eu pranteio fulano” e a fórmula figurativa, mas igualmente estereotipada, “fulano está no ataúde e meu coração está com êle” ou “êle levou meu coração consigo”, dão lugar, no discurso de Antônio, a uma metonímia audaz; o tropo se torna parte da realidade poética:

*My heart is in the coffin there with Caesar,
 And I must pause till it come back to me.*

(“Meu coração lá está, no ataúde, com César, / E eu devo deter-me até que êle me volte”.)

Em poesia, a forma interna de uma palavra, vale dizer, a carga semântica de seus constituintes, recobra sua pertinência. Os *Cocktails* (“rabos-de-galo”) podem retomar seu parentesco com a plumagem. Suas côres são avivadas nos versos de Mac Hammond: *The ghost of a Bronx pink lady // With orange blossoms afloat in her hair* (“A sombra de uma rósea dama do Bronx / Com botões de laranja a flutuar-lhe nos cabelos”); a metáfora etimológica alcança sua plena realização em: *O Bloody Mary, // The cocktails have crowed not the cocks!* (“Ó Maria Sanguinária” (nome de um coquetel feito com suco de tomate e vodka) / “os rabos-de-galo cantaram, não os galos!”), do poema *At an Old Fashion Bar in Manhattan* (“Num bar antiquado de Manhattan”). O poema de Wallace Stevens, *An Ordinary Evening in New Haven* (“Uma Noite Comum em New Haven”), revive a palavra-chave do nome da cidade, primeiramente através de uma discreta alusão a *heaven* (“céu”) e depois através de uma confrontação direta, trocadilhesca, semelhante ao *Heaven-Haven*, de Hopkins:

The dry eucalyptos seek god in the rainy cloud.
Professor Eucalyptus of New Haven seeks him in
[New Haven

(...) The instinct for heaven had its counterpart:
The instinct for earth, for New Haven, for
his room (...)

(“O ressequido eucalipto busca deus na nuvem de chuva. / O Professor Eucalipto, de New Haven, o busca em New Haven // O impulso para o céu tinha a sua contraparte / No impulso para a terra, para New Haven. para o seu quarto”)

O adjetivo *New* (“nôvo”), do nome da cidade, é ressaltado por via de uma concatenação de opostos:

The oldest-newest day is the newest alone.
The oldest-newest night does no creak by (...)

(“O mais velho dos dias mais novos é o único mais novo. / A mais velha das noites mais novas não ringe aqui perto (...).”)

Quando, em 1919, o Círculo Lingüístico de Moscou discutia como definir e delimitar o campo dos *epitheta ornan-tia*, o poeta Maiakovski nos censurou dizendo que, para êle, qualquer adjetivo, desde que se estivesse no domínio da poesia, se tornava, por isso mesmo, um epíteto poético, mesmo “grande” em “a Grande Ursa” ou “grande” e “pequeno” nos nomes de ruas de Moscou como *Bol’shaja Presnja* e *Malaja Presnja*. Por outras palavras, a “poeticidade” não consiste em acrescentar ao discurso ornamentos retóricos; implica, antes, numa total reavaliação do discurso e de todos os seus componentes, quaisquer que sejam.

Um missionário censurou seu rebanho africano por andar despido. “E o senhor?”, responderam os nativos, apontando-lhe para o rosto, “não anda também despido em alguma parte?” “Bem, mas é meu rosto.” “Pois bem”, retorquiram os nativos, “conosco, tudo é rosto.” Assim também, em poesia, qualquer elemento verbal se converte numa figura do discurso poético.

Esta minha tentativa de reivindicar para a Lingüística o direito e o dever de empreender a investigação da arte verbal em tôda a sua amplitude e em todos os seus aspectos conclui com a mesma máxima que resumia meu informe à conferência que se realizou em 1953 aqui na Universidade de Indiana: *Linguista sum; linguistici nihil me alienum puto.*⁴⁷ Se o poeta Ransom estiver certo (e o está) em dizer que “a poesia é uma espécie de linguagem”⁴⁸, o lingüista, cujo campo abrange qualquer espécie de lingua-

(47) C. Levi-Strauss, R. Jakobson, C. F. Voegelin, e T. A. Sebeok, *Results of the Conference of Anthropologists and Linguists* (Baltimore, 1953).

(48) J. C. Ransom, *The World's Body* (Nova Iorque, 1938).

gem. pode e deve incluir a poesia no âmbito de seus estudos. A presente conferência demonstrou claramente que o tempo em que os lingüistas, tanto quanto os historiadores literários, eludiam as questões referentes à estrutura poética ficou, felizmente, para trás. Em verdade, conforme escreveu Hollander, "parece não haver razão para a tentativa de apartar os problemas literários da Lingüística geral". Se existem alguns críticos que ainda duvidam da competência da Lingüística para abarcar o campo da Poética, tenho para mim que a incompetência poética de alguns lingüistas intolerantes tenha sido tomada por uma incapacidade da própria ciência lingüística. Todos nós que aqui estamos, todavia, compreendemos definitivamente que um lingüista surdo à função poética da linguagem e um especialista de literatura indiferente aos problemas lingüísticos e ignorante dos métodos lingüísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos.

Leia também

DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA

Jean Dubois e outros

O destaque hoje assumido pela Lingüística no campo das Ciências Humanas evidencia-se, quando mais não fosse, pelo número crescente de livros, publicações, cursos e programas de estudo a ela consagrados. Tudo isso torna sumamente oportuna a publicação deste dicionário, que tem por objetivo orientar o consulente no tocante à rica e complexa terminologia dessa ciência de cujo desenvolvimento dão testemunho tanto os conflitos de escolas e posições teóricas como a proliferação neológica de que se fazem acompanhar. Preparado por um grupo de lingüistas das universidades de Paris e de Ruão, o DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA oferece ao professor e ao estudante universitário um vasto cabedal de informações fáceis de localizar mercê do grande número de verbetes (cerca de dois mil) em que a matéria foi parcelada e do sistema de referências cruzadas que os articulam entre si. Há verbetes para termos gramaticais e lingüísticos, para escolas lingüísticas (estruturalismo, glossemática, gramática gerativa etc.), para domínios disciplinares (fonética, psicolingüística, gramática comparada etc.) e para conceitos tomados de empréstimo a ciências fronteiriças (Psicologia, Sociologia, Fisiologia, Teoria da Informação etc.). O tratamento da informação varia com a sua ordem de importância, podendo ir da simples definição até a pequena monografia, o que confere dupla utilidade ao dicionário, fazendo-o a um só tempo obra de consulta e manual de estudo.

EDITORA CULTRIX

INFORMAÇÃO LINGUAGEM COMUNICAÇÃO

Décio Pignatari

Bem que se poderia dar a este livro o subtítulo de “cartilha brasileira de teoria da comunicação”, pois é nele que, desde 1968, os estudantes de nossas Faculdades vêm tomando seu primeiro e decisivo contacto com essa disciplina tão atual e tão atuante. Não se veja nada de depreciativo no termo “cartilha”, que designa, aqui, não o compêndio de conhecimentos rudimentares, mas de conhecimentos essenciais. Dê-se, por outro lado, ênfase ao adjetivo “brasileira”: longe de ser um apanhado mais ou menos arduo da bibliografia estrangeira sobre o assunto, INFORMAÇÃO LINGUAGEM COMUNICAÇÃO é a destilação didática de uma profunda intimidade com os problemas da semiótica, da teoria da informação, da estética e da cultura de massas vistos à luz da experiência pessoal de um poeta e teórico de vanguarda doublé de professor universitário (USP e PUC de São Paulo). Nas páginas de INFORMAÇÃO LINGUAGEM COMUNICAÇÃO (que ora aparece em nova edição revista pelo autor), o professor e o estudante universitário de Comunicações, Letras, Artes, Ciências Sociais etc., bem como o leitor interessado em teoria da informação e semiologia, encontrarão uma exposição excepcionalmente clara e direta dos fundamentos dessas disciplinas, a par de criativos exemplos de como elas podem propiciar novos enfoques na área da cultura de massas, da arquitetura, do desenho industrial, das artes gráficas, da literatura e da música.

EDITORA CULTRIX

CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL

Ferdinand de Saussure

O generalizado interesse que a Lingüística vem despertando nos últimos anos, notadamente no campo das ciências humanas, põe de manifesto a dívida metodológica que estas têm para com aquela: é na Lingüística que a Antropologia, a Psicanálise e outras disciplinas vão hoje buscar conceitos básicos como os de sincronia e diacronia, *significante e significado*, *signo* e sistema semiológico, etc. Esse generalizado interesse, que a voga ainda recente do estruturalismo só fez crescer, implicou, como não poderia deixar de implicar, revalorização da obra pioneira de Ferdinand de Saussure, em quem, todos, continuadores ou contraditores, reconhecem o fundador da lingüística moderna. O CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL, de Saussure, é um livro clássico, base dos estudos lingüísticos modernos. Nele foram definidos pela primeira vez alguns dos conceitos-chave em torno dos quais, malgrado sua multiplicidade e diversidade, giram as formulações de lingüística contemporânea. Daí a excepcional importância desta sua tradução brasileira, que se recomenda a professores e estudantes de várias áreas disciplinares do ensino superior: Lingüística, Ciências Sociais, Semiótica, Teoria da Literatura, Psicologia, etc.

EDITORA CULTRIX

KASPAR HAUSER ou A FABRICAÇÃO DA REALIDADE

Izidoro Blikstein

O que é a realidade? Como percebemos a realidade? De que modo e até que ponto a linguagem nos permite conhecer o real? Eis os temas básicos do presente ensaio.

Para o senso comum, a realidade parece não constituir problema algum: real é todo o universo estável e tangível de sons, cores, formas, espaços e movimentos. Trata-se, no entanto, de uma ilusão: na verdade, o que julgamos ser a realidade não passa de um produto da nossa percepção cultural. Percebemos os objetos que as nossas práticas culturais já definiram previamente, em outras palavras, a realidade já foi *fabricada* por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a percepção. Tais estereótipos, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem. O processo do conhecimento é regulado, então, por uma contínua interação de práticas culturais, percepção e linguagem.

Suponhamos, todavia, numa hipótese perversa, que nos encontrássemos diante do mundo, desprovidos de práticas culturais, de estereótipos e de linguagem. Como veríamos a realidade? O que perceberíamos? Como olharíamos as pessoas, os objetos, as situações? Pois essa hipótese está visualizada no olhar do protagonista de "O Enigma de Kaspar Hauser", filme de W. Herzog (1974).

E foi justamente no olhar de Kaspar Hauser que se inspirou Izidoro Blikstein, ao produzir o presente ensaio. Convidado pela perplexidade de Kaspar Hauser, o Autor revisita um clássico tema, muito caro às Ciências Humanas: a relação entre linguagem, percepção, conhecimento e realidade.

Doutor e Livre-Docente em Lingüística, Izidoro Blikstein vem-se dedicando à docência e pesquisa nas áreas de Lingüística, Comunicação e Semiologia.

EDITORA CULTRIX

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



AS IDÉIAS DE CHOMSKY * —

John Lyons

INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA * —

Jean-Michel Peterfalvi

PRINCÍPIOS DE SEMÂNTICA

LINGÜÍSTICA (DIZER E NÃO-DIZER) —

Oswald Ducrot

INICIAÇÃO METÓDICA À GRAMÁTICA

GERATIVA — *Christian Nique*

O CÍRCULO LINGÜÍSTICO DE PRAGA * —

Jacqueline Fontaine

ELEMENTOS DE SEMIOLOGIA * —

Roland Barthes

SEMIÓTICA E FILOSOFIA * — *Charles*

Sanders Peirce

SEMIOLOGIA E COMUNICAÇÃO

LINGÜÍSTICA * — *Eric Buysens*

* Co-edição com a Editora da USP

Peça catálogo gratuito à
EDITORA CULTRIX

LINGÜÍSTICA E COMUNICAÇÃO

Roman Jakobson

Roman Jakobson é, sem dúvida, um dos mais eminentes lingüistas da atualidade. O seu nome está intimamente vinculado a dois momentos capitais da história da Lingüística contemporânea, o Círculo Lingüístico de Moscou e o Círculo Lingüístico de Praga, de onde surgiram algumas das principais idéias renovadoras não apenas no campo da Lingüística propriamente dita como também em campos afins, tais como a Teoria da Literatura, a Semiótica, a Antropologia etc. Homem de largos e variados interesses intelectuais, Jakobson alcançou realizar uma obra científica de fundamental importância.

LINGÜÍSTICA E COMUNICAÇÃO, volume organizado e prefaciado pelo Prof. Izidoro Blikstein, da Universidade de S. Paulo, visa a oferecer ao leitor brasileiro, em particular ao leitor universitário, alguns dos textos básicos de Roman Jakobson. Assim é que aqui figuram ensaios seus nos quais é percuciente e instigadoramente avaliada a contribuição da Lingüística estrutural para a teoria da comunicação, a Antropologia, a literatura (sobretudo a Poética), a gramática, a arte da tradução e as pesquisas acerca dos distúrbios da fala. Como se vê, uma gama de assuntos que, pela sua amplitude, logrará certamente interessar não apenas aos estudiosos de Lingüística como também de outras disciplinas com as quais ela tem relações mais ou menos próximas.

EDITORA CULTRIX